

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CHARLIE BELLOW DE OLIVEIRA PIMENTEL SILVA

**PERMANÊNCIA DE PESSOAS NÃO BINÁRIAS E TRANSEXUAIS NO ENSINO  
SUPERIOR: UM DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

MACEIÓ

2023

CHARLIE BELLOW DE OLIVEIRA PIMENTEL SILVA

**PERMANÊNCIA DE PESSOAS NÃO BINÁRIAS E TRANSEXUAIS NO ENSINO  
SUPERIOR: UM DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita.

MACEIÓ

2023

S586p Silva, Charlie Bellow de Oliveira Pimentel.

Permanência de pessoas não binárias e transexuais no ensino superior:  
um debate sobre as políticas públicas / Charlie Bellow de Oliveira Pimentel  
Silva. – 2023.

115 f. : il.

Orientador: Marcos Ribeiro Mesquita.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de  
Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.  
Maceió, 2023.

Bibliografia: f. 105-115.

1. População Transgênero - Políticas Públicas. 2. Políticas de  
Permanência. 3. Ensino Superior. I. Título.

CDU: 378 : 342.7



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA - IP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP**

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**CHARLIE BELLOW DE OLIVEIRA PIMENTEL SILVA**

**Título do Trabalho:** PERMANÊNCIA DE PESSOAS NÃO BINÁRIAS E TRANSEXUAIS NO ENSINO SUPERIOR: UM DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

---

Prof. Dr. Marcos Ribeiro Mesquita (PPGP/UFAL)

Examinadores:

---

Prof. Dr. Antônio Vladimir Félix da Silva (PPGP/UFDPAR)

---

Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade ((PPGEF/UNILAB-IFCE)

---

Profa. Dra. Simone Maria Hüning (PPGP/UFAL)

Maceió-AL, 02 de agosto de 2023.

## AGRADECIMENTOS

Às pessoas **participantes da pesquisa**, por toparem conversar comigo, em meio às suas atividades acadêmicas, sem vocês nada disso teria sido possível.

À meu Pai, **Carlos Jorge**, por me ajudar nessa minha trajetória. Você é, simplesmente, o melhor pai do meu mundo. Obrigado Pai, sou grato por tudo!

À **Stéh**, meu muito obrigado por existir em minha vida, você é simplesmente o máximo!

Ao meu orientador, **Marcos Ribeiro Mesquita**, e a rebel **Dina** e **Júnior**, obrigado por tudo, encontros, orientações, conselhos, discussões e aprendizados. Vocês contribuíram muito com esse processo.

À **banca** que se dispôs a ler e contribuir com este trabalho. Agradeço imensamente a cada um: Antônio Vladimir Félix da Silva, Luma Nogueira de Andrade e Simone Maria Hüning.

A todos os meus **professores** que foram responsáveis pelo meu processo de aprendizagem e conhecimento que me permitiram chegar até aqui. Respeitosamente, quero dizer que todos são Fod@.

Aos meus **amigxs**, por estarem ao meu lado nessa caminhada e por me incentivarem sempre a continuar. Muito obrigado!

À **Brandon** e **Augusta** por toparem conduzir esse grupo com a gente e se mostrarem, cada um a seu modo, pessoas e profissionais tão humanos e preparados para tal. Não poderia ter sido melhor viver tudo isso com vocês.

À **cada pessoa** que me ouviu reclamar das dores dessa escrita, que já não é fácil, principalmente quando atravessa várias questões da minha vida atualmente. E àqueles que direta ou indiretamente contribuíram com essa dissertação.

*Que não lhes falte forças!*

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar as trajetórias e narrativas de pessoas trans\* no ensino superior sobre os desafios da permanência. Além disso, objetivou analisar as dificuldades de permanência encontradas por pessoas trans\* na universidade, bem como, entender quais as ferramentas de enfrentamento por elas utilizadas frente às adversidades encontradas relativas à sua manutenção na universidade. Para tanto, conversamos com quatro estudantes trans\* (uma mulher trans, um homem trans e duas pessoas não-binárias) matriculadas/os/es no ensino superior. As conversas foram realizadas pelo Google Meet, gravadas e posteriormente transcritas. A realização das conversas, estratégia metodológica escolhida para esta pesquisa, tem inspiração no trabalho de bell hooks que a compreende como um ato democrático que possibilita uma parceria e um envolvimento mútuo no processo de produção de conhecimento; além disso, ela pode fomentar a produção de um pensamento crítico. A estratégia metodológica e as escolhas epistemológicas realizadas, possibilitaram uma análise das trajetórias e narrativas das pessoas envolvidas nesta pesquisa que contribuíram com a construção deste trabalho. Os resultados obtidos por meio desse material, e estudados à luz da análise de narrativas, nos permitiram a construção de seis eixos de análise que ajudam a compreender os desafios e conquistas que dizem respeito ao tema da permanência na universidade: a) a utilização do nome social como signo de reconhecimento; b) a importância da criação de vínculos; c) a potência do encontro de pessoas trans\* na universidade; d) a necessidade de construir políticas de assistência com foco na permanência de estudantes trans\* na universidade; e) o enfrentamento frente às dificuldades de permanência; f) a formação de coletivos como possibilidade de intervenção e resistência. Os resultados indicam que as condições de permanência se relacionam tanto com fatores socioeconômicos, quanto às dinâmicas institucionais fortemente orientadas por uma lógica cisnormativa; também apontam que as políticas de ação afirmativa, de reconhecimento e de assistência estudantil são primordiais para que se evite a evasão dessa população no ensino superior e para que se garantam os direitos ao respeito e à educação. Além disso, a realização de mobilizações e campanhas sobre as lutas de pessoas trans\* na universidade são instrumentos significativos para a construção de um espaço que dê condições de acolhimento, pertencimento e permanência. O fortalecimento de vínculo nos ambientes universitários também se mostrou uma ferramenta potente para o sentimento de pertencimento das pessoas trans\*, bem como o contato e encontro com outras pessoas do mesmo grupo nesse espaço. Este estudo produz uma série de reflexões que podem auxiliar na mobilização e construção de políticas de permanência voltadas para as pessoas trans\* no contexto da universidade. Além disso, visibiliza as existências de pessoas trans e não-binárias neste espaço, seus desafios e suas lutas.

**Palavras-Chave:** a) população trans\*; b) ensino superior; c) políticas de permanência; d) enfrentamentos; e e) resistências.

## ABSTRACT

This research aimed to analyze the trajectories and narratives of trans\* people in higher education about the challenges of permanence. Furthermore, it aimed to analyze the difficulties encountered by trans\* people at university, as well as to understand which coping tools they use in the face of adversities encountered regarding their stay at university. To this end, we spoke to four trans\* students (a trans woman, a trans man and two non-binary people) enrolled in higher education. The conversations were held via Google Meet, recorded and later transcribed. Conducting conversations, the methodological strategy chosen for this research, is inspired by the work of bell hooks, who understands it as a democratic act that enables partnership and mutual involvement in the process of knowledge production; Furthermore, it can encourage the production of critical thinking. The methodological strategy and epistemological choices made made it possible to analyze the trajectories and narratives of the people involved in this research who contributed to the construction of this work. The results obtained through this material, and studied in the light of narrative analysis, allowed us to construct six axes of analysis that help to understand the challenges and achievements that relate to the theme of staying at university: a) the use of the name social as a sign of recognition; b) the importance of creating bonds; c) the power of the meeting of trans\* people at the university; d) the need to build assistance policies focused on the permanence of trans\* students at the university; e) coping with the difficulties of staying; f) the formation of collectives as a possibility for intervention and resistance. The results indicate that the conditions of permanence are related to both socioeconomic factors and institutional dynamics strongly guided by a cisnormative logic; also point out that affirmative action, recognition and student assistance policies are essential to prevent this population from dropping out of higher education and to guarantee the rights to respect and education. Furthermore, carrying out mobilizations and campaigns about the struggles of trans\* people at universities are significant instruments for building a space that provides conditions for welcoming, belonging and permanence. Strengthening bonds in university environments also proved to be a powerful tool for trans\* people's sense of belonging, as well as contact and meetings with other people from the same group in this space. This study produces a series of reflections that can help in the mobilization and construction of retention policies aimed at trans\* people in the university context. Furthermore, it highlights the existence of trans and non-binary people in this space, their challenges and struggles.

**Keywords:** a) trans\* population; b) higher education; c) permanence policies; d) confrontations; and e) resistances.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 –</b>	Relação de políticas públicas para pessoas trans*	38
<b>Tabela 2 –</b>	Objetivos e Resultados.....	64

## LISTA DE SIGLAS

- ABETH – Associação Brasileira de Estudos de Trans-Homocultura
- ABHT – Associação Brasileira de Homens Trans
- ABRANB – Articulação Brasileira Não-Binária
- AIDS – Acquired Immunodeficiency Syndrome
- ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados
- BNCC – Base Nacional Curricular Comum
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- DST – Doença Sexualmente Transmissível
- EAD – Educação à distância
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Liberados atuando na Prevenção da Aids
- FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
- FONATRANS – Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros
- GAT – Grupo de Acolhimento Terapêutico
- GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinar em Ações Afirmativas
- GET – Grupo de Estudos Transviados
- HIV/Aids – Human Immunodeficiency Virus
- ICHCA – Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ISER – Instituto de Estudos da Religião

LDB – Lei de Diretrizes Básicas

LGBTQIAPN+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e mais.

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PNE – Plano Nacional de Educação

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RENATA – Rede Nacional de Travestis, intitulada de

RENTRAL – Rede Nacional de Travestis e Liberados

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

T – Travestis e Trans

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semiárido

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNILAB – Universidade Luso-Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 - PESSOAS TRAVESTIS E TRANS: A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO POLÍTICO COLETIVO.....</b>	<b>16</b>
1.1. Vidas passíveis de justiça.....	22
1.2. A construção de um conhecimento teórico e político.....	25
1.3. As conquistas e desafios da população T.....	29
<b>CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL</b>	<b>32</b>
2.1. Dimensão subjetiva das políticas públicas.....	33
2.2. A conquista do direito à universidade: o acesso de pessoas trans* no ensino superior.....	39
2.3. Políticas de permanência na universidade para a população trans*.....	45
2.3.1. Algumas das políticas (de permanência) existentes.....	47
2.3.1.1. Nome social.....	47
2.3.1.2. Uso autorreferido dos Banheiros.....	48
2.3.1.3. A assistência estudantil.....	50
<b>CAPÍTULO 3 – A CONSTITUIÇÃO DO CAMINHO DA PESQUISA, OS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS.....</b>	<b>55</b>
3.1. O pensamento queer e os saberes trans/localizados.....	55
3.2. Trajetórias: limites e desafio do campo.....	59
3.3. Análise de Narrativa.....	64
<b>CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA, RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS: ANALISANDO OS DADOS.....</b>	<b>66</b>
4.1. A utilização do nome social como signo de reconhecimento.....	66
4.2. A permanência na universidade e a importância de criação de vínculos.....	74
4.3. Criação de laços: irmandade entre as/os nossas/os.....	78
4.4. Ainda sobre o respeito e o acolhimento no ambiente universitário: a necessidade de construir políticas públicas para a população travesti e transexual na universidade..	83
4.5. Resistências e enfrentamentos: as movimentações de pessoas travestis e trans perante às dificuldades de permanência na universidade.....	96
4.5.1. Enfrentamento: erguer a voz como condição de permanência.....	96
4.5.2. Formação de movimentos coletivos que debatem questões de gênero na universidade.....	99
<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>108</b>

## INTRODUÇÃO

Não há como negar que meu interesse em realizar essa pesquisa entrelaça uma dimensão acadêmica à outra absolutamente pessoal. Foi buscando respostas para entender meu sentimento, meu modo de ser no mundo, que conheci o termo transexualidade. E desse dia em diante não parei mais de pesquisar, conversar, investigar algo que também falava sobre mim. Esse processo de identificação ocorreu durante a graduação em psicologia que iniciou em 2013. A partir desse período, em ritmo processual, e não sem tensões, comecei a estudar, sinalizar e reivindicar a necessidade de pautar algumas e novas discussões no meu curso, seja na esfera acadêmica, mas também na esfera administrativa da universidade; e nas minhas relações interpessoais de modo geral.

Eu entendia como um trabalho de base, ainda inicial que eu fazia por mim e para mim. Cada conquista era comemorada e sinalizada como inauguração, porque o discurso era sempre de que “você é o primeiro trans\* daqui”<sup>1</sup>, “estamos aprendendo, começando...” e foi aí que eu aprendi a lidar com a ansiedade que tende a ser comum em pessoas trans\*<sup>2</sup> – de querer conseguir tudo para ontem –, e comecei a entender que avançar nas pautas envolve um processo amplo que não precisava e nem devia ser solitário, e que demora para se consolidar. Então, comecei a entender que o trabalho que eu fazia por mim e para mim, na verdade, era um trabalho que deveria ser coletivo. Por isso, entendi que a luta deveria ser conjunta, que nosso “inimigo” é um só, e quanto mais unidas/os, mas conseguiríamos avançar nas pautas. Era preciso somar as pessoas – trans e cis aliadas – às lutas. Conforme o tempo foi passando, eu investia cada vez mais nos estudos sobre as temáticas relacionadas às pessoas trans\*, e comecei a direcioná-los à prática científica e acadêmica; e tudo o que eu achava era um conhecimento em processo, que estava sendo construído tanto dentro, como fora da academia.

Arelado a essa ideia de unir forças, e partindo de minhas inquietações relativas às temáticas LGBTQIAPN+ na universidade, tomei a iniciativa de criar na Universidade Federal de Alagoas - Polo Palmeira dos Índios, onde me formei, o Grupo de Estudos Transviados (G.E.T.) com a ajuda de dois amigos. Esse grupo foi um instrumento importante para que eu pudesse perceber que era possível ocupar o espaço da universidade para construir conhecimentos sobre gêneros e sexualidades dissidentes, mas também para coletivamente

---

<sup>1</sup> O termo trans\* (com asterisco), será utilizado neste trabalho no intuito de abarcar uma série de identidades não cisgêneras, a saber: travestis, transexuais, mulheres transgêneras, homens transgêneros, transmasculines e pessoas não binárias (NASCIMENTO, 2021, p. 18).

<sup>2</sup> Digo isso pois nos meus atendimentos clínicos me dedico a atender apenas pessoas trans\*, e vejo esses relatos aparecendo frequentemente nas escutas que faço.

criar espaços de resistência e fortalecimento do debate político. Foi nesse momento que decidi me debruçar inteiramente sobre as causas da comunidade LGBTQIAPN+. Assim o fiz inspirado em bell hooks e tantas outras feministas que nos ensinaram que pensar é uma ação, “é o lugar onde se unem visões de teoria e prática” (HOOKS, p. 08, 2020).

O GET foi transformado em projeto de extensão com o apoio de nossos professores, e, posteriormente, em estágio acadêmico com a ajuda de uma professora que o abraçou. Para tanto, criamos o Grupo de Acolhimento Terapêutico (G.A.T.) no qual às/os participantes do grupo ofereceram atendimento gratuito às pessoas LGBTQIAPN+ do Estado de Alagoas. Nesse momento, eu já havia me formado e fui supervisor dessas/es alunas/os. A partir disso, não conseguia mais fazer, pensar e estudar nada sem relacionar com as causas LGBTQIAPN+; sendo eu um homem trans, tudo que aprendo, vejo, me pergunto: “o que isso tem a ver com a nossa causa, em que isso pode beneficiar a nossa comunidade?”. E, por isso, me senti impelido a problematizar essa questão quando decidi ingressar no mestrado.

Parafraseando Angela Davis, Renata Carvalho (2018) afirma que quando uma pessoa travesti ou transexual se movimenta, toda estrutura da sociedade se movimenta junto. Para a autora, ao reivindicar direitos, essa população reivindica também uma transformação social e institucional que ameaça os padrões normativos da sociedade. bell hooks (2019a) nos fala da importância de “erguer a voz” como uma forma de acabar com o silenciamento produzido pela sociedade e combater o que Iazzetti (2021, p. 29) chamou de “um regime histórico de silenciamento e inferiorização” para gerar “um estrondo poderoso nesse peso desigual que age a todo momento” sobre esses corpos e suas histórias individuais e coletivas.

Desse modo, nos propomos a pensar a partir e com pessoas trans\* um debate que trate das “interconexões entre diferentes desigualdades e nos modos como tal perspectiva nos possibilita refletir e atuar sobre questões sociais e políticas mais amplas” no ensino superior (IAZZETTI, 2021, p. 29). Essa dissertação é uma forma de romper com esse regime - é, ela mesma, uma movimentação; não só minha, mas de todas as pessoas que contribuíram com ela, direta ou indiretamente. Faz-se necessário construir uma rede contínua de pessoas trans\* dentro da universidade que também continuem erguendo suas vozes nesse espaço acadêmico para produzir mais conhecimentos e abertura de espaços organizativos, políticos e afetivos.

Ao fazer essas reflexões observei que a presença das pessoas trans\* na universidade era fundamental nesse processo de movimentação, então era preciso olhar com mais atenção para as questões educacionais. E ao me debruçar sobre isso, percebi como que a trajetória acadêmica das pessoas trans\* era marcada por uma série de violências, negligências e ausência de direitos; por uma necessidade de implementação de políticas específicas,

necessárias para garantir uma condição de estudos, de formação, mas fundamentalmente uma vida digna; mas também por movimentações coletivas que demarcam o espaço de luta.

Essas dificuldades foram vivenciadas também por mim no processo de escrita, uma vez que ao longo do meu percurso acadêmico, produzi esse trabalho durante o período de pandemia e no governo Bolsonaro, marcado pelo conservadorismo de cunho neoliberal. Portanto, ele contém as marcas desse momento, atravessado pelo medo, a insegurança, e a ansiedade; além disso, por dificuldades de ordem acadêmica: a realização de leituras, a experiência da escrita, a realização do campo desta pesquisa, entre outras.

Nesse sentido, partindo de uma necessidade que também era minha, e observando as demandas e queixas de outras pessoas trans\* com quem tinha contato, despertei para o interesse em aprofundar meus estudos sobre as questões relacionadas à permanência de pessoas trans\* no ensino superior. Foi assim, que decidi empreender teórica e metodologicamente uma pesquisa que contribuísse para fazer esse debate: as condições de permanência, as violências institucionais, as políticas de assistência, mas também as lutas e resistências que se dão no espaço da universidade em função dos encontros com tantas/os outras/os de nós e com pessoas aliadas. É sobre tudo isso que essa dissertação trata.

Tal problemática se evidencia nos dados e indicadores nacionais (ANTRA, 2020; ANDIFES, 2019) ainda informam que as pessoas trans\* têm dificuldades em acessar a universidade devido ao grande número de violências que vem sofrendo ao longo dos anos. Silva (2018, p. 29) aponta que “a rejeição, o preconceito e a discriminação impactam no sentimento de pertença e aprendizagem dos e das estudantes trans, o que pode tornar a universidade um ambiente hostil para eles(as)” (SILVA, 2018, p. 29). De acordo com Ferreira (2015 *apud* SANTOS, 2018, p. 2) a transfobia gera transtornos psíquicos educacionais e sociais irreparáveis.

A Revista Estudos Transviades em uma publicação recente sobre o “mapeamento educacional das transmasculinidades no Brasil” (2023), e em parceria com o Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT), discute uma série de fatores que constituem a experiência educacional de pessoas transmasculinas: “o silenciamento que pessoas transmasculinas experimentam em espaços de produção de conhecimento; o irreconhecimento de nossas identidades em espaços de estudos sobre gênero e sexualidade; as barreiras e injustiças que enfrentamos nos espaços educacionais” (p. 05), entre outros elementos.

Além disso, lança uma série de reflexões sobre o número de pessoas trans\* no ensino superior a partir do trabalho produzido e sistematizado por Iazzetti (2021). Para esta autora, e considerando as pesquisas da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de

Ensino Superior (ANDIFES) e do Grupo de Estudos Multidisciplinar em Ações Afirmativas (GEMAA), o número de pessoas trans\* em universidades federais, gira em torno de 0,1% a 0,3%. Esses dados estão em consonância com o levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) quando em seu *Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil* publicado em 2021, assinala que o número de pessoas trans\* é de 0,02% (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 43).

Dessa forma, é necessário sinalizar que se defendemos em nossa constituição o direito à educação para todas as pessoas, precisamos garantir que todas elas tenham acesso em proporções iguais, e como vimos, o número de pessoas trans\* na universidade ainda está longe do ideal. Por outro lado, precisamos reconhecer que se a questão do acesso é uma dimensão importante desse debate, a permanência também é. Por isso, é necessário pensar sobre os cenários de permanência dessa população, e nesse sentido, se debruçar tanto sobre as políticas de ações afirmativas, de reconhecimento e a implementação de políticas de assistência específicas, transversais e interseccionais que a faça permanecer na universidade. São essas políticas que podem garantir a conclusão do curso, trazendo a possibilidade de conquistar outros espaços.

Também pensamos em fazer um debate que trate dessa experiência de um modo amplo, enfatizando as múltiplas possibilidades que o espaço da universidade oferece. Ou seja, não queremos expor só as dores, violências e invisibilidades das pessoas trans\* no espaço da universidade, que, por mais que ainda seja uma constante, não representam a totalidade de suas experiências. Portanto, optamos por trazer para esse debate, as construções coletivas, as potências, as visibilidades e conquistas que se dão em suas vidas a partir do cenário da universidade.

Além disso, buscamos contribuir para a inclusão e a visibilidade desse público em nossa escrita e, por isso, optamos por utilizar, na medida em que isso foi possível, uma linguagem neutra<sup>3</sup>. Com isso, nosso intuito foi de incluir pessoas trans\* que não se utilizam dos pronomes oficiais de nossa língua, ou não utilizam nenhum pronome. Desse modo, utilizamos termos como “pessoas universitárias”, “pessoas trans\*” para nos referirmos às pessoas de todos os gêneros sem a necessidade de utilizar os pronomes.

Assim, considerando os dados que obtivemos e a compreensão da importância que temos em pensar a permanência de modo geral, e de modo específico para as pessoas trans\*, o

---

<sup>3</sup> Sabemos que a linguagem neutra não é consensual no movimento trans\* brasileiro, especialmente entre as travestis e as pessoas trans binárias que fazem questão do uso dos pronomes adequados a seus gêneros. No entanto, escolhemos utilizar esta linguagem como modo de respeitar e visibilizar as pessoas não binárias que compõem esta pesquisa.

objetivo de nossa pesquisa foi analisar as trajetórias e narrativas de pessoas trans\* no ensino superior sobre os desafios da permanência. Além disso, objetivou analisar as dificuldades de permanência encontradas por pessoas trans\* na universidade, bem como, entender quais as ferramentas de enfrentamento por elas utilizadas frente às adversidades de permanecer na universidade.

Por fim, à guisa de demonstração de como será a estrutura desta dissertação, a dividimos em quatro capítulos. O primeiro capítulo foi composto pela discussão acerca da dimensão organizativa, coletiva e, portanto, política, do movimento de pessoas trans\* no país, de forma a salientar seus desafios, importância e potências.

No segundo capítulo fizemos uma reflexão sobre as políticas públicas voltadas para a comunidade trans\* enfatizando a universidade, pensando não só nas dimensões objetivas, mas também nas dimensões subjetivas dessas políticas, pois entendemos que elas se articulam. Para além disso, discutimos também sobre o atual cenário de acesso e permanência dessa população no ensino superior, bem como, as conquistas já alcançadas até aqui por esse público.

O terceiro capítulo tratou das escolhas epistemológicas e metodológicas que fizemos, salientando a importância de um debate que dê conta de pensar as subjetividades trans\*. Por fim, no quarto capítulo discutimos os resultados da pesquisa considerando os enfrentamentos, as resistências e as políticas de permanência que se fazem importantes para garantir que esse público se mantenha no ensino superior.

## CAPÍTULO 1 - PESSOAS TRAVESTIS E TRANS: A CONSTRUÇÃO DE UM SUJEITO POLÍTICO COLETIVO

Contar uma história é partir de um lugar em meio a tantos outros, assumindo uma perspectiva que é singular. Assim, entendemos que contar a história do movimento de pessoas trans\* no Brasil, suas lutas, seus desafios, da forma como abordaremos aqui, indica apenas uma possibilidade, dentre tantas outras, construídas e compartilhadas por pesquisadoras/es, coletivos de pessoas trans\*, etc., dada a pluralidade que o constitui. Uma pessoa travesti ou transexual ao falar do movimento, escrever, pensar e sistematizar sobre ele, acrescenta, contribui para a escrita desta história. É assumindo essa perspectiva que contaremos, de modo breve, parte da história do movimento de pessoas trans\* no Brasil, e como diferentes grupos constituíram esse agente político tão importante no cenário da sociedade civil e das lutas LGBTQIAPN+.

Os movimentos sociais são ações coletivas que possuem caráter sociopolítico e cultural proporcionando formas distintas de expressão e organização da população em questão. São exemplos de estratégias de movimentos políticos a denúncia, a “pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até pressões indiretas” (SILVA et al, 2018, p. 191). No Brasil o movimento que hoje é entendido como LGBTQIAPN+ tem sua origem no final da década de 1970<sup>4</sup> (SILVA et al, 2018, p. 191). Inicialmente, a partir do movimento homossexual (gays e lésbicas), seus diferentes grupos, posicionamentos, reivindicações; e, em seguida, pela organização política de pessoas trans\* que ainda nos anos 1980 dava sinais de seu surgimento, seja em função da luta por direitos, especialmente o direito à vida e o reconhecimento de suas identidades; seja pela necessidade de combater a epidemia da Aids.

Em meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, a epidemia de Aids chama a atenção para os cuidados em saúde da população homossexual, e isso oportunizou a incorporação de outros grupos na luta por direitos e reconhecimento, como por exemplo, o

---

<sup>4</sup> Para conhecer mais sobre a história do surgimento do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil indicamos os livros “Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90” de Regina Facchini, “Devassos no Paraíso - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade” de João Silvério Trevisan e “Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias” de Renan Quinalha.

movimento de pessoas trans\* (SILVA et al, 2018, p. 192). Foi nesse cenário que o que se entende hoje como “militância T” teve início.

A fim de garantir direitos e superar a exclusão social, algumas travestis e mulheres trans se reuniram com o intuito de construir espaços de luta e resistência. Keila Simpson Souza [2022?], ao reviver suas memórias, afirma em artigo publicado no site oficial da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que em 1992, foi fundada a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) no Rio de Janeiro com a proposta de atuar ativamente no cenário nacional. Porém, as fontes e recursos disponíveis naquele momento eram escassos e inacessíveis para a maioria das ONGs no Brasil. A onda de violência crescente e a falta de acesso aos serviços de saúde, no entanto, instigou pessoas trans\* de todo o país a se reunirem em um encontro nacional voltado especificamente para as demandas “T”. Souza [2022?] afirma que esse primeiro encontro tinha como objetivo mapear e empoderar as ativistas presentes para atuar nas questões de segurança e saúde pública. Nesse período, as ações em saúde para essa população ainda eram vistas sob a “perspectiva da epidemia de AIDS então quase a totalidade das ações eram desenvolvidas pelos programas existentes nos estados e municípios que vale destacar não eram muitos nesse período” (SOUZA, [2022?], p. 1).

Assim, no início de 1993, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados atuando na Prevenção da Aids – ENTLAIDS, organizado pelo grupo ASTRAL. Esse encontro contou com o apoio do Instituto de Estudos da Religião – ISER, e com a participação de representantes de vários estados “cujos grupos organizados, em sua maioria, era composto apenas por gays e lésbicas, as lideranças travestis eram bem poucas, assim como poucos também eram os grupos liderados por travestis” (SOUZA, [2022?], p.1). Além destes, contou-se com a organização do grupo ASTRAL no Rio de Janeiro e do Grupo Esperança em Curitiba, ambos com travestis no cargo de direção e também como público-alvo. Ao final do encontro, afirma Souza ([2022?], p. 1) foi possível mobilizar algumas travestis que se tornariam importantes lideranças em outros estados.

No segundo dia, a atmosfera da conferência é mais séria, há uma percepção de que alguma coisa deve ser concretizada, de que não há tempo a perder. Todo mundo espera a reunião das duas horas. Um cartaz do lado de fora do salão reservado anuncia que é só para travestis. Pergunto a Naja se posso sentar e apenas ouvir e ela me deixa entrar. Ativista experiente como é, conhece a importância de ter “cobertura” da imprensa. Às duas em ponto oito travestis se sentam num círculo de cadeiras. As veteranas estão todas presentes – Jovanna, Adriana, Naja – dando as boas-vindas às novatas. Isabelita e Paola estão nervosas. É a primeira reunião política a que assistem. Beatriz será a mediadora. O círculo que havia começado com oito

participantes agora é ampliado para 24. Todo mundo está atento e ansioso para participar. De vez em quando todas começam a falar ao mesmo tempo. [...] (SOUZA, [2022?], p. 2).

De acordo com Souza ([2022?], p. 2) tudo começou a partir de 1993. Além disso, ela informa que o movimento T tem como principal metodologia a educação entre pares, sendo esse, talvez, o seu maior trunfo, uma vez que os debates iniciados ali, se propagaram por todo o país, criando uma rede de resistência e articulação que o fortalecia. Entretanto, além disso, os debates realizados também trataram de outras pautas que pareciam caras ao movimento como a luta por respeito ao nome social, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, o acesso aos serviços de saúde, o combate à Aids, contra a violência e pela educação. Lutas essas que ainda hoje, 30 anos depois, permeiam o universo dos debates da população travesti e transexual.

Keila Simpson aponta ainda que o grupo de travestis e transexuais era marcado por uma vontade de atuar politicamente de forma segmentada, ou seja, separado das pautas de Lésbicas e Gays, porém não dispunham de ferramentas propícias para realizar essa interlocução entre as militantes em todo o país. Portanto, com o objetivo de proporcionar uma maior articulação entre as travestis do Brasil, foi criada a Rede Nacional de Travestis, intitulada de RENATA. E para que essa rede viesse a existir de fato, várias tentativas foram realizadas entre 1993 e 2000.

Entre as lutas do movimento T, um episódio em especial de caráter nacional se destaca. Trata-se de quando a presidenta desta rede nacional Jovanna Baby conclamou todas as travestis brasileiras a rasgarem seus títulos de eleitoras/es num ato de protesto ao descaso a que eram relegadas, “dizendo: ‘se somos reconhecidas como cidadãs apenas em épocas de eleição, não queremos! Vamos rasgar o que nos dá essa única oportunidade, pois queremos ser cidadãs todos os dias!’” (SOUZA, [2022?], p. 3).

Em 2000, sentiu-se a necessidade de se criar uma nova nomenclatura que estivesse de acordo com as instituições que estavam se organizando e nascendo desse movimento. Após uma reunião organizada em Porto Alegre no mês de dezembro, a RENATA, (que havia recentemente adicionado os Liberados ao movimento e passou a se chamar Rede Nacional de Travestis e Liberados, RENTRAL), é alterada para ANTRA, que naquele momento, ficou conhecida como Articulação Nacional de Transgêneros. A escolha do termo transgênero, segundo Souza ([2022?], p. 3) se deu devido ao forte estigma que a palavra travesti carregava. Por isso, só depois a ANTRA passou a se chamar Associação Nacional de Travestis e Transexuais, sendo registrada em cartório apenas em 2002.

Avançando na história do movimento T, podemos citar o momento em que, pela primeira vez, travestis discutiram com o governo federal a possibilidade de criação de uma campanha nacional para acabar com a discriminação sofrida por essa população. Desse encontro surgiu o Programa Nacional de DST/Aids elaborado pelo governo federal em conjunto com a ANTRA. E no Congresso Nacional foi lançada a “campanha ‘Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos’ em 29 de janeiro de 2004. Essa data viria a ser decretada pela diretoria como o dia nacional da visibilidade Trans” (SOUZA, [2022?], p. 3). Foram criados polos regionais para descentralizar o debate e cada polo executou um projeto regional que tinha como objetivo capacitar lideranças trans\* nas áreas de prevenção às DST/Aids, direitos humanos e cidadania, estimulando ações e troca de informações em rede que pudessem se interiorizar pelo país inteiro.

Souza ([2022?], p. 5-6) destaca que as principais linhas de atuação da ANTRA atualmente são:

Mapear, produzir estudos e denunciar nas instâncias cabíveis os assassinatos de pessoas Trans no Brasil, bem como cobrar soluções desses crimes; promover campanhas informativas e apresentar propostas a fim de garantir o direito das Travestis e Transexuais; colaborar em todos os níveis com outras redes, que trabalham com Direitos Humanos, a fim de desenvolverem trabalhos conjuntos, intercambiando experiências nas áreas de atuação de cada uma; denunciar e promover a divulgação, em todos os meios de comunicação possíveis, de todo e qualquer caso onde for detectado preconceito e ou discriminação por identidade de gênero; ter por princípio apoiar toda e qualquer ação de prevenção do HIV/Aids Hepatites Virais e outras DST em todos os seus aspectos e âmbitos; apoiar as ações que visem a melhora da qualidade de vida das pessoas vivendo e convivendo com HIV/Aids; atuar diretamente na incidência política e na criação de climas e ambientes favoráveis para travestis e transexuais; incentivar e apoiar a realização de Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais para potencializar as bandeiras de lutas e encaminhar as demandas de suas afiliadas (SOUZA, [2022?], p. 5-6).

Nesse sentido, é possível afirmar que a ANTRA trabalha em várias frentes, seja na atualização de dados a respeito da população T, seja na atuação direta na política e na criação de climas e ambientes favoráveis para trans\*; sempre ciente “do seu papel social e da responsabilidade que tem com o coletivo que a ela representa, das possibilidades e impossibilidades que ela se debate todos os dias e da meta que desenhou para ter como futuro que é RESISTIR PRA EXISTIR” (SOUZA, [2022?], p. 5).

Diante do exposto podemos afirmar que o movimento é um espaço de questionamento, possibilitando uma participação ativa “em processos de formulação de políticas públicas a cada vez que pensam ações possíveis de governo, mas também em um controle social efetivo daquelas políticas públicas que são implementadas” (SILVA; BARBOZA. 2009, p. 274). Para

as pessoas trans\*, a militância é considerada como um elemento de “reconhecimento ou como demanda de reconhecimento de uma outra identidade que não seja homem ou mulher e que precisa ser publicizada de modo a construir a normalidade” (SILVA; BARBOZA. 2009, p. 274). E é nesse sentido que o movimento segue avançando com o intuito de contrapor o discurso hegemônico e cisnormativo fortemente internalizado por grande parte da população, o que dificulta a transformação dessa realidade.

Segundo Saffioti (1987) e Silva e Barboza (2009) a "militância T" produz um discurso contrário, trazendo o gênero como fluido, enfatizando a não rigidez, a não naturalização e, a partir disso, chama a atenção para a construção de um sujeito que se constrói no coletivo, que fala e reivindica seu direito à voz. Ou seja, trata-se de uma prática discursiva que precisa ser quebrada com o rompimento do silêncio, erguendo a voz como afirma bell hooks (2019a, p. 29):

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta (HOOKS, 2019a, p. 29).

E com isso, concomitantemente à atuação política, os debates produzidos acerca das questões de gênero são de suma importância para a construção desse conhecimento. E essa contraposição ao discurso hegemônico tem sido facilitada pelos estudos de gênero, das transdiversidades, da teoria queer<sup>5</sup>, do transfeminismo, que vêm produzindo um conhecimento que compreende as pessoas trans\* a partir de “outro lugar hermenêutico e epistemológico distinto do pensamento ocidental tradicionalmente operado na base de princípios expressados pela hierarquização de pares opostos para pensar as relações de gênero” (SILVA; BARBOZA, 2009, p. 274-275). Isso permite entender que tanto politicamente, como teoricamente, as pessoas trans\* vêm conquistando um espaço social que permite a constituição de um corpo e de uma agência importantes.

Por fim, é necessário pontuar que a luta política tem possibilitado a visão de novas formas de identidades, consciências políticas e “não permite mais a manutenção das interpretações binárias, abrindo espaço para a geração de novas formas de luta contra a exclusão” (SILVA; BARBOZA. 2009, p. 275), criando novos modos de formulação e implementação de políticas públicas e construindo políticas de subjetividades.

---

<sup>5</sup> Esse termo será explanado mais adiante a partir da página 51.

Outros atores políticos que também merecem destaque no movimento T no Brasil são o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros, o FONATRANS, que foi fundado em 2013 e faz uma intersecção das pautas trans com o debate racial (NASCIMENTO, 2022, p. 556) e a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) que tem focado nas temáticas da transmasculinidades e, de acordo com Pereira, Gaudenzi e Bonan (2021, p. 8), foi fundada em 30 de junho de 2011. Vale destacar que a criação de coletivos específicos para as transmasculinidades proporcionou um maior número de integrantes nos encontros regionais promovidos pelo movimento trans. Isso se deu pelo fato de que, em relação às travestis e mulheres trans, a atuação política organizada dos homens trans é relativamente nova (PEREIRA; GAUDENZI; BONAN, 2021, p. 9).

A consolidação de uma força social e política conquistada por esse grupo, é resultado de uma ampla participação – cada vez mais visível e qualificada – destes sujeitos, seja nos espaços de organização e articulação política, seja nos debates produzidos em eventos acadêmicos, ou ainda na publicação de textos e produções teóricas, que tratam das questões relacionadas às transmasculinidades, seus desafios, suas lutas, como a Revista Estudos Transviades<sup>6</sup>, uma revista sobre transmasculinidades idealizada por pessoas transmasculinas.

Recentemente, também compõe o movimento T, as pessoas não binárias, que têm conquistado uma maior visibilidade, reivindicando a possibilidade e o direito de não se identificar com os gêneros binários (feminino e masculino), entendendo que a performance de gênero é ampla, múltipla e diversa. Como referência nacional para esse movimento, podemos citar a Articulação Brasileira Não-Binária (ABRANB)<sup>7</sup>.

Podemos citar também como importante entidade a Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura<sup>89</sup> (ABETH) que há 22 anos vem produzindo congressos nacionais e internacionais, além de sua consolidada revista científica, a Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH<sup>10</sup>), que produz reflexões teóricas voltadas à população LGBTQIAPN+, formando investigadoras/es com conhecimentos e práticas consistentes e fundamentados no que tange à diversidade sexual, étnico-racial e de gênero.

Esta breve história aqui contada, com todas as lacunas possíveis e imagináveis, afirma algo que nos parece fundamental: a organização política e coletiva de um grupo que se constituiu enquanto sujeito político e, que nesse sentido, escreve, conta, narra sua própria

---

<sup>6</sup> Para acessar a revista, clique no link: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com>.

<sup>7</sup> Para mais informações, acessar a página no Facebook: <https://www.facebook.com/abranb>.

<sup>8</sup> Destacamos que Luma Nogueira de Andrade foi a primeira presidenta travesti desta associação.

<sup>9</sup> Conferir no link: <https://cinabeth.com.br>.

<sup>10</sup> Para acessar a revista, clique no link: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh>.

história. Em alguma medida, esse processo permeado de vulnerabilidades e potências, permite “superar a solidão da sobrevivência ao se tornar capaz de constituir no seu testemunho uma comunidade de sobreviventes”, como nos diz Pereira (2020a, p. 07). E assim, essa história é escrita e contada, em comunidade.

### **1.1. Vidas passíveis de justiça**

A Organização das Nações Unidas (ONU) define as minorias sociais como grupos compostos por “[...] mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas idosas, minorias sexuais, refugiados, populações indígenas, pessoas em extrema pobreza [...] ou pessoas com HIV/AIDS” (ONU, 2002, p. 4-5) e que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

As minorias são, então, compostas por grupos sociais que tendem a ser inferiorizados em relação a tantos outros grupos. Essa inferiorização, de modo geral, está marcada por uma desigualdade que se forja a partir da hierarquização de elementos que vão desde os fatores socioeconômico, de gênero, étnico ou religioso. Ou seja, minorias são grupos não dominantes de indivíduos que compartilham certas características nacionais, étnicas, religiosas ou linguísticas, diferentes das características da maioria da população e contra os quais podem existir modalidades de discriminação (SÉGUIN, 2002; PAULA; SILVA; BITTAR, 2017; RIGHETTO, 2022). E quando falamos de pessoas trans\*, é com essa situação de vulnerabilidade que costumamos nos deparar quando nos prontificamos a entender a realidade dessa população.

O termo vulnerabilidade, é designado a grupos ou indivíduos fragilizados, juridicamente e/ou politicamente, que necessitam de auxílio e proteção para garantir seus direitos como cidadãos/ãos. Nesse sentido, o termo vulnerável carrega a ideia daquela/e que está em desvantagem quanto ao critério de distribuição de renda, de serviços, de qualidade de vida, de educação e de saúde e que é alvo de políticas públicas específicas de auxílio e de busca de garantia de direitos. Logo, a vulnerabilidade refere-se às suscetibilidades ou predisposições desses grupos a respostas ou consequências negativas (JANCZURA, 2012; RIGHETTO, 2022). Assim, uma pessoa ou um grupo torna-se socialmente vulnerável quando ocorre uma situação que as/os leve a romper com seus vínculos sociais, com o trabalho, a família ou seu círculo de relações (ADORNO, 2001; RIGHETTO, 2022).

Diferentemente desta perspectiva, Butler posiciona o conceito de vulnerabilidade a partir do que ela chama em seu texto *Quando a vida é passível de luto* de “uma ontologia social do sujeito marcada pela precariedade da vida, ou seja, pela condição humana de vulnerabilidade”. (RIGHETTO, 2022, p.121)”. Para ela, o termo vulnerabilidade trazido no

início deste tópico se relaciona ao conceito de precariedade. A autora tensiona a concepção de vulnerabilidade social atrelando-a ao conceito de “condição de precariedade” (BUTLER, 2015, p. 14), pois, ao falar sobre vulnerabilidade é preciso também debater sobre a infraestrutura, entendendo que a falta ou a busca pela garantia de bens infraestruturais que assegurem uma vida viável devem ser considerados para que se reconheça as diversas expressões de gênero e sexualidade, assim como os marcadores de raça, classe, moradia, entre outros. Ou seja, a autora entende que é necessário garantir as condições para a sobrevivência e prosperidade de uma vida vulnerável pois a condição de precariedade “conduz a uma potencialização da violência, a uma percepção da vulnerabilidade física de certo grupo de pessoas” (BUTLER, 2015, p. 15).

Butler (2015) sugere que uma vida não pode ser considerada perdida se não for inicialmente considerada viva; e se algumas vidas não podem ser qualificadas como vidas ou se, desde o início, “não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (BUTLER, 2015, p. 13). Então poderíamos dizer que existem pessoas que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos ao passo que “há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (BUTLER, 2015, p. 17).

Por isso, segundo a autora, afirmar que uma vida pode ser negligenciada até a morte é sublinhar não somente a finitude de uma vida (ou seja, assumir a certeza da morte), mas também sua precariedade, uma vez que a vida requer que várias condições sociais e econômicas sejam atendidas para que seja mantida como uma vida (BUTLER, 2015, p.31). Por isso, poderíamos dizer que a concepção existencial da precariedade está ligada especificamente à noção política de “condição precária” (BUTLER, 2015, p. 16).

Ao conceber a precariedade de uma vida, precisamos reconhecer também que a possibilidade de manutenção dessa vida depende das condições sociais e políticas, “e não somente de um impulso interno para viver” (BUTLER, 2015, p. 40). Logo, implica em compromissos políticos no sentido de oferecer suportes essenciais buscando minimizar a precariedade de maneira igualitária, ou seja, oferecer “alimentação, abrigo, trabalho, cuidados médicos, educação, direito de ir e vir, direito de expressão, proteção contra os maus-tratos e opressão” (BUTLER, 2015, p. 41). Ou como diz Pereira (2020a), um mundo habitável, “um mundo um pouco melhor, não o mundo em que o bem, por mais definido que seja, teria triunfado sobre o mal” (p. 01).

Estamos falando de garantir para essas pessoas em situação de precariedade uma rede social de apoio, partindo do pressuposto de que um ser vivo pode morrer e, por isso, é

necessário cuidar dele para que haja a manutenção dessa vida. Precisamos entender que é apenas em situações em que a perda da vida tem importância, que ela se coloca como uma vida passível de luto. Nesse sentido, estamos sinalizando uma distinção entre vidas valorizadas que são passíveis de luto e vidas que “devem ser destruídas” (BUTLER, 2015, p. 42). Em outras palavras, a precarização da vida não só amplia a vulnerabilidade social como pode tirar ou negligenciar a vida.

Isso quer dizer que a vida precária implica na falta de garantia de direitos e de condições para que esta vida seja possível, e nossas obrigações como sociedade, de acordo com Butler (2015), surgem da percepção de que não pode existir vida sustentada sem essas condições, e que, ao mesmo tempo, essas condições são de responsabilidade política e materializa-se em nossas decisões éticas.

Diante do exposto, não podemos deixar de reconhecer que pessoas trans\*, como temos pontuado ao longo deste trabalho, vivem uma vida precária que é politicamente induzida por questões sociais e culturais; e, por isso, sofrem com redes de apoio sociais e econômicas deficientes, sendo expostas a diferentes formas de violações, violências, morte não tendo a quem recorrer para pedir proteção, a não ser ao Estado. Porém, o Estado representa muitas vezes “precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas” (BUTLER, 2015, p.47). Logo, depender do Estado para lhes proteger, é, em outras palavras, o que Butler (2015, p. 47) aponta como “trocar uma violência por outra”, tornando-se ainda mais necessárias, a organização e a luta políticas.

Para ilustrar essa vida precária, Mombaça (2021, p. 28) as define como vidas “impossíveis” e ilustra a morte iminente pontuando:

Eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis. Não sabem que nossas vidas impossíveis se manifestam umas nas outras. Sim, eles nos despedaçarão, porque não sabem que, uma vez aos pedaços, nós nos espalharemos. Não como povo, mas como peste: no cerne mesmo do mundo, e contra ele (MOMBAÇA, 2021, p. 28).

Esse debate proposto por Mombaça nos ajuda a pensar que o ataque às pautas pertinentes a pessoas trans\*, bem como, a não garantia de direitos básicos a essa população, não são intimidadores, pelo contrário, eles impulsionam, potencializam e respaldam a luta política em prol do respeito e combate à transfobia em nosso país. Esse ímpeto na luta por direitos e reconhecimento, em certa medida, expressa aquilo que Pereira (2020a, p. 02) chama de uma poderosa sabedoria, a ideia de “que não nos submetamos com dignidade àquilo que nos elimina”.

## 1.2. A construção de um conhecimento teórico e político

Ainda neste capítulo discutimos sobre o fato de que as pessoas trans\* têm contado suas histórias a partir de um lugar. Esse lugar é conhecido na academia como lugar de fala e representatividade que é designado a pessoas que falam, escrevem, analisam a partir de suas próprias vivências (FAVERO, 2020 p. 5) e com isso conseguem fazer emergir novos saberes. Nesse texto, quem lhes escreve se utiliza deste conceito, porém entende e concorda com Favero (2020, p. 6-7) que não é suficiente dizer quem se é ou de onde se fala, é importante articular esse dado com o compromisso ético e político de seu fazer, do conhecimento que produz, pois o fato de ser também uma pessoa trans, por si só, não dá conta de garantir esse compromisso.

Nesse sentido, Favero (2020) aponta que conhecimentos produzidos por essa população, precisam estabelecer uma ética que se proponha a questionar as aberturas e fechamentos dos campos de conhecimento para pessoas trans\* intelectuais e perceber quais conhecimentos são reconhecidos e relevantes. E essas produções não estão apenas no cotidiano das vivências das pessoas trans\*. Aos poucos elas vêm “ganhando terreno” na produção de conhecimento científico.

De acordo com Pelúcio (2012), termos como colonialidade, gênero, racialização do sexo, sexualização da raça, diferença, regime heteronormativo, passaram rapidamente a ocupar fóruns políticos, arenas acadêmicas e páginas de comportados periódicos científicos. A autora acredita que isso tem a ver com a busca por novos referentes, "por um léxico torcido, fresco o suficiente para não estar marcado pelo peso dos saberes psi, médicos e jurídicos. Em boa medida, particularmente encontrei essa possibilidade nos estudos queer" (PELÚCIO, 2012, p. 414). Acreditamos que esse processo se deu também graças à inserção de pessoas queer na universidade, as primeiras que venceram, de uma forma ou de outra, a barreira da desigualdade; essa mesma barreira que o movimento T quer, e está, aos poucos, derrubando.

Pensando sob essa ótica, podemos realçar os casos de pessoas trans\*, em sua maioria negras/os e pertencentes a movimentos organizados, que se inserem no espaço universitário para produzir pesquisas sobre as temáticas trans, dando visibilidade para a pauta transfeminista, de forma a “denunciar os violentos efeitos da transfobia, do racismo, do

sexismo e do heteropatriarcado na vida de pessoas transfemininas” (NASCIMENTO, 2022, p. 550) e destacar a centralidade das construções e desconstruções de gênero.

Conforme Leticia Carolina Nascimento (2021) em seu livro intitulado *Transfeminismo*, o transfeminismo, bem como, o feminismo negro, o feminismo lésbico, entre outras tantas perspectivas, traz um olhar diferente sobre o feminismo. As experiências de mulheres transexuais e travestis são contribuições para o modo como elas entendem o feminismo “no campo das lutas políticas e das proposições teóricas” (NASCIMENTO, 2020, p. 17). Entretanto, vale destacar que, conforme afirma a autora, o objetivo do transfeminismo não é fragmentar o feminismo, mas torná-lo plural.

Nesse sentido, de acordo com Silvana de Souza Nascimento (2022, p. 550), as pessoas trans\* começam a se posicionar a partir de diferentes perspectivas teóricas e epistemológicas que se amparam nos estudos queer, no transfeminismo, etc., para serem ouvidas e reconhecidas. E assim, aos poucos as travestilidades e as transexualidades, antes entendidas sob a ótica dos estudos médicos, ganham o “rótulo de ‘estudos trans’ ou ‘questões trans’” (FAVERO, 2020, p. 3). Nesse sentido, o transfeminismo, torna-se “um movimento epistêmico e político feito por e para mulheres transexuais e travestis” (NASCIMENTO, 2021, p 45).

Nesse sentido, estamos falando de uma construção epistemológica de conhecimento forjada não mais a partir de fora, mas a partir de experiências, vidas e saberes de pessoas trans\*. Esses saberes construídos nos coletivos visam não só a produção de conhecimento em si, mas também a articulação da luta política por direitos e ocupação de espaços antes negados a esses corpos dissidentes.

Pelúcio (2012) afirma que as pessoas trans\* estudiosas/os das temáticas queer estão produzindo um saber e nomeando práticas identitárias, refutando e questionando muito do conhecimento do norte global e da cishnorma. Ou seja, são saberes translocalizados, saberes que são produzidos no sul global e por pessoas que geralmente fazem parte dessa população, tanto dentro, quanto fora da universidade, deixando de serem objetos da pesquisa de pessoas cis, para se tornarem elas mesmas produtoras do próprio saber.

Em relação a essa produção teórica podemos citar o transfeminismo, fruto das reflexões e sistematizações realizadas por pessoas trans\*, como um conhecimento importante e estratégico nas lutas do movimento T, e que contém tanto uma dimensão política, quanto teórica. De acordo com Nascimento (2022, p. 551) o pensamento transfeminista pode ser entendido como um campo de conhecimento que

tensiona questões que perpassam os feminismos de modo geral, sobretudo no que se refere à desnaturalização da categoria mulheres e feminilidades e, ao mesmo tempo, desloca a discussão central das sexualidades dissidentes presentes nos movimentos LGBTQIA+ para o tema das identidades de gênero, que vão além daquelas produzidas pelas cisnormatividades (NASCIMENTO, 2022, p. 551).

E podemos citar como exemplo de pessoas que contribuem com esse debate algumas pesquisadoras transfeministas negras brasileiras, tais como Jaqueline Gomes de Jesus, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Letícia Carolina Nascimento, que têm produzido várias publicações sobre o transfeminismo, colaborando para a “construção de epistemologias emergentes que, apesar de reconhecidas dentro dos movimentos LGBTQIA+, continuam pouco visíveis na academia e no campo dos estudos de gênero e sexualidade” (NASCIMENTO, 2022, p. 551).

Os debates sobre transfeminismo, conforme apontam Carvalho e Carrara (2013), tiveram início no Brasil durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba, onde, pela primeira vez, travestis ganharam representação política e o “T” foi incorporado à sigla. Dessa forma, o protagonismo travesti se inseriu na base das construções do movimento LGBTQIA+ (NASCIMENTO, 2022, p. 556).

No Brasil, segundo dados de Coacci (2018), a primeira pessoa a iniciar os debates transfeministas foi Aline Freitas, sob influência de Kim Pérez, criando um blog sobre tal temática em 2000. Posteriormente, em 2011, Hailey Kaas, mulher trans, tradutora e pesquisadora, criou seu blog também focando nas temáticas do transfeminismo, além de tantas outras pessoas ativistas e intelectuais, tais como Beatriz Bagagli, Viviane Vergueiro e Luc Athayde Rizzaro. Nascimento (2022, p. 554) informa que o blog de Kaas nasceu de um grupo de discussão criado no Facebook, e ficou ativo por alguns anos. Seu intuito era dirimir equívocos na maneira como jovens ativistas percebiam as experiências transfemininas e a ausência da perspectiva interseccional nessas discussões (NASCIMENTO, 2022, p. 554). E assim, a pauta do transfeminismo vem sendo discutida nos meios político e acadêmico por pesquisadoras e docentes, especialmente travestis e transsexuais. Jaqueline Gomes de Jesus, mestre e doutora em Psicologia e professora do Instituto Federal do Rio de Janeiro, merece destaque por ter sido a pioneira em organizar uma publicação sobre transfeminismo no país, em 2014, contando apenas com autoras/es brasileiras/os (NASCIMENTO, 2022, p. 559).

Dessa forma, o transfeminismo se revela importante para a visibilidade e construção de um conhecimento que parte da trajetória de pessoas trans\*. Ele vincula “as trajetórias coletivas e individuais das travestis e pessoas transfemininas à maneira como o conhecimento

é produzido, partilhado e veiculado, conectando as encruzilhadas das esquinas com os atravessamentos conceituais acadêmicos” (NASCIMENTO, 2022, p. 567). Essa formulação teórica, tem produzido efeitos políticos importantes, dentre os quais, o fortalecimento do debate e reivindicação por políticas públicas que garantam a vida e existência dessas pessoas, que garantam suas vidas vivíveis (BUTLER, 2015). Nesse sentido, podemos ver avanços nas discussões sobre a garantia de direitos, dentre eles, aqueles que estão ligados ao acesso e permanência nas universidades. Isso pode ser visto em várias instituições de ensino superior como a UFBA, a UNILAB, a UFRGS e tantas outras (FAVERO, 2020, p. 19), por exemplo, que têm adotado políticas de ações afirmativas voltadas exclusivamente a pessoas trans\*.

Essas iniciativas podem ser consideradas um grande avanço no debate e na luta por reconhecimento e visibilidade, ainda que precisem ganhar cada vez mais espaço social de modo a fazer com que a luta política, as reivindicações, garantam a inserção da população travesti e transexual em todos os espaços de forma digna e justa. Em outras palavras, conforme afirma Nascimento (2022, p. 569) essa visibilização precisa ser feita, por meio de um conhecimento partilhado, no passado e no presente, para garantir a construção de um pensamento transfeminista plural, “em que saltos altos são permitidos, mulheres de pau resistem, travestis pretas lecionam, mulheres trans pesquisam, transmasculines têm voz e podem parir” (NASCIMENTO, 2022, p. 569). E de acordo com Megg Oliveira (2020), para a concretude disso, “não precisamos colocar bomba em bancos porque nossos corpos já são incendiários”.

É importante salientar, que ao considerarmos o que fora exposto, o corpo da população travesti e transexual só pode ser acessível através da linguagem, na medida em que é ela quem produz os sentidos que o descrevem, e talvez só possa ser alcançado, enquanto questão de pesquisa, se a própria discursividade estiver em pauta. “Pode, efetivamente, algum discurso atingir uma verdade sobre o corpo trans? Ou será melhor dizermos que os diferentes discursos produzem diferentes ‘verdades’ sobre os corpos trans?” (PORCHAT; OFSIANY, 2020, p. 2). Com isso, é possível afirmar que a população travesti e transexual está produzindo outras verdades sobre seus corpos e sobre os corpos cis também, pois ao dizerem quem são, dizem também quem não são; tipificar e reconhecer essas diferenças é uma forma de produzir discursos sobre elas. Em suma, pode-se afirmar que as produções teóricas constituídas especialmente por pessoas trans\* contribuem não só para o conhecimento, mas também para a luta e articulação política.

Por fim, entendemos que a construção de um conhecimento teórico forjado por uma coletividade de pessoas trans\* é também um modo de atuação política, e que o

transfeminismo incorpora e produz esses dois elementos de um modo visceral a partir da relação entre teoria e prática, produção de conhecimento e vida, atuação política.

### **1.3. As conquistas e desafios da população T**

Ao contextualizar a história do movimento T que teve como principal objetivo lutar pelos direitos dessa população, precisamos reconhecer os resultados dessa luta. Por isso, nesse momento nos propomos a discutir sobre suas conquistas. Conforme apontado acima, se na década de 70, o cenário de pessoas trans\* no país era de exclusão social e de ausência de políticas, hoje, ainda que essa população encontre dificuldades e sofra com o preconceito, a discriminação e a exclusão, muitos avanços e direitos foram garantidos, conquistas da luta e organização política do movimento T.

De acordo com Silva et al (2018, p. 192) a epidemia de HIV/Aids possibilitou a quebra de paradigmas biomédicos na abordagem da saúde voltada à população LGBTQIAPN+. Com isso as/os profissionais desenvolveram uma política de cuidados à saúde de forma a inter-relacionar a promoção de saúde e os direitos humanos. Também foi possível incluir a diversidade sexual conforme preconiza atualmente o nosso Sistema Único de Saúde (SUS). Essa dimensão fica realçada na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, aprovada por meio da Portaria nº 675 em 30 de março de 2006, que regulamenta elementos importantes dessa conquista como o direito ao cuidado, atendimento e tratamento no âmbito do SUS, além da proibição da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012).

Outra conquista política primordial foi a resolução nº 12, de 16 de Janeiro de 2015 que permite às pessoas trans\* o uso do Nome Social e dos Banheiros em instituições públicas. E essa é uma iniciativa muito importante, pois é um primeiro passo para o respeito dessas identidades. Embora muitas pessoas trans\* também concordem que o nome social funciona como um “paliativo” (PEREIRA, 2020b, p. 104).

Uma das primeiras políticas de acesso ao nome social foi o projeto de lei PL 5002/2013 denominado Lei João W. Nery, Lei de Identidade de Gênero, que teve sua elaboração iniciada com a presença dele, durante o Primeiro Desfazendo Gênero, em Natal - RN. Esse Projeto de Lei foi proposto por Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF) e conforme o site da Câmara dos Deputados<sup>11</sup> encontra-se arquivada desde 2019. Essa lei visa a

---

<sup>11</sup> Para conferir a situação da lei na íntegra, acesse:  
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

desburocratização dos processos de retificação de nome e garantia de nossas identidades de gênero possibilitando a mudança de nome e sexo nos documentos. No entanto, em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, admitiu o direito de alterar o nome e o gênero no registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo. Assim, a decisão da Suprema Corte garantiu os efeitos do Projeto de Lei João Nery.

Outra política que dá acesso ao nome social é o provimento nº 73 aprovado em 2018 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que permite a retificação de nome e/ou gênero nos cartórios, garantindo o respeito ao gênero independentemente de procedimentos de transgenitalização. Esse direito é considerado uma das maiores conquistas da comunidade T. A possibilidade de retificação de nome e gênero de forma ampla e não diretiva é primordial para a garantia de direitos e manutenção da saúde mental das pessoas trans\*.

O PL 7292/2017 da deputada Luizianne Lins (PT-CE), acrescenta o LGBTcídio como circunstância que qualifica o crime de homicídio e inclui o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2018a; OLIVEIRA et al, 2021, p. 21). E na mesma linha, temos o PL 7702/2017, do deputado Weverton Rocha (PDT-MA), que tipifica o crime de racismo, os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero. Este projeto de lei ficou conhecido como Lei Dandara, em homenagem à travesti Dandara dos Santos, que foi torturada e morta em fevereiro de 2017. Essa proposta ainda aguarda para ser votada no plenário da Câmara (OLIVEIRA et al, 2021, p. 21).

O ano de 2018 marcou um número expressivo de travestis e mulheres transexuais concorrendo às eleições no poder legislativo federal (mais de 50 candidaturas). De acordo com Núcleo de Gênero e Diversidade - (NUGEM) ([2021?], p. 4), Erica Malunguinho foi a primeira transexual eleita deputada estadual no Brasil, em São Paulo, e mais duas se elegeram por mandatos coletivos: Erika Hilton, pela Bancada Ativista, e Robeyoncé Lima, da Juntas, respectivamente em São Paulo e Pernambuco. Já em 2020, tivemos Erika Hilton tornando-se vereadora de São Paulo com votação recorde. Em 2022, foram eleitas deputadas federais Erika Hilton (PSOL - SP) e Duda Salabert (PDT - MG).

Por fim, a conquista mais recente do movimento se refere ao fato de que o STF no ano de 2019 incluiu um parágrafo na Lei nº 7.716/1989 – que tem como objetivo punir as pessoas que cometem crimes de racismo – criminalizando a homofobia como forma de racismo, determinando que casos de agressões contra o público LGBTQIAPN+ sejam enquadrados como crime de racismo até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Atualmente contamos com a Política Nacional de Saúde Integral LGBT que surgiu em 2010 (MELLO; AVELAR; MAROJA, 2012) e um destaque maior é dado para a diferenciação entre sexualidade e identidade de gênero e a presença de interseccionalidade com questões étnico-raciais nos processos de formulação e implantação de políticas e programas do SUS (BRASIL, 2008). O destaque para as questões de identidade de gênero se faz necessário uma vez que a população travesti e transexual possui algumas demandas diferentes das demais pessoas do movimento LGBTQIAPN+.

## CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL

Este trabalho foca no debate a respeito da permanência de pessoas trans\* no ensino superior. Ele se relaciona com a visibilidade e força deste sujeito coletivo e de uma série de políticas que lhes têm garantido não só o reconhecimento, mas também o acesso a espaços historicamente negados. Dito isso, faz-se necessário definir o que estamos entendendo como políticas públicas.

De acordo com Gonçalves (2013), as políticas públicas são entendidas como “um espaço de promoção de direitos, na direção da superação das desigualdades sociais” (p. 17), sendo necessário, portanto, “reconhecer que falamos de políticas públicas relativas a direitos sociais em uma sociedade desigual” (GONÇALVES, 2013, p. 18). Por fim, concordamos com Wanderley (1999, p. 25) quando diz que

pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e de desigualdade — persistentes em nosso país — convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce mais a distância entre os “excluídos” e os “incluídos”, de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder direitos adquiridos. O Estado de Bem-Estar (que no Brasil já foi muito bem apelidado de Estado de Mal-Estar) não tem mais condições de assegurar esses direitos. Acresça-se a isso tudo, a tendência política neoliberal de diminuição da ação social do Estado (WANDERLEY, 1999, p. 25)

Então, nesse sentido, entendemos que ao falar de políticas públicas estamos nos referindo a diversas situações, como convivência nos espaços públicos, diversidade social,

adesão de indivíduos a orientações gerais de comportamento; expressão, identificação, problematização e transformação de demandas; participação de indivíduos em diferentes contextos; decisões coletivas; adequação de linguagem e procedimentos de intervenção a populações diversas; estruturação de grupos e movimentos sociais; dinâmicas de relações entre indivíduos, grupos, movimentos e poder público (GONÇALVES, 2013, p. 28).

Para contextualizar o debate, faz-se necessário definir brevemente o conceito de políticas públicas no campo da educação, pois esse é o local onde nossa pesquisa ocorre. Smarjassi e Arzani (2021) definem políticas públicas em educação como programas ou ações elaboradas pelo Estado nesta área pensadas para auxiliar na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal. Um dos objetivos é “colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos” (SMARJASSI; ARZANI, 2021, p. 1). Nesse

sentido, a autora e o autor se questionam se no Brasil as políticas educacionais se fazem presentes garantindo às pessoas cidadãs o direito ao acesso à educação de qualidade. E afirmam que em nosso país a segregação educacional ainda se faz presente gerando desigualdades, nos levando a entender que ainda é necessário continuar lutando por uma educação de qualidade. A autora e o autor, afirmam ainda que nem sempre essa cobrança recai sobre as/os legisladoras/es, “pois a culpa pelo fracasso educacional de alunos das classes menos favorecidas recai frequentemente sobre eles e suas famílias” (SMARJASSI; ARZANI, 2021, p. 1).

Sobre esse tema, Araújo e Cassini (2017) pontuam que a educação só será um direito garantido a todas as pessoas se existirem escolas em número suficiente “e se ninguém é excluído delas; portanto, se há direito público subjetivo à Educação, o Estado pode e tem de entregar a prestação educacional. Fora daí, é iludir com artigos de constituição ou de leis” (p. 568).

## **2.1. Dimensão subjetiva das políticas públicas**

De um modo geral, o conceito de política pública não compreende uma dimensão que nos parece importante no debate que fazemos: a subjetividade. Para Gonçalves (2013) “visões universais, naturalizadas e padronizadas sobre os indivíduos e sua subjetividade não retratam os fenômenos da realidade com os quais se lida no campo das políticas públicas” (p. 18). Nesse sentido, não é interessante supor que determinadas diretrizes políticas de ação e intervenção, podem ser válidas e aplicáveis a todas as pessoas (GONÇALVES, 2013, p. 18). Portanto, em nosso trabalho, assumimos essa dimensão como central para o debate em torno das políticas públicas, entendendo, também, a necessidade de políticas específicas para populações vulnerabilizadas.

Por isso, é importante considerar a dimensão subjetiva das políticas públicas, e levar em conta também a constituição histórica da construção dessas políticas para entender como tem se compreendido os sujeitos e suas subjetividades. Dito de outra forma, quando falamos em conquista de direitos, precisamos manter uma visão historicizada a respeito dos fenômenos sociais, pois isso nos permite “indicar práticas voltadas à emancipação dos indivíduos, para que se reconheçam como sujeitos de direitos” (GONÇALVES, 2013, p. 20), e assim, esses sujeitos podem conquistar autonomia, e se engajar na luta por uma vida melhor.

Por isso, não podemos ignorar os altos índices de desemprego, desigualdade social e exclusão da população. “Medidas emergenciais, nesse contexto, parecem sempre necessárias. Mas, muitas vezes, encobrem a ausência de políticas públicas” (GONÇALVES, 2013, p. 52).

Assim, faz sentido pensar em políticas que visem o benefício para populações como a de pessoas trans\* que são precarizadas pelo ‘cistema’<sup>12</sup>. Nesse caso, faz-se necessário recuperar a noção de cidadania e “opor resistência ao processo de desenvolvimento que anula os direitos juntamente com os sujeitos de direitos” (GONÇALVES, 2013, p. 51-52).

Nesse sentido, cabe pensar sobre a fragilidade dessas políticas e das pessoas que acessam seus direitos por meio delas. Para Paugam (2003, p. 33) o processo de desqualificação social começa através de uma situação de fragilidade, seguido de uma fase de dependência e pode chegar à ruptura dos vínculos sociais. A fragilidade faz relação com a experiência da deslocalização social ou dificuldades de inserção profissional onde as pessoas que passam por essa experiência não se consideram como assistidas. Essa fase de fragilidade pode levar à dependência da assistência uma vez que a precariedade profissional pode acarretar na diminuição da renda e na degradação das condições de vida, principalmente quando essa precariedade é prolongada. Uma maneira de compensar isso é recorrer às ajudas assistenciais. Por fim, a ruptura dos vínculos sociais pode ocorrer como consequência, principalmente quando existe a suspensão dos auxílios e as dificuldades se acumulam. Dessa forma, as pessoas que enfrentam essa realidade “podem deixar o último vínculo com a proteção social e conhecer, em seguida, situações cada vez mais marginais, em que a miséria é sinônimo de ‘dessocialização’” (PAUGAM, 2003, p. 33)

Todo esse cenário de sucessivas precarizações contribui para que essas subjetividades sejam postas em risco, causando grandes sofrimentos. Por isso, é importante pensar nos aspectos subjetivos dos fenômenos sociais. Essa noção da dimensão subjetiva na área da psicologia traz uma perspectiva dialética de forma a superar a dicotomia e resgatar a “subjetividade como um elemento constituinte de fenômenos sociais, a partir de um indivíduo compreendido como sujeito” (GONÇALVES, 2013, p. 65). Sawaia (1999b), por outro lado, define sua própria categoria, a saber: sofrimento ético-político, para considerar o estudo das questões sociais. Nas palavras da autora:

pesquisas que vimos realizando [...] apresentam resultados que motivaram a denominação desse sofrimento de ético-político. Elas revelam que o sofrimento gerado pela situação social de ser tratado como inferior, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano (por causa da pobreza ou em virtude da natureza restritiva das circunstâncias em que vive), é um dos sofrimentos mais verbalizados. E o que é mais importante, na gênese desse sofrimento está a consciência do sentimento de desvalor, da

---

<sup>12</sup> Entende-se por cistema, o sistema cisheteronormativo que faz referência à “tríade: sistema capitalista, cisheteronormatividade e heteronormatividade; onde as mesmas evidenciam a imposição da normalidade através de regras sociais, de padrões de identidades de gênero e de sexualidade (respectivamente)” (SILVA, 2020, p. 79).

deslegitimidade social e do desejo de “ser gente”, conforme expressão dos próprios entrevistados (SAWAIA, 1999b, p. 109).

É possível observar a grande relação entre essa categoria apresentada por Sawaia e a situação atual das pessoas trans\*. Devido à exclusão escolar e social, à marginalização imposta pela sociedade e o rótulo de “aberração”, essa população é impedida de se desenvolver e acessar espaços e serviços que permitiriam uma vida diferente da que essas pessoas enfrentam.

Por isso, entendemos que a psicologia deva contribuir para garantir a autonomia e o bem-estar social das pessoas “dizendo o que constitui a dimensão subjetiva e como ela pode se configurar de acordo com um projeto de sociedade determinado” (GONÇALVES, 2013, p. 66-67).

Por exemplo, um projeto de sociedade no qual haja previsão de atender às necessidades como direitos; onde se preveja a participação dos indivíduos nas decisões sobre aspectos que envolvem sua vida; onde se entenda que várias facetas da vida devem ser levadas em conta, para todos, porque aquilo que a humanidade alcançou deve ser disponibilizado para todos os homens — por isso, políticas de saúde e assistência social são tão importantes quanto as de cultura e lazer, por exemplo (GONÇALVES, 2013, p. 67).

Dessa forma, para que as pessoas trans\* possam exercer plenamente seus direitos, que são assegurados pela Constituição Federal, embora não sejam respeitados na prática, de acordo com Rosa (2020, p. 106), “é necessário que o processo de reconhecimento feito pelo Estado mediante as políticas públicas, seja implementado amplamente”. Pois “só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente reconfigurar a noção de conhecimento” (KILOMBA, 2019, p. 13).

Para reverter esse quadro, uma das políticas necessárias e que está relacionada ao acesso de pessoas trans\*, são as ações afirmativas que podem ser entendidas como qualquer programa ou iniciativa, seja pública ou privada, que tenha como objetivo “conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social específico, com vista a um bem coletivo” (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 13). Podemos citar como exemplo de questões contempladas nessas políticas as questões de etnia, raça, classe, ocupação, gênero, sexualidade, entre outras. Já os recursos e oportunidades que são distribuídos pela ação afirmativa podem incluir a “participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico” (FERES JÚNIOR et al., 2018, p. 13).

Dito isso, faz-se necessário definir o conceito de ações afirmativas e como estamos entendendo esse conceito neste trabalho. As ações afirmativas conforme Toubia e Lima (2015, p. 1-4) se preocupam com as desigualdades sociais e de modo geral visam reparar injustiças sociais “e estabelecer condições de igualdade entre as pessoas”. Sua finalidade é diminuir ou erradicar práticas que discriminam uma parcela marginalizada da população, elas fazem parte da política estatal de caráter compensatório, com o objetivo de “contrabalancear desigualdades”.

No campo da educação, Toubia e Lima (2015) entendem as ações afirmativas como: o ato de planejar e atuar de forma a “promover a representação de certos tipos de pessoas. Aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas” (TOUBIA; LIMA, 2015, p. 7). Nesse sentido, podemos pensar nas ações afirmativas que culminaram em leis que promovem o acesso às universidades para “negros, índios e as classes sociais desfavorecidas em uma escala jamais vista, fato que demonstra os avanços das políticas públicas rumo à universidade para todos” (TOUBIA; LIMA, 2015, p. 1).

Como vimos, as ações afirmativas visam dirimir as desigualdades sociais e garantir direitos a todas as pessoas. E quando falamos em pessoas trans\*, é notória a marginalização que essa população sofre por ser diferente, necessitando de políticas que tratem de suas demandas específicas. Uma vez que é direito de todas/os, cada uma/um deve gozar desse direito sem perder sua autonomia, nesse caso, faz-se necessário que as diferenças também sejam reconhecidas, mas sem que com isso se produza ou compactue com desigualdades que impedem as pessoas de terem uma vida digna e com as mesmas condições que as/os demais.

Mas isso não é tudo, é necessário mais do que o reconhecimento da existência dessas desigualdades, e no campo central do debate que postulamos nesta dissertação, é preciso um “delineamento de caminhos a serem percorridos, bem como estratégias, que não apenas facilitem a inserção no ensino superior, mas que assegurem sua continuidade e permanência” (TOUBIA; LIMA, 2015, p. 4-5). É necessário tratar de forma desigual as/os desiguais.

As ações afirmativas, que podem ser entendidas como exemplo de políticas públicas, preveem uma igualdade que ultrapassa a igualdade material, uma vez que abarcam todas as instâncias na vida das pessoas. E assim, deixam de ser um princípio jurídico e passam a ser um compromisso que é reconhecido pelo Estado, e é “exercido por meio da Constituição, uma vez que são ações efetivas e não somente determinações que se mantêm somente no papel” (SANTOS, 2017 p. 25). Por isso, devemos reconhecer a importância dessas políticas, pois como afirma Rosa (2020, p. 109) as “políticas públicas são nossas únicas garantias de que a

lei passará a ser cumprida, uma vez que é sabido que não existe direito se não existir garantia” (ROSA, 2020, p. 109).

Neste trabalho, partimos do entendimento de que as políticas públicas “pressupõem uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico [e de gênero]” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2017 *apud* RIBEIRO, 2020, p. 44). Essas políticas visam aumentar e facilitar o acesso de grupos marginalizados a direitos historicamente negados de forma a garantir a igualdade de oportunidades.

Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas amparam-se na constituição e na legislação federal e são entendidas como “medidas legais que se fundamentam em princípios de reparação e compensação das desigualdades sociais presentes na História do Brasil” e não devem ser entendidas como concessões do Estado, mas sim como deveres diretamente relacionados com o objetivo de

erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Art. 3º, Incisos III e IV, da Constituição da República Federativa do Brasil - CF), a igualdade material (Art. 5º, Caput, da CF) e a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Art. 206, Inciso I, da CF); (UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, 2018 *apud* RIBEIRO, 2020, p. 45-46).

Entendemos que essas políticas são grandes aliadas na garantia de direitos de pessoas trans\*, e por isso se fazem tão importantes para esse público uma vez que contribuem para o fortalecimento da democracia, da cidadania e do campo dos direitos, seja através de pautas de reconhecimento, respeito e igualdade, seja pelo processo de redistribuição de renda. Por meio delas, a população de pessoas trans\* tem se configurado como um público importante, sujeito coletivo que tem garantido uma série de direitos através de suas reivindicações, lutas e da construção de políticas públicas com foco em suas demandas.

Apesar dos limites e dificuldades que as pessoas trans\*, ainda precisam enfrentar, podemos perceber algumas conquistas políticas que demonstram avanços na luta pelo direito dessa população. Para exemplificar ainda mais algumas dessas políticas conquistadas até o momento, mostramos a tabela<sup>13</sup> criada por Rosa (2020, p. 108-109) que mostra todas as leis e políticas públicas que foram conquistadas por pessoas trans\* até agora.

---

<sup>13</sup> Apesar de a tabela ter sido transcrita na íntegra, nós ordenamos as políticas por ordem de criação para seguir uma ordem cronológica das conquistas alcançadas pelas pessoas trans\*.

**Tabela 1: Relação de políticas Públicas para pessoas trans\***

<b>Política Pública</b>	<b>Orgão</b>	<b>Ano</b>
Institui diretrizes nacionais para o processo transexualizador no SUS.	Portaria nº 1.707	2008
Nome Social no SUS	Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Ministério da Saúde	2009
Assegura aos dependentes de união estável entre pessoas do mesmo sexo as garantias previstas no Regime Geral de Previdência Social no que se refere a benefícios previdenciários.	Portaria nº 513	2010
Estabelece procedimentos para a realização de cirurgias de transgenitalização	Resolução nº 1.955	2010
Assegura uso de nome social de transexuais e travestis em órgãos do MEC	Portaria nº 1.612	2011
Somente Nome Social em cartões do SUS	Ministério da Saúde – Nota técnica 18/2014	2013
Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)	Portaria Nº 2.803	2013
Nome Social no ENEM	Instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	2014
“A Lei Maria da Penha pode ser aplicada a mulheres transexuais e/ou travestis, independentemente de cirurgia de transgenitalização, alteração do nome ou sexo no documento civil”.	COPEVID-GNDH-CNPG nº 30 (001/2016):	2016
Nome Social no alistamento militar	Decreto 8.727	2016
Nome Social no CPF	Decreto 8.727	2016
Alteração de registro civil por travestis e transexuais sem que seja necessária a realização de procedimento cirúrgico	Ação direta de inconstitucionalidade 4.275	2018
Cotas de gênero nas eleições	Tribunal Superior Eleitoral	2018
Inclusão de nome social no cadastro e atualização do Título eleitoral	Tribunal Superior Eleitoral - (Portaria Conjunta TSE nº 1, de 17 de abril de 2018)	2018
Transferência de travestis compatível com sua identidade de gênero	Supremo Tribunal Federal (STF) - HC152491 - Ministro Barroso Resolução conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014 do CNPC e CNCD LGBT	2018
Nome Social no RG	Decreto federal nº 9.278	2018
Nome Social em registros escolares - educação básica	Ministério da Educação (MEC)	2018
Homofobia e Transfobia enquadrados como crimes de racismo	Lei 7.716/1989 <sup>14</sup>	2019

Fonte: Rosa (2020).

<sup>14</sup> Vale ressaltar que a Lei nº 7.716 foi aprovada em 5 de janeiro de 1989 e tem como objetivo punir as pessoas que cometiam crimes de racismo. O Supremo Tribunal Federal<sup>#</sup> incluiu um texto criminalizando a homofobia como forma de racismo, determinando que casos de agressões contra o público LGBTQIA+ sejam enquadrados como crime de racismo até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Diante de todas as políticas acima listadas, nos debruçaremos no próximo tópico na discussão das políticas no espaço da universidade. Entendendo que essa problematização irá nos ajudar a pensar o ingresso e, especialmente, a permanência de pessoas trans\* de forma a compreender quais são as dificuldades encontradas por elas no processo de inserção no ensino superior; discutindo políticas afirmativas para a permanência dessa população na universidade, a exemplo da política do nome social. Ainda que o foco deste trabalho não seja na discussão do ingresso, mas da permanência, entendemos que é necessário falar, mesmo que de forma breve, sobre ele.

## **2.2. A conquista do direito à universidade: o acesso de pessoas trans\* no ensino superior**

Embora o foco deste trabalho seja a permanência de pessoas trans\*, optamos por discutir, também, neste tópico, o acesso à universidade com vistas a contextualizar o debate. E quando pensamos em políticas de acesso ao ensino superior, temos três questões que nos parece interessante pontuar.

Elas estão presentes no Plano Nacional de Educação (PNE) que promoveu políticas de acesso ao ensino superior com: a) a expansão das Universidades Federais através do programa REUNI; b) a política de educação à distância (EAD); e, c) o PROUNI e o FIES por meio de parcerias com as instituições privadas de nível superior. “Todos esses programas vieram através das metas e estratégias que foram traçadas para a Educação Superior” (ANDRADE, et al, 2019, p. 5). Dentre esses três programas o REUNI chama atenção pois, de acordo com Andrade et. al. (2019, p. 5) tem como finalidade amplificar e reestruturar as universidades federais com a perspectiva de ofertar uma educação superior que gere inclusão e reduza as desigualdades regionais ampliando o investimento no ensino superior público. No momento, as instituições públicas não suportam a demanda presente no Brasil por educação superior, e a “ausência de uma política pública forte e bem estruturada de financiamento estudantil compromete sobremaneira o atingimento das metas” (ANDRADE, et al, 2019, p. 5).

Dessa forma fica evidente como as políticas de acesso ao ensino superior são importantes pois dão a oportunidade para que as pessoas tenham mais acesso ao mercado de trabalho e, assim, consigam se manter financeiramente, além de elevar o nível de desenvolvimento cultural, intelectual e social. Dito de outra forma, nas palavras de Andrade et. al. (2019, p. 6), o ensino superior além de preparar para o exercício de uma profissão, também “estimula o pensamento reflexivo, valoriza a responsabilidade social e incentiva a criação do conhecimento e a promoção da cultura e os valores humanos”.

Além disso, a sociedade atualmente exige um nível cada vez maior de formação das pessoas. Então, é fundamental que o Estado garanta a elas as condições de ingressarem no ensino superior. “Desse modo, as políticas públicas direcionam a ação dos governos para áreas específicas, com o intuito primordial de buscar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade” (ANDRADE, et al, 2019, p. 6). E quando pensamos nas pessoas trans\*, esse acesso à universidade é ainda mais complexo, dado os altos índices de precarização da vida dessa população; nesse sentido, a ascensão desse grupo parece ainda mais distante dado, entre outras coisas, da dificuldade de acesso.

Em nossa cultura temos o hábito de encarar o processo de acesso e permanência nas universidades como mérito individual (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 237). Mas responsabilizar as pessoas trans\* pelo fracasso acadêmico contribui para que a cobrança excessiva, o sentimento de culpa e menos valia, perdure gerando sofrimentos psíquicos diversos; além de jogar a responsabilidade nas costas de uma única pessoa, quando na verdade os fatores de acesso e permanência de pessoas trans\* na universidade envolvem vários elementos que estão relacionados às condições materiais e educacionais, entre outros; e que, neste caso, também são condições precarizadas. É sobre esses elementos que esse trabalho se propõe a discutir.

Para evidenciar a dificuldade de acesso de pessoas trans\* à educação, relembremos o que fora discutido na introdução deste trabalho, a saber, que o número de pessoas trans\* em universidades federais, gira em torno de 0,1% a 0,3%, conforme aponta Iazzetti (2022); dado que é reforçado pela ANTRA (2020) quando diz em seu estudo que esse número é de 0,02% (ANTRA, 2020, p. 43); e que 72% dessa população não concluiu o ensino médio. Esse processo de exclusão atrelado à transfobia, revela outra crueldade, a de que 90% da população utiliza a prostituição como fonte de renda (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021, p. 43-44).

Silva (2018) aponta, em sua pesquisa com pessoas trans\* na universidade, que ao serem questionadas se sentiam o desejo de ingressar na universidade, a maioria respondeu que sim (77,5%). E se compararmos com “o dado de escolaridade, podemos perceber que 31 (trinta e uma) dessas pessoas sentem vontade, mas a maioria delas não conseguiu esse ingresso” (SILVA, 2018, p. 37). Com isso, podemos ter uma percepção da relação entre o desejo das pessoas trans\* de cursar o ensino superior *versus* o número efetivo daquelas que conseguem, o que nos mostra que essa população aspira ingressar na universidade, mas as dificuldades não permitem que isso aconteça. E conforme Silva (2018, p. 37) mesmo aquelas que conseguem acessar as universidades, muitas acabam desistindo, apresentando altos

índices de evasão universitária, que se torna maior que o índice de conclusão do ensino superior.

Diante do exposto, podemos entender que, ao contrário do que é dito pelo senso comum, todas as pessoas trans\* que desejam ingressar no nível superior, de fato se empenham para conseguir acessar a universidade, mas a sucessão de preconceitos, a ausência de políticas públicas e o despreparo das instituições de ensino para atender a essa demanda, não dão conta de garantir esse acesso.

Outro ponto a ser destacado acerca da dificuldade de acesso dessa população ao ensino superior é a ausência de debates nos ensinos fundamental e médio sobre a travestilidades e transexualidades, como apontam Silva e Vaz (2020, p. 54):

os movimentos e ações reacionárias colocam em risco projetos educacionais emancipadores, entre eles os para a diversidade. Na medida em que defendem que não se deve discutir temas como gênero e sexualidade na escola, ampliam desigualdades, silenciamentos, exclusões, muito comuns no cenário educacional brasileiro. Isso é muito grave para a população LGBTI+, cuja frequência aos espaços de ensino formal muitas vezes é permeada por situações constrangedoras, de desrespeito e que não raro levam à evasão escolar. Segundo Bento (2011), não se pode, no entanto, falar em simples evasão e sim em expulsão, visto que a própria instituição gera situações que provocam a saída forçada desses alunos. Nesse caminho, ao se recortar o cenário para a realidade da população trans, os dados de evasão/expulsão são significativos. De acordo com uma pesquisa realizada em 2016, 82% da população trans não consegue concluir o ensino básico no Brasil. Por isso, é que debater questões como gênero e sexualidade nas escolas pode ser um caminho que contribua para a mudança dessa realidade (SILVA; VAZ, 2020, p. 54).

Essa ausência de debates contribui para a reprodução de um discurso preconceituoso e excludente, fazendo com que as pessoas trans\* enfrentem dificuldades significativas para estudar, e isso gera um abismo entre a educação básica e o ensino superior. Esse abismo é evidenciado no alto índice de pessoas trans\* inseridas no ensino fundamental, ao contrário do índice nos ensinos médio e superior. Isso mostra como o acesso à universidade ainda é incipiente, uma vez que algumas universidades têm regulamentado o acesso de trans\* à pós-graduação, mas ainda não regulamentam o acesso à graduação.

Scote e Garcia (2020, p. 11) trazem uma reflexão de uma das suas entrevistadas, a saber Gal, que afirma: “as pessoas trans não estão nem concluindo o ensino fundamental, a gente não está falando nem de pessoas trans dentro do ensino médio, a gente quer falar de pessoas travestis e trans dentro da faculdade. É bem complicado!”. Por isso, para nós, discutir essa realidade é tão importante. Se faz necessário visibilizar tanto o debate do não acesso, para pensar estratégias de reivindicação e pressão do Estado com vistas à promoção de

políticas de ingresso, como também, discutir as condições de permanência daquelas que ali chegam.

Essa dificuldade de acesso ao ensino superior enfrentada por essa população se dá pelos ataques do “último governo brasileiro” às pautas que interessam a esse grupo (SILVA; VAZ, 2020, p. 52). Para ilustrar essa dificuldade, os autores citam o caso ocorrido na UNILAB que teve seu edital focado no ingresso de pessoas trans cancelado:

um exemplo recente desse processo é o cancelamento do edital de processo seletivo para entrada no ensino superior, aberto pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira/ UNILAB, que destinava vagas específicas para pessoas trans\*, no ano de 2019. Com a proposta de remanejar vagas ociosas nos cursos de graduação, elaborou-se um edital que as garantia para alunos autodeclarados trans e intersexuais que fossem selecionados por meio de processo seletivo. Antes que o exame pudesse ser realizado, o atual Presidente da República pronunciou-se em suas redes sociais, avisando que acionaria o Ministério da Educação (MEC) para o cancelamento do edital. Após a intervenção do órgão, que desrespeitou o princípio da autonomia universitária, a UNILAB atendeu à demanda presidencial. Como forma de protesto e tentativa de reverter a decisão, um grupo de alunos ocupou a reitoria da instituição por cento e vinte dias. [...] O episódio mostra dois elementos importantes dessa disputa de sentidos em curso no Brasil. O primeiro é o pânico moral acionado contra as minorias, nesse caso contra a população trans no campo educacional, enquanto o segundo funciona como indicativo de que estamos vivendo um regime ditado pelo agenciamento de informações rápidas e da configuração das redes sociais como um campo de batalha (SILVA; VAZ, 2020, p. 53).

Para que violações de direitos como essas não continuem ocorrendo, é necessária a afirmação de políticas de ação afirmativa destinadas a pessoas trans\* no ensino superior como objetivo, meta. Dito de outra forma, conforme Silva e Vaz (2020, p. 59), as políticas de ação afirmativa são importantes para o acesso, mas também para a permanência de pessoas trans\* no “sistema educacional, considerando que um dos grandes problemas sociais que acomete essa população é a impossibilidade de concluir o ensino formal devido ao frequente não reconhecimento de sua identidade de gênero” (SILVA; VAZ, 2020, p. 59) além de questões familiares e de trabalho.

E essa falta de reconhecimento se dá de várias formas e em vários ambientes, coadunando com o que Silva e Vaz (2020, p. 59) chamaram de “lógica elitista, cisgênera e branca” que compõe historicamente a estrutura social, e se levarmos em conta que as instituições universitárias também compõem a sociedade, essa lógica também se faz presente nesses espaços. Ainda sobre isso, devemos reconhecer, junto com os autores, que mesmo com tantos avanços nessa direção, o contexto político recente foi “desfavorável, e até ameaçador, no que tange ao tema das ações afirmativas, vistos os exemplos citados no texto. Eles versam

sobre o desmonte da educação no Brasil, que se realiza através de ações (des)governamentais” (SILVA; VAZ, 2020, p. 59).

Por isso, é necessário reconhecer que o acesso à educação superior no nosso país transformou-se em objeto de disputa política, confrontando “de um lado, perspectivas mais elitistas de limitar o acesso e de manutenção do prestígio dos diplomas para poucos” (SCOTE; GARCIA, 2020 p. 20) e, de outro, as perspectivas mais populares de ampliação do acesso que representa o desejo de outras camadas da sociedade, onde os principais objetivos são a inserção profissional e a ascensão social das mesmas (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 21).

E muitas vezes, essas tentativas de ingresso mal-sucedidas das pessoas trans\*, são entendidas dentro das instituições de ensino como “casos esporádicos e pontuais e não como um fenômeno alicerçado institucionalmente, ao passo que se atomiza as práticas de subjugação social” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 237). Essa prática violenta contribui para o “ocultamento, estigma e abjeção” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 237) dificultando o acesso e a permanência na universidade.

Na contramão dessas práticas podemos destacar iniciativas que pretendem mudar essa realidade e combater a exclusão mobilizando o acesso da população de pessoas trans\* às universidades, como é o caso da criação de 23 cursos preparatórios “em várias regiões do país para reverter o quadro histórico de exclusão nessas instituições” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 238). O Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) afirma que “tais cursos são iniciativas individuais e coletivas potentes para a formação política e a transformação da deplorável realidade socioeconômica das pessoas trans” (CANTELLI *et. al.*, 2019, p. 9). Uma iniciativa como essa é de fundamental importância para que pessoas trans\* que não têm condições de acesso à educação, e outros direitos sociais que são fundamentais para uma vida social plena, possam se capacitar profissionalmente por meio do acesso à formação escolar (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 243-244).

Outro avanço que podemos citar é a iniciativa da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que fundou o “Núcleo de Estudo e Pesquisa de Travestilidades, Transgeneridades e Transexualidades (NeTrans/UFSC/CNPq) formado por estudantes trans de graduação e pós-graduação” (SILVA; VAZ, 2020, p. 52) com o objetivo de desenvolver pesquisas e participar de ações educativas/formativas, com foco na “relação entre a liberdade e o poder de ser quem se é e a resistência em existir em um espaço que nem sempre os acolhe no interior das dinâmicas normativas dessa sociedade” (SILVA; VAZ, 2020, p. 52). “A entrada de alunes trans na pós-graduação antes da implementação de políticas de ações afirmativas” (SILVA; VAZ, 2020, p. 52) possibilitou a criação desse núcleo de pesquisa que

representa um espaço importante no desenvolvimento da produção de conhecimento realizada por pessoas pesquisadoras trans\*, e que também “possibilitou diálogos frutíferos no que tange à construção de propostas de ações afirmativas para a população trans no ensino superior, em específico na pós-graduação” (SILVA; VAZ, 2020, p. 60).

Outro ponto importante a se destacar no que tange aos avanços, é o dado trazido pela pesquisa publicada em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES). Mesmo que a pesquisa seja recente e não tenha contabilizado integralmente a presença de estudantes trans\*, os dados que demonstram a existência desse público já indicam um processo, em andamento, de ampliação do acesso ao ensino superior por parte dessas/es estudantes. De acordo com a pesquisa, 0,1 % das/os estudantes entrevistadas/os se declarou mulher trans e 0,1% homem trans, entre, aproximadamente, 424 mil estudantes matriculadas/os em universidades públicas do Brasil. E as políticas de ação afirmativa no âmbito da educação produzidas nas últimas décadas não contemplaram os recortes de gênero relacionados à população travesti e transexual, o que evidencia a emergência desse debate.

Como podemos ver, nas universidades públicas o número de estudantes trans\* ainda é reduzido, mas saímos de um absoluto zero, para uma presença mesmo que diminuta, o que pode significar que pelo menos uma pequena parcela tem conseguido frequentar a universidade. E esse aumento da população travesti e transexual nesses espaços se dá, segundo Silva e Vaz (2020, p. 54), devido a “implantação de políticas de ações afirmativas que vêm sendo desenvolvidas nas universidades públicas brasileiras, para os cursos de graduação” (SILVA; VAZ, 2020, p. 54).

Nesse sentido, atualmente já é possível notar que essas iniciativas já estão dando algum resultado. O Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), afirmou que “o número de travestis e transexuais que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) saltou de 102, em 2014, para 278, em 2015, e 408 em 2016, quadruplicando em um intervalo de 2 anos (INEP, 2016). Esse aumento no número de pessoas travestis e transexuais que realizaram o ENEM é um grande avanço para a luta desse público por acesso à educação de qualidade. E em relação a isso, precisamos reconhecer que ainda existe uma carência de políticas públicas específicas que garantam esse direito. Ainda que a escolarização seja um direito básico de qualquer cidadã/ão, ele ainda é negado, muitas vezes pelas limitações que o sistema educacional ocasiona. E conforme afirmam Scote e Garcia (2020, p. 5), o acesso à educação representa “uma das únicas possibilidades de visibilidade, ascensão econômica, social e cultural para esse grupo”. Com isso, precisamos reiterar que para além

das barreiras que pessoas trans\* enfrentam na inserção à universidade, a permanência é ainda mais importante, visto que, de acordo com Rosa (2020, p. 104), ela “permeia aspectos como o direito à educação, à cidade, à saúde e vale também mencionar que com os cortes nos auxílios estudantis, esta também se relaciona com o direito ao trabalho”.

O que se pode concluir do que fora explanado acima, é que apesar de todas essas iniciativas, vemos como ainda é necessário seguir avançando, pois quando pensamos ou vemos pessoas trans\* se inserindo na universidade, nós percebemos que apesar disso, e de estarem se utilizando das políticas públicas, esse avanço ainda não ocorreu para todas as pessoas. De acordo com Rosa (2020, p. 104) a população de pessoas trans\* ainda é considerada uma das populações mais marginalizadas e oprimidas em nosso país, e ainda é possível observar falas que perpassam por discriminações e ausências no ensino superior. Por isso, poderíamos dizer que há um “abismo” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 243) entre as pessoas trans\* e os centros universitários que se relaciona com as múltiplas violências inscritas nas trajetórias escolares, familiares, pessoais e profissionais delas.

Para discutir políticas de ingresso de pessoas trans\* na universidade é necessário ter em mente que refletir acerca dessas questões envolve pensar que “o apagamento das identidades trans não se apresenta exclusivamente nas universidades, pois as violências e violações a que são acometidas manifestam-se ao longo das suas vidas” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 234). E precisamos entender que o ingresso na universidade não é algo comum na vida dessa população, dado que, a maioria das pessoas trans\* “evadem” da escola no ensino fundamental.

Isso implica na impossibilidade de construção de suas próprias histórias sendo vítimas do “acaso” criado pelas políticas excludentes do nosso sistema. E para mudar esse cenário, faz-se necessário a construção de leis e decretos que façam a reparação das negligências causadas pelo sistema de ensino, a fim de reconhecer a história e a cultura de pessoas trans\*. Para evidenciar ainda mais essa dificuldade no acesso à universidade por parte desse público, iremos agora discutir mais detalhadamente sobre as políticas de permanência.

### **2.3. Políticas de permanência na universidade para a população trans\***

Em nossa pesquisa bibliográfica, grande parte dos textos lidos ressaltaram as políticas de uso autorreferido dos banheiros e o uso do nome social como as principais políticas públicas para pessoas trans\* nas universidades. Essas políticas, apesar de serem importantes

para a permanência dessa população, não são suficientes. Não podemos relacionar a permanência apenas ao fato de as “políticas públicas serem implementadas, mas, também, aos aspectos subjetivos que dizem ‘respeito a condição social, cultural e econômica do sujeito’” (CARVALHO; JEZINE, 2016, *apud* SANTOS, 2018, p. 9).

Nesse caso, a permanência no ensino superior, foco de nosso trabalho, envolve a criação e fortalecimento de políticas públicas e qualquer outra iniciativa que influencie na continuidade das pessoas trans\* na universidade, e que considerem fatores econômicos, sociais, pessoais, familiares, a saúde mental, a estrutura da universidade, as redes de apoio que essa população dispõe, entre outros; ou seja, a permanência está diretamente ligada a todos os processos de criação de novas ou outras rotas que produzem possibilidades de subjetivação.

Podemos citar como exemplo o que Scote e Garcia (2020) apontam quando chamam atenção para a realidade de estudantes trans\* de graduação, atravessada pela dificuldade de acesso a outros direitos básicos, como moradia e alimentação: a imprescindibilidade de uma bolsa-auxílio. Além disso, as bolsas de monitoria, as de estímulo à pesquisa – como por exemplo, as de iniciação científica na graduação –, e as bolsas de pesquisa para mestrado e doutorado, são importantes para a formação e permanência de muitos estudantes na universidade. E mesmo com as políticas internas já existentes na universidade que visam respeitar a identidade de gênero, as condições de permanência de estudantes trans\* dependem da garantia de outros direitos, como as bolsas e auxílios acima citados.

Ainda nesse sentido, outro ponto a se destacar é a necessidade de que as políticas públicas sejam interseccionalizadas, pois a maioria dessas políticas são pensadas para um sujeito universal como afirmam Scote e Garcia (2020, p. 4): “encontramos somente discussões sobre os direitos dentro de uma perspectiva mais ampla, enfocando políticas públicas, projetos de lei e ações sociais visando ampliar a visibilidade social, política e econômica dessa população” (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 4). Entretanto, essas políticas não dão conta da complexidade da vida de uma pessoa travestis/transsexual e, principalmente, de suprir as necessidades históricas que são atravessadas por fatores socioeconômicos, familiares, entre outros. Por isso precisamos de políticas públicas interseccionais.

De acordo com Odara (2020, p 100) “as políticas públicas universais não contam para atender” os grupos minoritários; dessa forma, elas precisam ser feitas “de maneira interseccional” (ODARA, 2020. p. 100), pois a interseccionalidade permite compreender e enfrentar de uma forma mais precisa a “articulação entre as questões de gênero e raça, uma vez que estes não se desenvolvem de modo isolado” (WERNECK, 2007, p. 4) e não afastam outros fatores que possam produzir desigualdades e injustiças na vida cotidiana das pessoas. E

para além da insterseccionalidade dessas políticas, precisamos pensar na conexão transversal “no que tange à garantia dos direitos sociais” (ODARA, 2020, p.101), de forma a levar em conta, como a macropolítica será efetivada na micropolítica, pois, ainda é possível ver atualmente, “os grandes índices de violência e fragilidades de efetivação dessas políticas” (ODARA, 2020, p. 101). A seguir, traremos algumas políticas que estão diretamente relacionadas com a permanência das pessoas trans\* no ensino superior.

### **2.3.1. Algumas das políticas (de permanência) existentes**

#### 2.3.1.1. Nome social

Berenice Bento (2014) afirma que quando estamos falando de questões ligadas ao acesso e à permanência de pessoas travestis e trans na universidade, o nome social funciona como uma gambiarra política. Já para Lacerda e Almeida (2021, p. 241) é uma solução paliativa para o direito básico de acesso às instituições de ensino, se considerarmos a transfobia como um fator que impede a permanência de pessoas trans\*. Dessa forma, o nome social “é a porta de entrada para os demais direitos sociais, mas ele, isoladamente, não garante a permanência na educação superior” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 241). Apesar dessas considerações, compreendemos que o nome social é uma política muito importante na vida da maioria das pessoas trans\*, pois é ele que dá vida, que reafirma a identidade com a qual a pessoa se identifica.

Negar esse direito é apagar, silenciar essa vida que acabou de nascer socialmente, além de uma “privação de um direito civil, de expressão e de personalidade, pois envolve a exclusão, distinção e restrição” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 240). Reconhecer o direito ao nome social nas instituições é uma medida de ampliação da cidadania e dos direitos para pessoas trans\* já que “o nome social é o nome através do qual a pessoa deseja ser identificada, uma vez que o nome civil não condiz com o modo de vida que a travesti ou a/o transexual assume na atualidade” (LIMA, 2013, p. 11). Por isso, devemos considerar o nome social como uma política que auxilia na promoção do respeito às pessoas trans\* e na concretização de suas vivências. Assim, não nos resta dúvida de que “a aceitação, aplicação e legalização do uso do nome social é um dos elementos que colaboraram para a ampliação e, principalmente, o acesso da população trans ao Ensino Superior” (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 4).

Outra questão a ser levantada sobre o nome social é que ele não substitui a alteração de nome civil nos documentos legais. Por isso, o provimento nº 73 criado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ foi tão importante para a garantia desse direito de retificação de nome. Antes deste provimento, as pessoas trans\* tinham que recorrer à justiça para fazer essa alteração e cada juiz interpretava o caso de forma isolada e de acordo com seus próprios princípios, negando muitas vezes a retificação.

De acordo com Lacerda e Almeida (2021, p. 244) “embora o nome social constitua uma reivindicação da militância trans como estratégia determinante para a sobrevivência no espaço acadêmico, os regulamentos de uso do nome social se mostram insuficientes no contexto institucional” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 244). Isso quer dizer que apesar desta política ser tão importante na vida de pessoas trans\* e já possuir leis (ou provimentos) que garantam o direito a essa política, ela ainda não tem sido cumprida devido a falta de fiscalização.

Essa falta de fiscalização é denunciada pela ANTRA (2022, p. 10) que afirma que a ausência de políticas e campanhas de conscientização sobre os direitos das pessoas trans\* corrobora para a naturalização do preconceito e o desrespeito aos pronomes, identidades de gênero e nomes sociais destas pessoas. A ANTRA (2022, p. 101) também cita uma pesquisa realizada nos Estados Unidos com 129 sujeitos que concluiu que o respeito ao nome social diminui consideravelmente as taxas de depressão e suicídio, além de reforçar a necessidade urgente de debates sobre saúde mental com a população de pessoas trans\*; reiterando a importância do respeito ao nome social para a saúde mental da população beneficiada com tal política inclusiva.

### 2.3.1.2. Uso autorreferido dos Banheiros

Outra política bastante importante em nosso país é a política do uso autorreferido dos banheiros. E essa questão é muito polêmica pois “envolve não só a questão legal, mas também uma mudança de costumes, ou seja, de aceitação por parte do restante da sociedade” (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 16). Dentre as discussões mais comuns acerca dessa temática, a que mais se sobressai é a preocupação da utilização dos banheiros contribuir com a reiteração da violência. Essa temática é sensível às pessoas trans\*, uma vez que afirmam que só se sentem seguras “no banheiro da minha casa, não é fácil, não me sinto segura” (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 16). Nesse sentido, esse debate tem sido realizado na sociedade de modo geral e vão

se criando possibilidades de configurações de banheiros como as apontadas por Rios e Resadori (2015) que afirmam:

compartilhamos de algumas possibilidades: dois banheiros separados por gênero, com liberdade de utilização sem discriminação por identidade de gênero; instalações de banheiros de utilização individual, acessíveis a todos, sem distinção de sexo ou identidade de gênero; instalação de um único banheiro, de utilização coletiva e universal, com cabines individuais internas sem distinções (RIOS; RESADORI, 2015, p. 218).

É possível notar que toda essa problemática levantada acerca dos banheiros envolve intimidade e um certo tabu acerca do corpo. Mas como podemos ver, ainda há muito para avançar no que diz respeito à aceitação da sociedade, como apontado por Scote e Garcia (2020). A transfobia de fato é uma barreira para que essa aceitação aconteça. Entretanto, devemos seguir na luta por nossos direitos de forma a garantir que todas as pessoas tenham o mesmo acesso aos espaços.

Ao se posicionar a respeito da questão dos banheiros, a ANTRA (2022, p. 80) denuncia e se manifesta contrária à proibição da utilização dos banheiros femininos por pessoas travestis ou transexuais femininas, tão recorrente e frequentemente divulgado nas mídias sociais. Podemos citar um caso ocorrido em um shopping da capital alagoana, onde ao ser expulsa do banheiro feminino por uma mulher cis que se incomodou com sua presença, uma travesti foi filmada enquanto era arrastada para fora do shopping por dois seguranças gritando por justiça<sup>15</sup>.

Essa prática tem sido comum em grupos antitrans que tentam emplacar uma narrativa de que as pessoas transfemininas, conforme afirma a ANTRA (2022, p. 11), “oferecem riscos aos direitos das mulheres cisgenêras, incluindo argumentos falaciosos sobre a possibilidade de aumento de casos de estupro contra mulheres cisgenêras devido ao direito a afirmação de gênero de pessoas trans<sup>16</sup>”. O documento ainda afirma: “o discurso de ódio leva a crimes de ódio” (ANTRA, 2022, p. 11).

---

<sup>15</sup> Para saber mais leia a matéria: Justiça condena segurança de shopping de Maceió por impedir travesti de usar banheiro feminino. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2021/06/07/justica-condena-seguranca-de-shopping-de-maceio-por-impe-dir-travesti-de-usar-banheiro-feminino.ghtml>. Acesso em: 03/07/2022.

<sup>16</sup> Essa prática é apontada pela ANTRA como trans panic que é entendido como “uma estratégia adotada por grupos antitrans, RADFEM/TERF, fundamentalistas religiosos e outros, especialmente nas redes sociais, através de meias verdades ou a manipulação de dados pouco confiáveis ou difíceis de verificar/comprovar, para criar medo e disseminar mitos, estigmas e tabus contra pessoas trans a fim de desumanizar, ridicularizar, negar acesso a espaços e a direitos, assim como criminalizar pessoas trans através do medo de uma convivência social com pessoas trans” (Lee, Cynthia. "The Trans Panic Defense Revisited." *Am. Crim. L. Rev.* 57 (2020): 1411 *apud* ANTRA, 2022).

É necessário salientar que o hábito e a performance é que fazem a travesti e as transexuais, não as questões biológicas. Não obstante, esse saber ainda cega quem é marcado pelo analfabetismo ético-estético-político de gênero. Esse analfabetismo ético-estético-político é entendido por Félix-Silva (2015) como um processo que embasa os agenciamentos de modos de subjetivação xenófobos, misóginos, homofóbicos, transfóbicos e violentos de maneira geral. De acordo com Félix-Silva (2015, p. 190) “trata-se, por ignorância ou superstição... de não querer fazer a tradução da diferença que cada travesti e transexual encara no corpo que se esculpe diante de cada um de nós”. Ou seja, é uma espécie de cegueira em relação à própria vulnerabilidade e em relação ao outro que se reinventa.

Para exemplificar esse conceito, Félix-Silva (2015) faz um estudo cartográfico na cidade de Natal - RN onde chama atenção para o conceito de “deslugar” das pessoas trans. Em seu texto, o autor afirma que o deslugar é caracterizado pela desumanização estrutural institucionalizada pelo Estado brasileiro, e afeta diretamente as travestilidades e transexualidades. Para este autor, as experimentações trans implicam que “tais processos de subjetivação constituem a maneira que cada um de nós tem de estar no mundo, de perceber o mundo e de devir”. Ou seja, “no que se refere ao nosso modo de viver e amar, esses processos de subjetivação podem expressar a reprodução de gêneros inteligíveis à produção de processos singulares” (FÉLIX-SILVA, 2015, p. 185). Nesse sentido, o autor afirma que a estrutura arquitetônica passa por “uma transvaloração dos valores” que são pré-determinados pelos registros que dão inteligibilidade aos gêneros, e, reflete sobre como as categorias 'corpo', 'gênero' e 'sexualidade' são marcadores histórico-sociais determinantes no processo de subjetivação dessas identidades dissidentes.

Por fim, tal proibição de acesso aos banheiros, segundo a ANTRA (2022, p. 80) “configura violação à proteção da dignidade humana e ao direito de liberdade sexual e de gênero, prejuízos que se materializam contra indivíduos e grupos percebidos e subjugados como minorias altamente estigmatizadas em nossa sociedade”. Portanto, é fundamental garantir a utilização de banheiros públicos por pessoas trans\*, e recusar que sejam criados banheiros específicos para essa população.

### 2.3.1.3. A assistência estudantil

Levando em conta a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e entendendo que o direito à educação é para todas as pessoas, partimos do princípio de que a

universidade é direito de toda pessoa cidadã brasileira. E, conforme mostra a pesquisa da ANDIFES (2019), o perfil da pessoa universitária é diverso e, por isso, alguns fatores relacionados ao acesso e à permanência afeta de forma diferente cada grupo de pessoas. Nesse caso, reforçamos a importância das instituições se adequarem a essas diferentes realidades, seja com modificações físicas, estruturais, administrativas e/ou políticas. Essa reflexão nos chama atenção para a necessidade de uma assistência estudantil ativa nas universidades a fim de combater a evasão universitária.

De acordo com a ANDIFES (2019, p. 3) os estudos de avaliação de políticas de assistência estudantil são raros e para garantir a manutenção do vínculo da pessoa discente com a instituição, é necessária a produção de dados sistematizados e reflexões sobre as políticas de assistência estudantil. Entretanto, esses dados não têm sido produzidos “nem no âmbito do Ministério da Educação, nem, eventualmente, por parte das próprias instituições federais através de seus pesquisadores” (ANDIFES, 2019, p. 3). Isso se torna preocupante, pois de acordo com a Pesquisa da ANDIFES realizada em 2018, observou-se que nas 44 IFES<sup>17</sup> pesquisadas, que representam “o equivalente a 84,62% das 52 instituições federais de ensino superior então existentes” existe um percentual de 44,29% de estudantes cuja origem familiar pertence as “categorias C, D e E” (ANDIFES, 2019, p. 4), e isso representa uma demanda real e potencial para a assistência estudantil.

Este dado demonstra a urgência de uma política de assistência efetiva para a população estudantil de um modo geral, mas também para segmentos em que a vulnerabilidade se faz mais visível, como o segmento de estudantes negras/os, indígenas, pessoas trans\*, entre outros. De acordo com a pesquisa em questão, a assistência estudantil é um desafio na medida em que a universidade, em função dos escassos recursos e/ou da má gestão deles, por vezes, não dá conta de garantir a permanência das/os estudantes que ali estão. Não faz sentido criar mais políticas de acesso à universidade para pessoas trans\*, se a instituição não dispõe de uma estrutura que garanta a permanência dessas pessoas. Nesse caso, estaríamos falando de uma inclusão perversa (SAWAIA, 1999b), e o que as pessoas trans\* precisam é de uma inclusão de qualidade, respeitando as particularidades de suas existências. Entretanto, reiteramos que uma coisa não exclui a outra, as políticas de ação afirmativa são sim necessárias e urgentes, porém, serão mais eficazes se vierem acompanhadas de uma estrutura universitária que dê conta de manter o vínculo das pessoas trans\* com este espaço.

---

<sup>17</sup> A sigla IFES se refere ao conjunto das 63 Universidades Federais existentes até fevereiro de 2018 e aos Cefets MG e RJ (ANDIFES, p. 2).

Félix-Silva (2022, p. 3-4) cria o conceito de cidadania menor. Para ele,

microinsurreições e lugar de fala têm a ver com cidadania menor, pois os primeiros são modos de enfrentamento ao racismo e às injustiças sociais, a partir de devires minoritários (Guattari, 1985) e do desejo agenciado coletivamente por minorias em uma clínica-política do comum. Para Deleuze e Guattari (2014), esse devir minoritário é expressão de um movimento de devir outro sem se identificar com o lugar desse outro, reconhecendo-se na alteridade-solidariedade e na diferença (FÉLIX-SILVA, 2022, p. 3-4).

Félix-Silva (2015, p. 9) relaciona esse conceito de cidadania menor com os coletivos que têm sido produzidos nas universidades, afirmando que por um lado, “alguns docentes tomam os elementos desses dispositivos isoladamente como categorias estanques em resultados de pesquisas ou para justificar projetos de extensão”; por outro lado, a militância estudantil menor e que está vinculada a movimentos sociais minoritários e periféricos, discute nos contextos universitários, os temas da travestilidade e transexualidade a partir de seu lugar de fala e representatividade, relacionando-os às questões de raça, gênero, sexualidade e classe (FÉLIX-SILVA, 2022, p. 9). O movimento estudantil menor se mostra potente na medida em que “aciona outros dispositivos e produz processos de subjetivação singulares, expressando linhas da vida, maleáveis e moleculares, ao agir de forma crítica, criativa e cuidante diante de situações-problema” (FÉLIX-SILVA, 2022, p.10) relacionadas às relações de gênero, à transfobia e à (in)justiça social.

Os problemas mais enfrentados pelas pessoas trans\* na universidade “vão desde pagar a matrícula da universidade, moradia, alimentação, ou seja, de assistência estudantil em geral, à relação de docentes e funcionárias/os que não são formadas/os adequadamente para isso” (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 10). E com isso podemos afirmar, conforme Scote e Garcia (2020, p.10) que o acesso à universidade não é eficaz se não for assegurada a permanência, pois trata-se de “pessoas que, geralmente, carregam profundamente as marcas da abjeção intrínsecas em seus corpos e em suas histórias” (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 10).

Um exemplo dessa realidade na prática é trazido por Walter, um dos entrevistados da pesquisa de Wilson Mesquita de Almeida, citado por Scote e Garcia (2020, p.14) quando diz “você consegue a bolsa, mas depois fica jogado - dificuldades de transporte, apostilas, xerox, livros, cursos, alimentação. Se você consegue uma bolsa integral, está implícito que é de renda baixa” (ALMEIDA *apud* SCOTE; GARCIA, 2020, p. 14). Ele explica que precisa trabalhar para se manter e, por isso, não consegue vivenciar de forma ampla a universidade, não tem muito tempo para estudar e viver o ambiente acadêmico como gostaria (SCOTE;

GARCIA, 2020). E essa rotina de estudo e trabalho não propicia o desenvolvimento de estudantes que no fim do curso, só sai com o diploma.

Gabe, homem trans negro entrevistado por Rosa (2020, p.116) afirma que desde o primeiro semestre da graduação já se preocupava em como iria se manter sem os auxílios da instituição. E junto “a falta de apoio familiar e a desistência de um curso anteriormente fazem com que desistir não seja uma opção, o que só torna o espaço universitário mais opressor do que já é” (ROSA, 2020, p. 116). Esses exemplos evidenciam a importância de um debate qualificado e focado nas experiências e demandas de pessoas trans\* no que concerne à constituição, implementação e fortalecimento da assistência estudantil.

A garantia de uma moradia estudantil, do acesso gratuito ao restaurante universitário, a disponibilização de bolsas específicas para a população travesti e transexual, ou ainda, a implementação de uma política de cotas na graduação e pós-graduação nos diferentes editais que fomente uma maior inserção com auxílio financeiro em espaços diversos dentro da universidade, são demandas necessárias de serem criadas ou reforçadas na assistência estudantil.

Uma outra dimensão importante que deve ser considerada quando a questão é a assistência estudantil com foco nas pessoas trans\* é a saúde. Aqui entendemos a saúde em seu conceito amplo, assim como a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) define: “resultante dos modos de vida, de organização e de produção em um determinado contexto histórico, social e cultural, buscando superar a concepção da saúde como ausência de doença, centrada em aspectos biológicos” (BRASIL, 2015, p. 7). Esta dimensão é importante de ser discutida, pois entendemos, assim como Rosa (2020, p. 117) que discutir permanência não se limita às questões pontuais da universidade, e a saúde das pessoas discentes é fundamental para a conclusão da graduação conforme exposto nos tópicos anteriores.

Essa discussão nos chama a atenção para a necessidade de olharmos para outras esferas da vida social, ou seja “a imersão no trabalho, os vínculos familiares, o cumprimento da educação formal, as questões identitárias, a mobilização social, além da intersecção com a classe social, o gênero e raça/etnia” (LACERDA; ALMEIDA, 2021, p. 243), as questões de saúde e as questões socioeconômicas, pois todas essas questões atravessam a vida das pessoas trans\* e tem um impacto direto no acesso e permanência ao ensino superior.

Nesse sentido, conforme afirma Iazzetti, (2022, p. 116) devemos considerar que “a educação está sempre enredada com relações familiares, acesso ao serviço de saúde, segurança nas ruas, e assim em diante – e que pensar e atuar sobre o ensino superior, necessariamente, é pensar e atuar sobre o ensino básico”. Dessa forma, concordamos com a

autora quando diz que refletir sobre o acesso e permanência de pessoas trans\* no ensino superior público, implica em uma reflexão e uma atuação coletiva mais ampla, dentro e fora desse espaço – o que, enquanto fundamentação teórica e política, exige uma atenção cuidadosa a suas fronteiras (IAZETTI, 2022, p. 117).

### **CAPÍTULO 3 – A CONSTITUIÇÃO DO CAMINHO DA PESQUISA, OS PRESSUPOSTOS EPISTEMOLÓGICOS E AS ESCOLHAS METODOLÓGICAS**

Este estudo foi realizado sob os parâmetros próprios de uma pesquisa qualitativa, que segundo Orofino e Zanello (1997 *s/n apud* REY, 2003, p. 99) “se faz pela construção dinâmica, pelo intercâmbio interdisciplinar, pelo cotidiano das vivências geradas pela relação pesquisador-pesquisado”, isto é, um estudo dinâmico, abrangente, a fim de aproveitar todo o conhecimento obtido dos dados produzidos. Além disso, busca construir o conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, significativo em sua singularidade (MINAYO; SANCHES, 1993).

A pesquisa qualitativa é de fundamental importância para essa investigação, pois ela auxilia na compreensão ampla da vivência a ser discutida nesse trabalho – a trajetória das pessoas trans\* no ambiente acadêmico. Ela facilita o processo de construção de dados a partir da troca entre as pessoas envolvidas levando em conta seus valores, suas opiniões, bem como, os da comunidade que integram. Nesse caso, pessoas trans\* que narram sobre suas trajetórias acadêmicas, bem como, os desafios de permanecerem na universidade.

Seguem abaixo algumas reflexões a respeito das questões epistemológicas e metodológicas assumidas no desenvolvimento desta pesquisa.

#### **3.1. O pensamento queer e os saberes trans/localizados**

Leandro Colling (2015a, 2015b, 2018) entende o uso da palavra queer como uma forma de positivar algo antes entendido como pejorativo, que tinha como objetivo insultar pessoas LGBTQIAPN+ e que adquiriu força justamente por invocar o que está relacionado a uma espécie de estranheza, de abjeção, relacionada a insultos, dando um novo significado ao termo.

Diante do exposto podemos afirmar, assim como Louro (2004), que o termo queer engloba tudo aquilo que é excêntrico, que não quer ser integrado, nem tolerado. Para Louro (2004) o queer é uma maneira de pensar e de ser que não aspira o centro e nem quer tê-lo como referência; é um jeito de pensar e de ser que desafia as normas reguladoras da sociedade, que assume a ambiguidade desconfortável, do “entre lugares, do indecível” (LOURO, 2004, p. 5). O alvo mais imediato da teoria queer é a oposição à

cisheteronormatividade compulsória da sociedade, à crítica, à normalização e à estabilidade propostas pelas políticas de identidade do movimento LGBTQIAPN+, enfatizando a diferença que não quer ser assimilada e que, por isso, atua por meio da transgressão e perturbação da norma (LOURO, 2001).

Como vimos, o termo queer assume uma postura transgressora da norma e funciona como uma política de resistência para a comunidade LGBTQIAPN+<sup>18</sup>. Conforme afirma Bandeira (2019), antes de chegar na academia, ele era um pensamento/conhecimento muito presente nas discussões de militantes e ativistas LGBTQIAPN+ do norte global. Assim, podemos perceber a importância desse termo para a luta das pessoas LGBTQIAPN+ e como o conhecimento acumulado em torno desse conceito foi ganhando força até chegar nos centros acadêmicos.

O termo queer também é entendido atualmente como uma “bandeira de ativismo político muito poderosa para criticar, dentre vários aspectos, o que se convencionou chamar de paradigma da igualdade, difundido por muitos movimentos sociais, inclusive o movimento LBGTQI+” (BANDEIRA, 2019, p. 6). Isso mostra como a teoria queer propicia um espaço de luta que tem como finalidade, nas palavras de Larissa Pelúcio (2014), enfrentar a naturalização das opressões sofridas por esse grupo minoritário como, por exemplo, o “caráter compulsório da heterossexualidade” (PELÚCIO, 2014, p. 7) de forma a desconstruir os binarismos que “enrijecem as possibilidades de transformações, frisando as crueldades dos discursos hegemônicos, muitas vezes revestidas de um cientificismo que retira a humanidade de determinados seres humanos” (BANDEIRA, 2019, p. 8). E a luta para romper com os discursos hegemônicos têm tido resultados importantes, embora muito trabalho ainda precise ser feito.

Essas questões nos possibilitam refletir sobre os princípios epistemológicos da pesquisa, uma vez que nos convida a pensar na produção de conhecimento e no tipo de conhecimento que estamos nos propondo a produzir. Dessa forma, entendemos que os estudos queer nos ajudam a pensar essa pesquisa na medida em que propõem romper com a norma pré-estabelecida, colocando em xeque qualquer iniciativa de tolher as subjetividades dissidentes. Acreditamos que essa é uma bandeira que as pessoas trans\* inseridas na universidade tendem a levantar, e os estudos queer entram como uma ferramenta poderosa no combate às opressões por elas enfrentadas. Salientamos também uma característica peculiar

---

<sup>18</sup> Trata-se da sigla mais completa englobando Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais pessoas Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Não binários e o “+” significa todas as outras letras que não foram citadas na sigla.

da teoria queer que é a sua capacidade de transformação, de bricolagem, que nos permite utilizá-la de forma a dialogar com os saberes do sul global.

Com isso, concordamos com Pedro Paulo Pereira (2012) quando afirma que é necessário “problematizar tanto a potência como os possíveis limites da teoria queer quando viaja aos trópicos” (PEREIRA, 2012, p. 372), ou seja, todo saber quando importado precisa ser traduzido, adaptado à realidade a qual ele pretende estudar. Por isso, faz-se necessário dar visibilidade a conhecimentos outros, conhecimentos deslocados desse saber eurocentrado que, muitas vezes não dá conta de pensar nossa realidade. “É dessa condição fronteira que quero falar apresentando as reflexões que têm ocupado um grupo de intelectuais latino-americanos que se reconhecem como teóricos críticos do Sul Global” (PELÚCIO, 2012, p. 398), ou seja, teóricas/os não-europeias/eus, uma vez que esses textos “influenciaram e ainda influenciam as críticas pós-coloniais” (PELÚCIO, 2012, p. 398).

Essas/es autoras/es, segundo Pelúcio (2012) estão pensando as relações de desigualdades globais de modo a dar centralidade “‘ao jogo complexo das relações de classe, raça/etnicidade, gênero, nacionalidade e orientação sexual’, de forma contextualizada, e a partir de um saber situado” (ADELMAN, 2009, p. 400). Para nós, por exemplo, é impossível não pensar o queer a partir de nossa realidade, pensá-lo sem realizar o diálogo com o campo das relações étnico-raciais, e sem considerar a ideia de um conhecimento que é sempre parcial e situado (HARAWAY, 2009).

Salientamos, com isso, a importância epistemológica de anunciar de onde se fala, uma vez que isso nos permite romper não só com a ciência que esconde o narrador, mas também denuncia a forma geocentrada de produzir conhecimento que, de acordo com Pelúcio (2012), se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos de produção de saberes.

Nesse sentido, explicitamos aqui nossos princípios epistemológicos que visam compreender a pesquisa como um processo dialógico, participativo, minimizando as hierarquias existentes entre pesquisador e pessoas colaboradoras, entendendo essas últimas como pessoas sujeitas da pesquisa. Dessa forma, precisamos dizer que a alteridade é fundamental nesse processo de pesquisa. Assim, afirmamos a necessidade de estabelecer um diálogo aberto com essas pessoas, bem como, conhecer o território que influencia suas vivências e experiências. Como afirmam Bruna Battistelli e Érika Oliveira (2021), é necessário localizar nosso conhecimento, localizar o nosso corpo e nossas experiências. Para tanto, faz-se necessário estranhar o que está dado e é isso que a teoria queer se propõe a fazer.

É importante considerar teorias que rompam com dicotomias do tipo igualdade-diferença, racionalidade-irracionalidade, objetividade-subjetividade, e porque não, homem-mulher, heterossexualidade-homossexualidade. De acordo com Pelúcio (2012) essas categorias são tomadas como unitárias e universais e para conferir a elas uma dimensão política e epistemológica, é necessário que as desnaturalizemos, bem como, os universalismos essencializadores, incluindo aquele que propõe o sujeito do conhecimento como único e universal.

Nesse sentido, podemos afirmar, de acordo com Pelúcio (2012) que o sujeito do conhecimento iluminista, branco, heterossexual e masculinista é colocado em xeque pelas formulações que visam reivindicar um lugar de fala, ressaltando a importância político-epistemológica de um saber localizado. Isso significa que a ciência precisa ser produzida em espaços “nos quais múltiplas teias de desigualdades e enfrentamentos são tecidas e negociadas” (PELÚCIO, 2012, p. 404) a fim de pensar, e minimizar as barreiras entre o saber científico e o saber local.

Além disso, precisamos nos perguntar como o queer nos ajuda a construir uma pesquisa que seja comprometida com a realidade, com a visibilidade de corpos abjetos, no lugar de uma pesquisa positivista; como o queer pode nos ajudar a refletir sobre as (ausências de) políticas públicas de permanência para pessoas trans? E mais, como a teoria queer nos ajuda a construir espaços de resistência perante os apagamentos diários enfrentados por pessoas trans perante o cenário político e social que tende a normalizar os (nossos) corpos? Pensamos que a resposta para esses questionamentos está na visibilidade dos conhecimentos locais produzidos por pessoas e coletivos trans\*.

Nessa linha de pensamento, precisamos reconhecer que existem vários exemplos de pessoas trans\* que estão produzindo conhecimento científico na universidade a partir de suas experiências, de seus conhecimentos, de seus coletivos, deixando de serem objetos da pesquisa de pessoas cis, para se tornarem elas mesmas produtoras do próprio saber. É necessário destacar também que uma produção de conhecimento não se resume ao conhecimento científico produzido na academia. A produção de conhecimento feita por pessoas trans\* se dá a partir das relações que estabelecem com o mundo da vida, para além da universidade e da prática científica.

Dessa forma, Pelúcio (2012) acredita que nossa produção local demonstra que as fronteiras traçadas entre Norte e Sul são mais porosas e penetráveis do que nos fizeram crer. Com isso, espaços de produção de sentidos vão sendo criados e tendem a ressignificar muitos elementos importados do Norte Global. E para pensar uma produção de saberes localizados

nos moldes que propõe Donna Haraway (2009) precisamos colocar o objeto do conhecimento como um agente e não como algo que não podemos interagir, muito menos como “um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento ‘objetivo’”(HARAWAY, 2009, p. 36). Logo entendemos que a produção de saberes localizados se faz a partir da relação que é estabelecida com essa pessoa que colabora com nossa pesquisa. E é essa relação que buscamos ao propor essa pesquisa

Como podemos ver, a teoria queer não é só um instrumento na produção de conhecimentos trans-localizados, mas também uma arma política poderosa que nos permite mudar o cenário atual de nosso país. Como afirma Guacira Lopes Louro (2001) o queer se coloca na contramão da normalização, contra o modelo heteronormativo que informa não só as ciências, mas a vida tida como “normal”, questionando, assim, “as exclusões sociais e desconstruindo os discursos que estabelecem a medida do aceitável e as fronteiras do abjeto” (PELÚCIO, 2012, p. 414).

Por fim, entendemos que a teoria queer não pode ser aplicada na produção de conhecimento local de acordo como foi pensada no norte global. A teoria precisa ser pensada a partir de uma perspectiva local, precisa ser traduzida a partir de nossas experiências. E assim, esperamos que essa teoria pensada nesses moldes embase nossa epistemologia e metodologia de pesquisa, que ela sirva de inspiração para pensar o enfrentamento à transfobia e a todos os processos que reificam as normas de gênero e sexualidade a partir de um único registro, o da cisheteronormatividade.

### **3.2. Trajetórias: limites e desafio do campo**

Inicialmente desejávamos estabelecer um diálogo com pessoas trans\* a partir da escrita de cartas. A escrita de cartas tem sido uma estratégia metodológica utilizada em pesquisas com foco na construção de narrativas. Essa estratégia tinha como inspiração o trabalho de Bruna Battistelli e Érika Oliveira (2021). No texto, as autoras explicam “Inventei uma coisa que chamo de cartografia, que é mais ou menos uma história de pesquisar com as pessoas por meio de cartas e ir escrevendo-as como forma de contar o que penso, o que produzo na universidade” (BATTISTELLI; OLIVEIRA, 2021, p. 680).

A ideia inicial era nos utilizarmos das conversas produzidas no cotidiano e materializá-las em forma de escrita, de modo a ajudar a contar a história de pessoas trans\* por trás da permanência na universidade. Mas não só isso, como as próprias autoras falam, mais

do que as respostas que pudessem surgir, queríamos realçar a ideia de encontro. Logo não queríamos contabilizar respostas escritas, mas sim que as cartas fossem “meios de acionamento de uma teia de cuidado que se dá pela escrita, por conversas e por compartilhamento de afetos” (BATTISTELLI; OLIVEIRA, 2021, p. 683).

Por ser uma prática focada na troca de experiências e afetos, podemos entender como uma produção de conhecimento que necessita das/os destinatárias/os para fazer sentido. Então

desta forma, a/o pesquisadora/pesquisador que assume um fazer cartográfico está implicada/o com uma produção que visa dialogar sobre escrita, pesquisa e cuidado, preocupada/o em performar uma metodologia que consiga acionar encontros e escritas que façam a vida vibrar e que acione diferentes modalidades textuais. Nomear como cartografia, desta forma, diz respeito à importância que ganham as correspondências no processo de pesquisa. Uma política de pesquisa inspirada em metodologias como pesquisa-ação, cartografia e pesquisar com (BATTISTELLI; OLIVEIRA, 2021, p. 684).

Nosso foco era compartilhar a pesquisa em si, ou seja, compartilhar o procedimento, os afetos, as dúvidas, as indagações trabalhando com a possibilidade da pessoa correspondente dar continuidade, ou não, à conversa. Numa perspectiva “cartográfica” (BATTISTELLI; OLIVEIRA, 2021, p. 690) as cartas assumem o perfil de um texto que não se preocupa com as respostas e sim com os percursos, e com o que pode ser construído no entre das correspondências.

Entretanto, em razão da dificuldade em continuar apostando nesse desejo, na medida em que a maioria das pessoas contactadas não tinham a disponibilidade requerida para essa escrita, fizemos a opção pela realização de conversas. Essa escolha expressou um grau de facilidade e pragmatismo que muitas vezes se faz necessário no encaminhamento e efetivação de nossas pesquisas.

Nesse sentido, decidimos realizar diálogos com pessoas que se reconhecem como trans\* e que estivessem matriculadas em uma universidade pública, sem distinção de nível (graduação ou pós-graduação) entendendo que apesar das diferenças e especificidades entre a realidade da graduação e da pós-graduação, muitas das experiências vividas pelas pessoas trans\* são muito parecidas em termos dos lugares em que essas pessoas ocupam. Ou seja, em termos da violência e processos de organização possíveis de determinados grupos e coletivos, como por exemplo os grupos LGBTQIAPN+, essas experiências tendem a ser semelhantes.

Considerando as restrições em razão do período pandêmico, as medidas de proteção exigiam o isolamento social, o que impossibilitou o pesquisador de se deslocar até a capital para realizar encontros presenciais. Assim, optamos por realizar as conversas através do

Google Meet, uma das ferramentas mais utilizadas como alternativa aos encontros sociais nesse período.

Nosso processo de busca de participantes se deu por meio de pessoas trans\* já conhecidas, e dos nossos contatos com grupos de debates acerca das temáticas de gênero e sexualidade. Na prática, as pessoas trans\* que já conhecíamos foram abordadas diretamente, e, para divulgar ainda mais a pesquisa, considerando a possibilidade das pessoas conhecidas não terem disponibilidade para o trabalho, produzimos um texto em forma de convite que foi compartilhado em diferentes grupos de whatsapp. Aliás, este aplicativo foi uma ferramenta importante no processo de compartilhamento da informação sobre a investigação em curso.

Apesar de inicialmente termos entrado em contato com pessoas próximas, o processo de busca por participantes foi extenso e demorado, o que atrasou o cronograma da pesquisa. Nesse processo, quatro pessoas que combinavam com o perfil se dispuseram a participar. Elas são de universidades públicas cujas matrículas haviam sido efetuadas nos cursos de graduação e pós-graduação e com tempos diferentes de ingresso: uma estava terminando a graduação, outra o mestrado; uma tinha acabado de ingressar no mestrado, e outra estava cursando a graduação há um tempo. Não conseguimos contato com nenhuma pessoa que se reconhecesse como travesti, uma identidade importante do movimento trans\* que gostaríamos de dialogar.

Sobre a não adesão ao convite realizado para a participação nesta pesquisa, cabe uma reflexão. O processo de reflexividade, contribuição do feminismo na produção de conhecimento, propõe um continuum pensar sobre a prática do ato de pesquisar em suas diferentes etapas. Nesse sentido, propõe “processos de reflexividade conjunto entre investigadoras e sujeitos participantes” (PÉREZ, VALDERRAMA, ALVAREZ, 2017, p. 24). Neste caso, refletimos muito sobre a baixa adesão de participantes nesta pesquisa. Nossa reflexão permitiu considerar pelo menos dois fatores importantes: a) o momento em que a pesquisa foi realizada, atravessada por dificuldades do período da pandemia, que inviabilizou a participação de uma série de pessoas conhecidas que, noutra condição, possivelmente, participariam; b) e das minhas próprias dificuldades (de mobilidade, de realizar contatos pessoais, o limite de tempo disponível) para realizar as atividades do campo da pesquisa, dentre outros.

Dentre as pessoas que participaram da pesquisa, uma se identifica como homem trans e estava no fim de sua graduação; outra, faz graduação e se identifica como mulher trans. Em seguida, conversamos com uma pessoa não-binária que estava no final de seu mestrado; como não-binária, preferiu usar o pronome masculino na maioria das vezes. Por fim, conversamos com uma pessoa que está iniciando seu mestrado e se identifica como não-binária.

Inicialmente, considerávamos importante ter um número maior de pessoas participantes para garantir a pluralidade de experiências advindas dos diferentes lugares ocupados pelas pessoas trans\* nas universidades. No entanto, em função das dificuldades, do atraso da realização do campo, e da compreensão de que o nosso objetivo é analisar as narrativas de pessoas trans\* com foco nos desafios da permanência, nos atemos a este número de participantes, mesmo considerando as implicações e limitações em termos do aprofundamento analítico tão importante em trabalhos de pesquisa.

Considerando o limite do número de participantes nesta pesquisa, apostamos no aprofundamento do diálogo realizado com cada uma das pessoas que participaram, acreditando na potencialidade que estes encontros têm de possuírem um forte “poder informacional” (REGO; CUNHA; MEYER, Jr., 2019, p. 48). Neste caso, trata-se de uma experiência única e particular que só pode ser relatada por uma pessoa que se encontre nessa condição específica, e “quanto maior a quantidade de informação relevante detida pelos informadores, menor é a quantidade de informadores/participantes necessária” (REGO; CUNHA; MEYER, Jr., 2019, p. 48).

Para realizar os nossos diálogos, utilizamos a ferramenta Google Meet, um aplicativo para conversas de vídeo ao vivo. Foi realizado apenas um encontro online de, aproximadamente, uma hora de duração, com cada participante individualmente, a fim de estabelecer um diálogo acerca de suas experiências na universidade. A conversa teve quatro eixos centrais, a saber: 1. A entrada na universidade; 2. A relação da universidade com a diversidade; 3. Políticas de assistência e permanência; 4. Ações de resistência da população trans\* na universidade.

As conversas iniciavam com o pesquisador se apresentando e pedindo para que a pessoa fizesse o mesmo. Após isso, o pesquisador pedia para que a pessoa comentasse sobre o seu ingresso na universidade, como se deu, quais aspectos marcantes, entre outros. Durante suas falas, as pessoas faziam críticas, afirmações de resistências, confissões e desabafos que eram acolhidos, concordados, reafirmados e complementados pelo pesquisador, o que abria margem para mais relatos. O pesquisador seguiu fazendo isso até passar por todos os eixos, sempre deixando a fala da pessoa livre, incentivando-a a aprofundar-se em seus relatos, seja pedindo mais detalhes, ou até mesmo compartilhando as próprias experiências no período de graduação e, atualmente, em seu mestrado. No final da conversa, era dito que, caso necessário, entraríamos em contato novamente. No entanto, as falas foram muito proveitosas e se assemelham em vários momentos tornando esse segundo contato desnecessário. Nas

diferentes narrativas, observamos uma saturação do conteúdo trazido pelas pessoas trans\* participantes.

De fato, estes encontros foram momentos muito produtivos de trocas entre nós. As conversas foram marcadas pela liberdade de fala que proporcionou um debate qualificado, rico. O fato de ambos sermos pessoas trans\* certamente contribuiu para o estabelecimento de um vínculo de confiança, o que facilitou a troca e potencializou os diálogos, contribuindo para um bom material colhido já no primeiro encontro.

Os encontros foram marcados em dias diferentes, e de acordo com a disponibilidade de cada participante. No início da conversa, solicitamos a permissão para a gravação e informamos sobre a necessidade de preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Posteriormente, as conversas foram transcritas pelo pesquisador.

Como já informado, para dar conta de realizar o estudo proposto utilizamos como estratégia metodológica o uso de conversas. Elas foram uma estratégia importante por ajudar a pensar no campo da pesquisa, aquilo que consideramos um princípio: um processo dialógico que diminua as diferenças de lugar entre as pessoas envolvidas; ou seja, pensar o lugar do pesquisador e as pessoas participantes nesse processo, levando em consideração muito mais a produção de um conhecimento coletivo, dada aqui pelas diferentes pessoas transexuais envolvidas, do que uma relação hierárquica, muito presente em algumas experiências de investigação.

Entendemos conversas no sentido em que propõe bell hooks (2020) ao dizer que grande parte da aquisição do conhecimento é proveniente das nossas conversas da vida diária, pois se pararmos para observar nosso comportamento cotidiano, podemos perceber que “todas as pessoas falam, todas as pessoas se envolvem em conversas” (HOOKS, 2020, p. 82). Por isso, podemos afirmar que a conversa é democrática, o que facilita a produção de conhecimento, tanto para quem participa da pesquisa, quanto para quem a realiza, e era isso que tínhamos em mente desde o início de nosso estudo. Nesse sentido, em conformidade com hooks (2020, p. 82) poderíamos dizer também que a “conversa” é inclusiva na medida em que incentiva e alimenta a voz do sujeito, ao mesmo tempo em que se esforça para desenvolver uma visão de comunidade.

Ao citar uma roda de conversa com Paulo Freire, hooks (2020, p. 83) relembra: “eu o ouvi afirmar enfaticamente que ‘não podemos entrar na luta como objetos para depois nos tornarmos sujeitos’”. Nesse sentido, hooks (2020) reflete sobre a importância do sujeito ter sua própria voz que, segundo ela, é uma forma de reclamar para si a posição de sujeito. Por fim, concordamos com a autora ao afirmar que várias/os estudantes frequentemente sentem

que não têm voz, que o que têm para dizer não vale a pena ser ouvido. E como pudemos observar em nossa pesquisa, a realidade de estudantes trans\* não é diferente disso. Por isso, a conversa se torna uma intervenção importante e potente, pois não só abre espaço para todas as vozes, como também considera que todas as vozes são importantes e ouvidas.

Nesse sentido, nosso convite às conversações neste trabalho fez com que “venenos tais como pressupostos falsos, preconceitos, ignorância, desinformação, falta de perspectiva, falta de imaginação e teimosia do sistema" a respeito das pautas trans\* (HOOKS, 2020, 84) fossem problematizados. Assim, entendemos que as conversas são uma poderosa ferramenta que nos permite visualizar questões complexas sob diferentes perspectivas na medida em que, nesse processo, vamos construindo novos conhecimentos. Desse modo, justificamos nossa escolha metodológica e esperamos que ela tenha dado conta de construir junto com as pessoas trans\*, conhecimentos acerca de suas experiências na universidade, de modo a entender quais fatores estão relacionados com a permanência desse público nesses espaços.

Nos ajudou a construção de uma tabela que explicitasse o objetivo geral e os específicos de nossa pesquisa. A partir da análise realizada fomos preenchendo-a com as principais categorias advindas das narrativas das pessoas participantes. Elas estão dispostas na tabela abaixo:

**Tabela 2: Objetivos e Resultados**

<b>Objetivos</b>	<b>Categorias</b>
<b>Objetivo Geral:</b> Analisar as trajetórias e narrativas de pessoas trans* no ensino superior sobre os desafios da permanência.	1. Nome social como signo de reconhecimento; 2. Importância de criação de vínculos; 3. Criação de laços: irmandade entre os nossos; 4. Respeito, acolhimento e a necessidade de políticas específicas para a população T no ambiente universitário.
<b>Objetivo Específico 1:</b> Analisar as dificuldades de permanência encontradas por pessoas trans* na universidade.	1. Dificuldades financeiras; 2. Preconceito e discriminação dentro e fora de casa.
<b>Objetivo Específico 2:</b> Entender quais as ferramentas de enfrentamento usadas por pessoas trans* frente às dificuldades de permanência na universidade	1. O enfrentamento como resposta; 2. Formação de movimentos coletivos que debatem questões de gênero na universidade.

### 3.3. Análise de Narrativa

Para esta pesquisa, utilizamos a análise de narrativa como ferramenta que, segundo Oliveira, Bittar e Souza (2019), traz a perspectiva de que o sujeito se constitua ao narrar-se. Labov (1972, p. 37) afirma que a construção de uma narrativa produz unidades que correspondem a uma sequência temporal de uma determinada. Souza e Silva (2015, p. 34) complementam afirmando que as memórias acionadas ao contar uma história são sempre atuais, pois se produzem no momento em que são contadas. E elas são atualizadas sempre que uma nova leitura ou uma nova narrativa é produzida.

Nesse sentido, buscamos tratar as narrativas de forma contextualizada, de maneira a oferecer subsídios para se pensar o seu papel nas práticas cotidianas e nos processos de construção de sentido que daí se depreendem (BIAR, 2012, p. 118). Para Lima e Bastos (2020, p. 188-189) as estruturas narrativas, entendidas como encaminhamentos sociais e discursivos, atuam na construção das identidades e ao elaborar suas histórias de vida, os enunciadores buscam se apresentar e marcar suas existências por meio “de critérios de propriedade e aceitação cultural, os quais estão estabelecidos socialmente: os fatos são organizados em sintonia com as crenças que circulam na sociedade”.

Pensar a dimensão sociocultural de uma narrativa nos permite entender que existem padrões sociais referentes às identidades nacionais, ao gênero, classe social, entre outros, que também informam sua produção e interpretação. Ao trazer suas narrativas, que se modificam a cada vez que é contada, a pessoa que narra, transforma a “estória em função das especificidades da situação, o que traz também a possibilidade da interferência na estrutura social normativa” (BASTOS, 2005, p. 80). E essa dimensão de transformação pode ser aproveitada pelos movimentos sociais que se utilizam de suas vivências para reivindicar direitos. E é nesse sentido que pensamos não só a escolha desse instrumento de análise, como também a pesquisa em si, pois desejamos que esse estudo contribua para algum tipo de mudança social, no sentido de serem pensadas políticas públicas voltadas à população de pessoas trans\* no âmbito da universidade. E para isso, buscamos nesse estudo “vozes distintas, que pudessem ecoar em diferentes direções” (OLIVEIRA; BITTAR; SOUZA, 2019, p. 100).

Por fim, podemos afirmar que a análise de narrativa contribui com esta pesquisa, na medida em que ela se debruça sobre as histórias contadas pelas pessoas trans\* nas conversas que tivemos e que tratam de suas trajetórias acadêmicas e os desafios sobre a permanência na universidade. Além disso, este tipo de análise faz reverberar o entendimento do discurso narrativo como prática social constitutiva da realidade.

## **CAPÍTULO 4 – POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA, RESISTÊNCIAS E ENFRENTAMENTOS: ANALISANDO OS DADOS**

Neste capítulo, faremos uma série de reflexões e análises que colocam os interesses de investigação no centro do nosso debate. Assim, a partir da discussão realizada com as pessoas participantes desta pesquisa, e do diálogo com a literatura em torno do tema, discutiremos nesse primeiro momento, alguns pontos que se sobressaem quando a questão que se coloca é a permanência na universidade: a utilização do nome social, a importância da criação de vínculos e redes no cotidiano da universidade, a criação de laços com pessoas trans\*, bem como, o respeito e/ou acolhimento no espaço acadêmico. Faremos ainda uma breve incursão em temas que se relacionam às questões financeiras e à saúde mental. Além disso, abordaremos as políticas de enfrentamento e as resistências produzidas frente às dificuldades.

### **4.1. A utilização do nome social como signo de reconhecimento**

“Nome de registro, nome social, nome de guerra, nome fantasia, pseudônimo, nome de casada e de solteira, todos possuem pontos em comum: a dimensão da sua construção como identidade, sua localização e seu pertencimento a um determinado grupo social” (MOTA. et al., 2022, p.4). Em outras palavras, o nome é signo de reconhecimento da identidade das pessoas e exerce um papel importante para a garantia da dignidade humana.

Mota et al. (2022, p. 4) afirmam que, no caso das pessoas trans\*, a construção do nome é “permeada por significados, experiências, narrativas e afetos, pois a pessoa participa ativamente de sua escolha, diferentemente da pessoa cisgênero cujo nome é dado ao nascimento”. E o nome escolhido pelas pessoas trans\* pode vir a ser interpretado como um elemento simbólico que demarca a (re)construção da sua identidade.

Em nossas conversas pudemos observar que o reconhecimento do nome social, de modo geral, e de modo particular, é uma dimensão importante para que as pessoas se sintam efetivamente respeitadas no lugar onde estão, e esta compreensão se estende para o espaço da universidade. Nesse sentido, Bernardo nos conta dos problemas que enfrentou na universidade por não ter tido seu nome respeitado, e o quanto isso o desestimulou a frequentar as aulas e utilizar alguns serviços da instituição.

Então como eu ainda não tinha feito a mudança nos documentos eu usei os documentos antigos e eu já tinha registro na UFAL. Por conta disso (por causa da minha primeira graduação), isso me gerou um problema depois, na

hora de mudar a documentação. [...] Tem que fazer a retificação, vou lá no DRCA [Departamento de Registro e Controle Acadêmico] e consigo fazer a retificação. Show! Então teoricamente todos os meus registros dentro da UFAL teriam que ser mudados automaticamente a partir dali, só que não foram. [...] E eu tive problemas também, já nesse início, para poder fazer a mudança no email institucional. O email institucional é gerado automaticamente, tava com o nome antigo. Como estava em aula remota, eu não queria utilizar o e-mail com o nome não retificado para entrar nas aulas. [...] Inclusive eu até cancelei uma disciplina por conta disso. A professora não permitia que eu entrasse com outro e-mail e eu não queria usar aquele enquanto aquilo não fosse resolvido. Então tranquei a disciplina mesmo [...] Resolvi deixar pra lá e pagar a disciplina com outro professor. [...] Outra coisa foi... ah, sim! Dentro desse rolê do email institucional. Também teve o problema. Depois que eles retificaram o email, mudaram o login do email, eles não modificaram o registro de envio. Por exemplo, eu enviava um e-mail para você e quando você recebe o e-mail, né, não aparece lá: Bernardo mandou um e-mail para você; aparecia o nome antigo ao invés de aparecer meu nome já retificado. [...] colocar essas informações lá do PIBIC e quando eu fui revisar os meus dados pessoais eu percebi que o gênero não tinha sido alterado e só algum tempo depois foi que eu fui ver no SIGAA que o gênero também não estava alterado. Então eu tive que entrar com um pedido na ouvidoria. [...] E é isso, por exemplo, o serviço da biblioteca eu não utilizo, eu evito utilizar o máximo possível porque eu sei que o meu registro ainda não foi modificado lá. E eu espero que isso seja alterado porque faltam três semestres pra eu terminar o curso e quando eu for finalizar o curso, eu vou ter que estar com a declaração de quitação da biblioteca, então até lá isso tem que estar resolvido [Bernardo].

Nesse relato, é possível perceber que para além das questões com o nome social, podemos ver que Bernardo passou por uma série de violências institucionais, onde teve negado seu direito de externalizar sua existência. Embora, juridicamente falando, ele tenha direito ao uso do nome social, o que vimos é a negação cotidiana de sua identidade por outras pessoas, causando um sofrimento ético-político. E mais que isso, a negação de sua identidade evidencia a efetivação da necropolítica que as pessoas trans\* enfrentam.

O conceito de necropolítica foi introduzido no debate público por Achille Mbembe em 2003, em sua obra de mesmo nome. Esse conceito é entendido por Almeida (2022) a partir de uma crítica ao conceito de biopolítica introduzido por Michel Foucault. Para ele, “o texto propõe uma análise do exercício da soberania que confere centralidade à experiência do colonialismo e do apartheid” (2022, p. 1). Assim, podemos dizer, segundo o autor, que a necropolítica se refere a um modo do exercício da soberania que não se limita às circunstâncias específicas do colonialismo e do apartheid (ALMEIDA, 2021, p.1).

Conforme Suze Piza (2022, p. 135) “a necropolítica é um projeto de subjugação da vida ao poder da morte e, quando pensada em termos de política institucional, ela é estrutura de Estado, não de governos – mesmo que o exercício do poder se efetive por meio de macro

ou micropoderes e seus agentes”. A necropolítica é um projeto de matar ou deixar morrer ou ainda de fazer viver em mundos de morte. Ela existe e se estrutura dessa forma. Mbembe (2018, p. 46-48) pontua que para matar é necessário mirar com alta precisão. E essa precisão, combinada com “as táticas de sítio medieval adaptada para a expansão da rede em campos de refugiados urbanos” produz uma “sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana do inimigo” complementando a apropriação dos recursos de terra, água e espaço aéreo.

Portanto, tal situação vivida por Bernardo não se trata só da necessidade de ter direitos, ela é uma necessidade de produção de vida. O que faz as pessoas desrespeitarem o nome social é uma questão de vida e de morte, um apagamento desses sujeitos que se afirmam a partir de sua identidade. Uma vez que isso é negado, as pessoas trans\* são apagadas, deixam de existir, morrem simbolicamente.

Assim, estamos falando de uma ausência de reconhecimento, do apagamento do nome social e da identidade de gênero. Ou seja, estamos diante de vários elementos que constituem a rede do dispositivo da transfobia, não só de negação de direito por ignorância. Trata-se de transfobia e do analfabetismo ético-estético-político como já mencionado.

Ainda sobre o nome social, nos conta Chris, por ter sido várias vezes interpelado por querer mudar o nome e utilizar pronomes neutros e como isso lhe gerou um incômodo.

Eu fazia questão de ser chamado de Chris em ambientes formais também e isso começou a ser deslocado justamente pelo estranhamento das outras pessoas. [...] E aí foi o meu caso, assim, foi um me dar conta disso e aí o que aconteceu foi que cada vez que eu entrava, como era tudo *online*, então tava lá o nome de registro em letras todas Caps Lock toda vez que eu ia entrar né. E aí eu comecei a ter um estranhamento muito forte com isso. E num projeto de extensão de que eu participei que eu construí junto com o pessoal sobre a escrevivência eu falei que não queria o meu nome como estava. Que eu queria fazer algumas modificações e eu tinha começado aquele processo me apresentando de uma forma. Pelo estranhamento mesmo de marcar... Eu me coloquei, me afirmei como mulher cis, muitas vezes, assim. Então era uma coisa que tava marcada e aí eu quis marcar de uma outra forma. E aí foi muito questionado por conta disso muito, muito, muito, muito, muito mesmo, assim. Me foi dito que não era possível, que não era justo com as outras pessoas, porque as outras pessoas não tinham a chance de alterar seus nomes e qual era a diferença que fazia e tudo mais. E aí foi muito difícil, para mim, tá disposto a brigar por isso sem entender nem exatamente porque é que tava me incomodando tanto, assim. E aí foi um grande processo [Chris].

As falas acima sinalizam – a partir do não respeito ao direito – que a observação ao nome social é um fator relevante para o bem-estar de pessoas trans\* no espaço acadêmico, uma vez que, a garantia desta adesão sinaliza o reconhecimento dessas pessoas enquanto

sujeitas, e isso é fundamental para a permanência na universidade. Ou seja, ter a universidade preparada para receber demandas referentes ao nome social é percebido como algo importante dentro do processo de continuidade neste espaço. De fato, o nome social é uma política de reconhecimento da identidade de gênero; uma forma de respeitar o direito à autodeterminação das diferentes identidades (LAGES, DUARTE, ARARUNA, 2021). No entanto, essa forma ainda é muito precária; como afirma Bento (2014), uma gambiarra legal, na medida em que permite com que pessoas trans\* sejam reconhecidas e nomeadas do modo como elas se identificam, mas não em todas as instituições e espaços.

Algumas das pessoas participantes desta pesquisa sinalizaram que a dificuldade no reconhecimento do nome social, é na mesma medida, um fator que as afasta e as desmobiliza da universidade, como compartilharam acima Bernardo e Chris. O questionamento feito pelas pessoas da instituição em relação ao nome e pronomes fizeram, por exemplo, com que Chris se questionasse se queria de fato estar ali na universidade.

Aí participei da pré-banca e o que me foi colocado foi assim: “Porque é que os pronomes oscilavam ao longo do texto?”. E aí é um estranhamento que ele é necessário porque, enfim. Mas é como se às vezes eu fico sentindo que esse lugar da academia ainda coloca a gente para explicar coisas que eu não queria mais estar explicando. Queria tá podendo ir além disso. E aí eu me sinto muito preso aqui assim, e aí eu penso muito se é isso que eu quero da minha vida. Continuar aqui né porque é uma diferença que tá sempre constante, assim, então tem que explicar porque os pronomes oscilam, porque é que eu tô usando pronome neutro, tudo assim [Chris].

A fala de Chris nos remete ao modo como a experiência das travestilidades e transexualidades são constantemente questionadas, de um jeito, ou de outro. A necessidade de reiterar a cada momento o modo como o pronome deve ser usado, parece um lembrete endereçado a essas pessoas de que elas não possuem autenticidade, como se elas não fossem efetivamente quem dizem ser. Em muitos casos, como o de Chris, a norma cisgênera se impõe como um recado.

Iniciamos a discussão da fala de Chris nos remetendo à necessidade que pessoas trans\* têm de corrigir ou pontuar os usos dos pronomes. No entanto, Chris, como pessoa não binária também passa por essas dificuldades, violências, apagamentos e, portanto, muitas vezes se vê tendo que reafirmar o que deveria ser comum, cotidianizado.

Já Eden, nos conta sobre ter retrocedido na sua transição por sofrer com a transfobia na instituição de ensino que se recusava a respeitar seus pronomes.

Aí lá na faculdade era diferente as pessoas simplesmente não respeitavam. Isso foi muito difícil para mim. Foi por isso, por causa da faculdade, que eu

retrocedi alguns passos, assim, se a gente for pensar em retrocessos e avanços, eu acho que eu retrocedi bastante na questão de me aceitar mesmo. Na faculdade foi foda. Não sei, eu esqueci assim por um tempo quem eu era, porque para mim era mais seguro não lembrar. Sair desse lugar que eu tava, assim, porque eu tinha avançado, bastante na época da escola; porque lá era um espaço que, com toda ruindade, era um espaço acolhedor. Agora na faculdade não. E as pessoas riam mesmo, tipo: “ah, nossa, nada a ver você tão mocinha e tal” e eu: “ah certo” [Eden].

Para Eden, “era mais seguro não lembrar” quem ele era, esquecer de si para não sofrer ainda mais a violência praticada por quem não o reconhece. A universidade, a partir da vivência estabelecida entre os pares, e diferentemente da escola (com toda a sua ruindade, como diz), faz questão de negar sua identidade. Como afirmam Lages, Duarte e Araruna (2021, p. 716), o direito ao respeito à identidade de gênero de pessoas trans\* é fundamental por considerar “perspectivas que evidenciam na realidade social as desigualdades instituídas pela matriz de inteligibilidade heterossexual ou pela cisheteronormatividade”. A negação destas identidades, é a negação de suas existências, é a expressão de uma transfobia institucional que não o reconhece como sujeito, como afirma Eden. Podemos relacionar esse apagamento com o conceito de “colonialidade de gênero” (LUGONES, 2008).

Eden ao esquecer quem era, fala da experiência de uma morte simbólica por não ter sua subjetividade respeitada e retrocede no direito que tem por conta desse preconceito. Para o discurso hegemônico atual, os gêneros são o feminino e o masculino, considerando a lógica biologicista; e, tudo o que foge a norma, não existe e deve ser exterminado. As pessoas não podem existir de outra forma, só a partir desse registro. Eden ao dizer “eu esqueci quem eu era” vive o processo de transfobia reforçado pela necropolítica. Assim, podemos afirmar que as violências relatadas por Eden evidenciam uma tentativa de apagamento dessas identidades seja pelos dispositivos políticos e institucionais, como também pela própria sociedade que reproduz esse discurso através do analfabetismo ético-estético-político.

O nome social nas instituições de ensino no Brasil está regulamentado desde 2015. A Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, publicada em 16 de janeiro do referido ano, estabelece em seu primeiro artigo que “deve ser garantido pelas instituições e redes de ensino, em todos os níveis e modalidades, o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado” (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015). Como dizem Lages, Duarte e Araruna (2021, p. 719), “essas normas

administrativas foram reflexo da diversificação do movimento LGBT e de uma maior articulação política com partidos de centro-esquerda”. Ainda assim, como podemos observar, ela não garante que o reconhecimento do nome social se efetive na prática do cotidiano institucional. Ou pelo menos, por parte das pessoas que compõem o espaço universitário. A resolução não garante necessariamente o respeito à prática inclusiva que ela mesma estabelece, garante e normatiza. Apesar desta resolução, e de outras publicadas localmente nas diferentes universidades do país, Chris e Eden sinalizam a ausência de reconhecimento por parte de docentes, discentes e técnicas/os.

apesar de ter mudado o nome eu fiquei na expectativa de que essa mudança fosse suficiente para que as pessoas já me tratassem por esse nome e não foi assim exatamente o que aconteceu eu ainda tava na parte de ter aulas, né, no mestrado e aí continuei, sendo referido e... Era assim... Coisas são ditas e são coisas, às vezes, problemáticas, e são coisas que me machucam, por tabela, e eu fico... É como se fosse uma escolha, assim, de se eu vou abrir a boca ou se eu vou morrer calado e desgasta muito falar toda vez [Chris].

Uma das pessoas com quem conversamos pontuou sua insatisfação e incômodo com o tratamento que recebeu na universidade por parte das/os professoras/es e de algumas/uns estudantes, salientando que por diversas vezes teve que se calar ou, pelo contrário, exigir respeito aos seus pronomes. O reconhecimento e respeito pela identidade de gênero parece ser um processo difícil mesmo para aquelas pessoas que se dizem aliadas, como veremos na fala abaixo.

As pessoas não entendem muito e não fazem questão de respeitar, entendeu. Não fazem. Eu acho que... principalmente, assim, professores que a gente tem [...] Eu acho que eles não tem preparo nenhum para lidar, assim, pode ser até que no papel tem, sei lá, cota para incluir, tenha, sei lá, direito a usar o nome social e tudo mais, mas na prática, na vivência do dia a dia o que você vê é gente tirando onda, é gente lhe invalidando. Muitas vezes eu passei por isso também. De uma pessoa chegar... professor... e você fala assim: “ah porque eu sou uma pessoa não binária e não sei o quê, não sei o quê...” na aula e aí o professor ficar usando pronome neutro de maneira errada só para tirar onda, entendeu. E eu achava foda sei lá. O [Prof. 1] era muito essa pessoa, assim que ele não se envolve em nada desse tipo, né, de assunto, de questões e tudo mais. Mas se você falasse qualquer coisa relacionada a isso ele já ficava: “Ah, porque é neutro, é não-binário e não sei o quê”. Porque acha engraçado, né, não leva a sério a vivência da pessoa, o que a pessoa tá trazendo ali. O [Prof. 2], então nem se fala, né, misericórdia. A pessoa não abre nem a boca para falar na aula dele que é para não levar... sei lá, é isso... muitos professores também que parecem ser aliados não entendem, não respeitam... Até o próprio [Prof. 3] se passa nesse sentido, assim, aí eu fico... não tem preparo para lidar com gente diferente lá na [universidade]<sup>19</sup>.

<sup>19</sup> A pessoa em questão concordou que esse relato fosse utilizado desde que não constasse sua identificação, nem da universidade a qual pertence, por tratar de relações interpessoais sensíveis.

[...] Tipo, as pessoas não conseguem não chamar no masculino. E aí eu fico: “Nossa, que dificuldade, né, que dificuldade”. Acho que é um processo complicado mesmo. Lá na [universidade], tem professores que são piores do que outros, né. Mas, nesse sentido de como a pessoa se identifica, e como vai ser chamada eu acho que a maioria é parecida, não tem esse respeito não. Pelo menos não quando você não é, sei lá, passável não sei se é assim que fala. Se for uma pessoa não-binária: foda-se, “o que é isso?”.

Também, na fala abaixo, é possível notar a insatisfação de Eden com as/os colegas de turma, mesmo aquelas/es que estão nos espaços de discussão LGBTQIAPN+, lugar esse que é sinalizado como acolhedor e que produz parte do debate sobre gêneros e sexualidades dissidentes. No entanto, como por ele afirmado, também não se mostrou interessado em respeitar os pronomes das pessoas não-binárias.

Mas várias vezes aconteceu da gente precisar, eu e [Amigue], demarcar mesmo que as pessoas não poderiam ficar chamando a gente no pronome errado porque não fazia sentido, dentro do GIL, entendeu. A gente teve que brigar por isso algumas vezes, e com professor também. Às vezes tinha professor que chegava nela e dizia: “Ah, porque o [Amigue], não sei o que..” Aí ela ficava, tipo, triste né, aí vinha falar comigo. [...] E também, tipo, as pessoas que conviviam comigo que não entendiam, não conseguiam entender. E aí eu falava, né, no começo, logo no começo da faculdade eu tava muito mais, assim, nessa questão de: “Eu não quero que você me chame pelo pronome feminino” e as pessoas tipo: “Não dá para não chamar você pelo pronome feminino porque você é uma menina” e eu tipo: “Ah, certo, vamos partir desse ponto agora (risos)” [...] Porque às vezes as pessoas não querem lidar com o diferente, né, dentro da universidade porque, sei lá, acha cansativo, acha complicado, você respeitar um pronome ou uma coisa assim. [...] Porque é o que acontece ainda hoje, assim. As pessoas têm acesso a informação, entendeu mas elas não querem entender, não querem, sei lá, não se importam, não, com isso [Eden].

A despeito desses limites, algumas pessoas participantes da pesquisa conseguem ver avanços quando afirmam que a mudança, ou adesão do nome social em suas instituições, se deu de um modo mais consensuado. De fato, a universidade não é um espaço homogêneo, e se ela precisa fortalecer suas estratégias e políticas para que o nome social seja respeitado em seus diferentes espaços, ela também já vem dando os primeiros passos no sentido de cotidianizar o que já está previsto em documentos oficiais: o reconhecimento das diferentes identidades de gênero a partir de um elemento fundamental, o respeito ao nome.

Nesse sentido, e como já informamos, o uso do nome social é uma política que vem sendo adotada por muitas universidades em função da conquista proveniente da luta das pessoas trans\*. No caso desta pesquisa, ele é citado como um elemento importante para a permanência dessa população na universidade. Nossas conversas sinalizaram a existência de

iniciativas no sentido de posicionar o reconhecimento do nome social na prática. É o que podemos ver na fala de Valentina:

E aí foi bem simples eu só fui lá na parte onde faz esse tipo de coisa, eu falei que queria pedir para trocar e eles falaram: “beleza, qual o nome que tu quer?” “Tá trocado e a partir de amanhã já vai ser validado, aí tu pega esse documento e leva para fazer a carteirinha nova”. [...] Então não tive aquela dificuldade de fazer os professores reaprenderem, entender qual seria meu nome. Eles já pegaram meio que do zero assim, então isso facilitou bastante [Valentina].

Em momentos distintos, Valentina afirma que ter seu nome respeitado facilitou seu convívio na universidade. Já Chris afirma que a presença de um setor especializado nas questões LGBTQIAPN+ foi imprescindível para garantir institucionalmente o respeito ao nome social e conseqüentemente para o seu bem-estar.

Eu procurei, assim, os setores mais burocráticos para resolver a questão do nome social, modificar o nome do e-mail e tudo mais. E foi bem legal aqui. A gente tem o núcleo LGBT da UFPE que se colocaram, assim, de uma forma muito disponível mesmo para tirar minhas dúvidas, me orientar e orientar também a secretaria que não tinha familiaridade com o processo, né. E aí foi importante até, eu acho para compartilhar, para já em casos outros que acontecessem, já sabe uma orientação, dá um caminho assim. [...] porque a retificação é uma coisa que, para mim, eu ainda sinto que falta forças. Mas eu precisava que nessa instituição fosse respeitado o meu nome. E aí foi muito massa, assim, a rapidez com que tudo aconteceu. Foi bem importante [Chris].

Consideramos que é a partir do nome que as pessoas trans\* ressignificam suas histórias, uma vez que o nome humaniza e caracteriza as pessoas em nossa sociedade. É por meio do nome que alguém se identifica, se relaciona e é reconhecida/o tanto social quanto oficialmente por órgãos e instituições estatais. Por isso, concordamos com Mota et al. (2022) quando dizem que o nome é fulcral na garantia não só das questões estatais, mas também nas relações em diferentes espaços como é o caso da universidade. Mas para que isso aconteça são necessários vontade política e investimento, só possíveis com os processos de luta e organização política de pessoas trans\*, bem como de pessoas aliadas às suas reivindicações. Como afirmam Lages, Duarte e Araruna (2021, p. 725):

As dimensões ‘afirmativas’ não podem ser confundidas como um mero ato único e simbólico de reconhecimento por meio de normas, pois necessitam se constituir em políticas públicas, com gastos e orçamentos específicos, treinamento de pessoal, dimensões organizacionais, promoção por meio de agendas de educação e pesquisa. O desenho adequado dessa política depende do cuidado nos processos de nomeação para incluir as experiências de pessoas trans e evitar novas formas de ‘ofensa moral’.

Como observado nas narrativas das pessoas que integraram nossa pesquisa, apesar da cultura institucional ainda estar pautada em muito na perspectiva da cisgeneridade, e sinalizarem a necessidade de se criarem estratégias e políticas educativas e de combate à transfobia, há uma sinalização de que já existem grupos organizados (institucionais ou não) que estão empenhados na construção de redes de apoio, de afeto; de discussão política, e ações outras, no sentido não só de garantir o reconhecimento de que o espaço universitário também seja um direito das pessoas trans\*, mas também que deve ser um espaço acolhedor. É o que vamos discutir no tópico a seguir.

#### **4.2. A permanência na universidade e a importância de criação de vínculos**

Outro fator importante no sentido de materializar a permanência dessa população na universidade é a criação de vínculos com as pessoas dentro da universidade. Silva (2018, p. 33) ao discutir o tema do ingresso de pessoas trans\* no ensino superior da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) afirma que 20% daquelas que ingressaram nesta instituição, acabaram desistindo dela, o que evidencia, além de outros fatores, a ausência de condições mínimas para a permanência desse público. A respeito das pessoas que conseguiram concluir o ensino superior, contrariando as estatísticas de evasão, chegou-se a um número reduzido de pessoas: cinco num total de quarenta pessoas pesquisadas pela autora nessa universidade. As pessoas entrevistadas por Silva (2018) pontuam que os ambientes de ensino não são acolhedores/inclusivos para pessoas trans\* (SILVA, 2018, p. 38).

Esses exemplos trazidos por Silva (2018) evidenciam a repercussão que um ambiente que não está preparado para lidar com essas questões, tem na vida das pessoas trans\*. Encontrar um ambiente que lhes receba sem ressalvas, que permita que elas estejam naquele espaço da forma como se sentem à vontade, aumenta o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, a vontade de permanecer na universidade. Nesse sentido, observamos que a importância de se ter um ambiente acolhedor é um ponto de destaque na fala das pessoas com quem conversamos.

Para enriquecer o debate, traremos abaixo, as análises sobre a questão do pertencimento. Essa dimensão é tão significativa que Bernardo sinaliza que a universidade se tornou para ele sua segunda casa. “Então, dentro do espaço da Universidade, o lugar onde eu ainda me sinto em casa, né, é o ICHCA [Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes]. Foi o bloco onde eu passei ali no primeiro curso e tal” nos diz ele. Em outras

conversas também pudemos notar que esse sentimento de pertença ao ambiente universitário, possibilitado em muito em função do acolhimento e da produção de vínculos, foi algo apontado como importante. É o que falam Valentina, Eden e Chris:

Olha, sinceramente, eu arrisco a dizer que a UFSC pra mim foi o melhor período que eu vivi até hoje. Porque [...] essa parte de descoberta, de realização, pela parte de conhecer pessoas novas, pela parte de me conhecer melhor, pela parte de que todo mundo me acolheu, a UFSC era um lugar onde eu tinha liberdade. [...] foi um acolhimento que eu me senti bem de entender que nem todo mundo é ruim. Então não vou precisar lutar contra todo mundo, vai ter gente que vai me apoiar, foi isso que pelo menos a UFSC me proporcionou [Valentina].

Aí quando eu cheguei lá eu encontrei um monte de gente diferente e eu fiquei: eita! Deu um baque, mas foi um baque bom, assim. Eu entendi que eu não tava doido [Eden].

Eu não participei mas fiquei com muita vontade quando eu vi e eu fico sentindo o que é isso eu acho que a maior ferramenta que a gente tem assim para garantir a permanência nossa nesses espaços é criar espaço para que esse encontro aconteça, para que a gente veja que a gente tá ali e a gente meio que se ancorar nisso, assim [Chris].

Sim, a despeito do espaço universitário ainda reproduzir práticas transfóbicas que se dão no cotidiano institucional, os vínculos criados a partir da inserção em redes de amizade, de grupos de pesquisa, de movimentos de organização política, têm contribuído para a produção de pertencimento das pessoas trans\*. Os vínculos iniciais de acolhimento, construídos muitas vezes de maneira espontânea, nos encontros que a universidade promove, tornam-se centrais para a afirmação de uma política de vida. As pessoas que participaram da nossa pesquisa também apontam para o reconhecimento dos avanços das próprias pautas das lutas trans\* na universidade, como podemos ver nas falas de Valentina, Eden e Chris:

Eu vou dizer que sim já respondendo, mas não de uma forma abrupta, né, a melhoria que a gente vê dentro da Universidade, principalmente com grupos, com comunidades elas são, elas são feitas por uma construção. Então a gente vê melhora mas se a gente vê melhora de indivíduos com o tempo depois de frequentar esses grupos, a gente vê essas melhoras dele mudando o tipo de pensamento, parando de falar coisa que seja preconceituosa, esse tipo de melhora a gente vê [Valentina].

Ah, eu acho super importante que exista né, porque, de certa forma está levando a discussão para frente. Tipo lá na universidade mesmo a gente avançou bastante em algumas pautas, em como você manejar clinicamente um atendimento com uma pessoa LGBT, de qualquer grupo LGBT, sabe, como você lidar com uma pessoa LGBT que chega no serviço. Acho que isso foi muito pauta do GIL [Grupo de Integração LGBTQIAPN+] ano passado, que foi quando eu participei. A maior parte do trabalho que a gente fez foi esse. [...] E os outros grupos eu acredito que contribui muito na

questão da resistência mesmo né, de mostrar que as pessoas não estão sozinhas, tem possibilidade de vida para além do sofrimento sabe, porque às vezes a gente foca muito na questão de “ah, a pessoa trans ela sofre” focar só no sofrimento, mas não traz também as possibilidades de existência para além daquele momento, assim, sofrido porque nem tudo são dores né [Eden].

Eu acho que tem algum de laboratórios em psicologia que vem fazendo muita coisa. É umas propostas de conversa, é umas propostas de intervenção em feira agroecológica, e aí eu destaco novamente o GEMA. [...] O GEMA é um grupo preparatório para as pessoas trans que iam ingressar na pós-graduação. E aí eu achei isso assim fenomenal porque já é garantir um espaço de encontro e troca dessas pessoas né. [...] tem o núcleo LGBT pelo que eu sei e aí é um núcleo LGBT, aí tem uma parte de estudos e tem a parte de atendimento, também. E aí é uma salinha perto do corpo discente e qualquer bronca, qualquer coisa, qualquer dúvida pode recorrer ao núcleo LGBT [Chris].

Com essas falas trazidas pelas pessoas com quem conversamos, junto com o reconhecimento da necessidade de se produzir um conteúdo de modo a pensar essas subjetividades, podemos observar que é de fundamental importância que a universidade esteja aberta às questões das pessoas trans\*. Em outras palavras, é necessário que a universidade se responsabilize institucionalmente por esses corpos dissidentes. Nesse sentido, Moretto e Fioreze (2019) ao falarem sobre a questão da *responsabilidade social* no ambiente universitário, pontuam que ela é um compromisso da instituição que deve visar os dilemas da constituição de laços sociais e compromissos coletivos da sociedade no curto prazo. E para isso, a universidade deve reconhecer a diversidade que nela está presente e contribuir para a efetivação da inclusão dessas comunidades.

Portanto, faz-se necessário que a universidade assuma a sua responsabilidade garantindo um ambiente acolhedor e uma rede de apoio baseado no vínculo e produção de afetos. De acordo com o INEP (2017) esta responsabilidade se dá na realização de ações da instituição, com ou sem parceria, que contribuam para uma sociedade mais justa e sustentável, considerando várias atividades como os trabalhos, ações, projetos e programas desenvolvidos voltados à comunidade, “objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura local” (INEP, 2017, p. 41).

Em nossas conversas observamos que algumas universidades já têm avançado no que diz respeito a criação de debates, programas, atividades e políticas que fomentam a produção de vínculos na universidade. É o que nos conta Valentina sobre a Universidade Federal de Santa Catarina:

É bem legal, na real. Inclusive eles têm salas de bate papo pra pessoas trans com horário. E não só de pessoas trans, mas também para autista, negros e

peessoas que sofreram abuso, eles têm essa sala de apoio que conversam frequentemente, acho que é de uma ou duas vezes por semana. E aí tem clubes que são estaduais, então às vezes junta pessoas do Estado todo para conversar sobre. Então é algo que eles bem abraçam, assim, eles tentam, pelo o que eu percebi, é algo que eles sempre divulgam o que os alunos fazem, nunca saem da parte deles essa coisa. Mas eles colaboram, então já ajuda bastante [Valentina].

Sobre essa última questão trazida por Valentina, Chris aponta que nem sempre é interessante que essas iniciativas partam somente das pessoas trans\*. A instituição também tem seu papel na construção de um debate que coloque no centro não só a garantia do acolhimento, a produção de pertencimento e de direitos das pessoas trans\*, mas também (re)pense a própria produção de cisnormatividade que existe em suas práticas institucionais. Nesse sentido, é importante que se discuta se a universidade quer apenas “incluir” pessoas trans\*, ou se quer ser efetivamente afetada por essa presença.

É, mas ele fala também dessa solidão, assim e parece que é uma coisa que acontece no geral né. E aí eu fico pensando em como fazer a gente não se sentir tão só, assim. Porque acaba sendo um trabalho muito enfadonho né. Falar, compor ciência e tentar fazer uma ciência justa, ética e que contemple, de certa forma, outras subjetividades. [...] Falta se considerar realmente o que significa ter uma pessoa trans entre as pessoas. Não só porque é uma pessoa necessária e que precisa estar lá para que ela fale sobre as coisas das quais ela tem propriedade. Mas, assim, o que é que essas outras pessoas cisgêneras tem para oferecer para a gente também [Chris].

Chris traz o debate de que muito se espera das pessoas trans\* em relação a lutar por seus direitos, como se essa luta fosse de sua exclusividade. Por isso, que falas como essa "você é uma pessoa [travesti/transsexual] necessária" ocorrem. O que estamos pontuando aqui, e concordando com Chris, é que esse debate pode e deve ser produzido também por pessoas cisgêneras, para que ele chegue em lugares em que as pessoas trans\* ainda não chegaram.

Neste sentido, podemos afirmar que a universidade é um espaço de poder importante e estratégico que permite uma permanente construção de subjetividades, a luta pela inclusão, e o reconhecimento e respeito às pessoas trans\*. Assim, ela deve perseguir indicadores de inclusão, desenvolvimento e formação (SILVA; PINTO, 2022, p. 5) que coloquem a questão das identidades de gênero em suas ações. Assim, como acabamos de pontuar, parte dessa inclusão se dá nos recortes de diversidade sexual e de gênero nas instituições que, de acordo com os relatos produzidos em nossas conversas, podem ser construídas por pessoas cisgêneras aliadas da causa LGBTQIAPN+. A participação dessas pessoas no movimento de luta auxilia o processo de identificação com o ambiente universitário.

Nesse sentido, podemos considerar que a existência de uma rede de apoio na instituição é sim um fator importante para a permanência de pessoas trans\* na universidade. Assim, segundo Silva e Pinto (2022, p. 6), se faz ainda mais necessária a construção destas redes, no sentido de desconstruir estigmas sociais em relação a esta população, fazendo com que se restabeleça a vivência e sociabilidade das pessoas trans\*.

### **4.3. Criação de laços: irmandade entre as/os nossas/os**

Um ponto muito importante para a permanência de pessoas trans\* na universidade, é a criação de laços entre pares. Junior, Brigeiro e Monteiro (2022) atribuem o termo “irmandade travesti”, que também é reiterado por Leticia de Carolina Nascimento (2020), para se referirem à solidariedade política entre pessoas trans\*. Trata-se de um agenciamento ético-estético-político de pessoas trans\* na sua relação com diferentes setores que perpassam suas vidas. A autora nos conta que:

durante toda minha vida, eu me senti sozinha quando não estava entre as minhas e os meus, entre travestis e transexuais, momentos em que mais me sinto humana, acolhida, abrigada e protegida. [...] a irmandade travesti, que é o nosso modo de exercer o que bell hooks (2019) e o feminismo de modo geral compreendem como sororidade – a construção de solidariedade política. Não por acaso, Sophia Rivera (2020b) afirma que a irmandade travesti é a nossa cura! (NASCIMENTO, 2020, p. 10-11).

Junto a ideia de irmandade travesti, trazemos um termo que nos ajuda a pensar essa dimensão de irmandade e pertencimento de grupo, que é a política decolonial de aquilombamento definido por Nascimento (2021, p. 166), quando diz que “quilombo passou a ser sinônimo de povo negro, sinônimo de comportamento do negro e esperança para uma melhor sociedade”. Nesse sentido, faz-se necessário, pensar essa dimensão de quilombo, também entre as vivências trans\*, um conceito que Maria Clara Araujo (2018) vai chamar de quilombos de afeto<sup>20</sup>.

Podemos observar tal irmandade nas falas das pessoas com quem conversamos, quando falam sobre essa questão de encontrar pessoas iguais a elas e a importância disso para sua permanência, bem como sua implicação nas atividades acadêmicas.

Acho que surpresa positiva foi conhecer algumas pessoas que se pareciam comigo. Tipo você [Charlie], [Amigue]. [Amigue] foi uma luz na minha vida. Quando ela entrou na faculdade a gente fez uma amizade muito forte. A gente chorou muito juntas... tem um meme: desabafo trans, pronto, é a

<sup>20</sup> Para saber mais, conferir o texto publicado no site Alma Preta: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/afrotransfeminismo-e-a-necessidade-de-quilombos-de-afeto-para-travestis-negras-brasileiras>.

gente no WhatsApp! É sempre assim. Quando tá difícil a gente vai conversar e foi uma amizade muito bonita acho que a surpresa positiva que eu tive foi isso foi a amizade. [...]. Ah não, foi muito importante para mim, conhecer outras pessoas que estavam nesse rolê também, porque a gente acaba entendendo que não tá só, né, e que não tá ficando maluco também [risos]. Porque é engraçado isso, às vezes você fica: “Meu Deus será que só eu tô passando por isso?”. Ninguém mais aqui nessa faculdade vai entender o que é que tá acontecendo comigo se eu for conversar, sei lá. Aí foi massa, para mim, nesse sentido de tipo, ter abertura para conversar sobre coisas que estavam me incomodando na época e não ser invalidez também. Porque muitas vezes a gente conversa com pessoas que não são trans, né. Enfim, nunca passaram por nada parecido, não sabem o que é você passar uma noite inteira chorando sem saber quem é. E aí a pessoa não vai entender, não tem como ela entender, sabe, ela pode até ter empatia, saber que você não está se sentindo bem, mas ela não vai entender [Eden].

Outra fala pertinente à questão da identificação com outras pessoas trans\* pode ser vista na fala de Valentina. Nesse caso, a identificação foi importante não só para a permanência na universidade, como também no próprio reconhecimento e afirmação da identidade perante a sociedade:

Porque eu poderia ter permanecido lá sem ter feito a transição e aí seria mais fácil para mim porque seria só um homem cis dentro da universidade. A questão de conhecer outras pessoas e ter outras pessoas trans na universidade, inclusive dentro da minha sala de aula, me ajudou na questão de transicionar, entendeu. Porque quando tu tem uma pessoa para te acolher, quando tem uma pessoa que já traçou todo o caminho que tu vai traçar, facilita para compartilhar história, para conversar esse tipo de coisa [Valentina].

Em outro momento, na fala de Eden, podemos notar essa identificação auxiliando no envolvimento das/os alunas/os com as atividades acadêmicas:

Eu falei né no primeiro dia na abertura do GIL que eu era uma pessoa não binária e tudo mais e aí o povo começou a dizer: “ ah eu só entrei no GIL porque você falou isso né no microfone e eu achei muito massa eu disse: “nossa vou encontrar uma pessoa parecida comigo”. Aí eu fiquei: “que legal, que legal a representatividade, né”. Me vi um pouco nesse lugar de pessoa mais velha que já tinha passado por algumas coisas e podia dar um pouco de contar, sei lá, algumas experiências e tal [Eden].

É importante destacar que a exclusão, a violência e as demais situações de vulnerabilidade social fazem parte da trajetória da grande maioria das pessoas trans\*, e, nesse sentido, a “solidariedade sob o signo da irmandade travesti funciona como protetiva em diversos âmbitos da vida” (JUNIOR; BRIGEIRO; MONTEIRO, 2022, p.110). Diante do exposto, frente às trajetórias marcadas por situações adversas, de marginalização e exclusão

social, essas narrativas nos sugerem que a produção do cuidado se constrói a partir de uma solidariedade política ou irmandade, que medeia a relação com o espaço acadêmico.

Segundo Junior, Brigeiro e Monteiro, (2022) a opção de adotar a noção de ‘irmandade travesti’ para descrever o modo como as pessoas trans\* enfrentam o estigma, associado à transgeneridade, decorre das reflexões advindas da literatura feminista e de etnografias sobre o universo social. Dessa forma, a noção de “solidariedade política ou irmandade não é uma categoria êmica nomeada assim pelas entrevistadas, mas uma categoria ética que se deduz a partir da forma como caracterizam seu acesso e sua permanência em instituições e serviços públicos diversos” (JUNIOR; BRIGEIRO; MONTEIRO, 2022, p. 109).

E esse processo coletivo de identificação é destacado na fala de Gracy, travesti entrevistada pelos autores, que ao ser perguntada sobre a importância de ter outra pessoa travesti ou transexual no ambiente universitário para a produção de acolhimento e pertencimento, respondeu:

[...] é aquela coisa, né? ‘De mulher pra mulher, Ma.ri.sa’. É tipo assim, se uma travesti for numa festa onde tem um montão de travesti, ela já chega aberta. Quando ela chega num lugar muito heterossexual ou, aparentemente, tudo heterossexual, na cabeça dela é isso: ‘Será que vão me ver? Será que vão falar? Será que vão aceitar?’ (JUNIOR; BRIGEIRO; MONTEIRO, 2022, p. 110).

Observamos também uma narrativa como essa no relato de Eden, com quem conversamos. A noção do pertencimento de grupo e identificação com as/os pares se mostra imprescindível nos espaços em que as pessoas trans\* frequentam.

Acho importante ter pessoas parecidas com a gente nos espaços para a gente saber que a gente tem direito de estar ali também, e que aquele espaço, ele não precisa ser um espaço hostil, sabe. Não precisa ser. Acho que é isso [Eden].

Estes relatos reafirmam que essa irmandade travesti se mostra fundamental nos processos de subjetivação e na relação entre pessoas trans\*. A possibilidade da identificação umas com as outras contribui para a percepção de acolhimento dessa população nos diferentes espaços. Nesse sentido, é necessário destacar a importância e potência dos encontros. Strappazon e Maheirie, (2016, p. 117) afirmam que um indivíduo ao encontrar com outro ou com um grupo, compõe uma relação em um encontro que pode ser tanto de composição, quanto de decomposição. Ou seja, é possível sentir alegria quando acontece um bom encontro. Mas o contrário também é verdadeiro: é possível sentir tristeza quando há um mau encontro, quando um corpo ou uma ideia ameaçam sua potência.

“Bons encontros” é um conceito cunhado por Gilles Deleuze (2002) onde ele faz uma reflexão sobre a diferença entre a moral e a ética a partir da interpretação da obra de Espinosa. O bom encontro acontece quando dois corpos são compostos de tal maneira que a partir dessa relação haja um aumento de potência, e conseqüentemente, um aumento da capacidade de existir.

Quando se escuta uma canção de que se gosta, todo o corpo compõe-se com a sonoridade da canção e, então, se tem a potência aumentada. Quando as relações se arranjam de forma a constituir um bom encontro, as partes envolvidas formam algo a mais que as engloba, expandindo sua potência (Deleuze, 1980). Em outras palavras: “o objeto que convém a minha natureza determina-me a formar uma totalidade superior que nos inclui, a ele e a mim” (DELEUZE, 2002, p. 27; STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016, p. 118)

Como podemos ver, a relação entre os corpos produz o bom encontro que é quando um corpo afeta o outro, ou ambos são afetados positivamente. Nesse sentido, Sawaia (1999b, p. 105) traz o conceito de “felicidade ético-política” como um contraponto ao sofrimento ético-político da mesma autora, que toma como exemplo emoções vivenciadas por participantes de movimentos sociais. Para a autora, todos os participantes de movimentos sociais “sentem alegria e prazer com a conquista das reivindicações, mas nem todos sentem a felicidade pública”. Esta é experienciada apenas pelos que sentem a vitória como conquista da cidadania e da emancipação de si e do outro, e não apenas de “bens materiais circunscritos” (SAWAIA, 1999b, p. 105). Assim, Sawaia define felicidade ético-política como um sentimento que ultrapassa a “prática do individualismo e do corporativismo para abrir-se à humanidade”.

Logo, conforme aponta Deleuze (2002) fazer parte de um encontro é participar da união de corpos que se compõem. A potência dos bons encontro permite a produção de conhecimentos próprios daquele grupo, através de processos de transformação que compõem as relações a partir do que é compartilhado nesse encontro, construindo “uma via efetiva onde se produza algo entre aqueles que estão implicados” (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016, p. 124-125), e esse processo possibilita a criação de um território de encontro no qual o sujeito pode construir elementos que fazem parte de seu universo.

Dessa forma, podemos afirmar que um bom encontro “pode emergir em um lugar de calor [e] caracteriza não só modos de relação, mas, sobretudo, a qualidade e as possibilidades de existência dos sujeitos” (STRAPPAZZON; MAHEIRIE, 2016, p. 125). E considerar essa dimensão dos lugares de calor que são produzidos por meios de bons encontros nos permite pensar em estratégias que visem “superar o sofrimento ético-político e a servidão ética em

direção ao aumento de limiares de liberdade” (STRAPPAZZON, 2017). E são encontros como esses que entendemos como encontro entre pares.

Assim, os encontros entre pares, ou seja, entre pessoas advindas da mesma realidade, são muito potentes para fortalecer não só o vínculo das pessoas trans\*, como também o sentimento de pertencimento e alegria produzido pela felicidade ético-política que produz vida, pertencimento e movimento. Esse movimento produz saberes e conhecimentos únicos, criados a partir do empoderamento proporcionado pelo encontro com as/os pares, conhecimentos atuais que dão conta de romper com a lógica objetual da sociedade, para colocar no lugar e construir coletivamente um conhecimento produzido por sujeitos políticos, articulados com movimentos sociais. E a rede produzida pela irmandade travesti realça a potência desses encontros através do empoderamento.

Como podemos ver, essa prática dos encontros se mostra efetiva e importante uma vez que traz o cotidiano dessa população para os lugares onde ela é necessária e no contexto de interação das pessoas e, conseqüentemente, promove uma maior integração a partir do acesso e permanência na universidade bem como à cidadania que pode evitar a evasão acadêmica. Nas falas das pessoas participantes da nossa pesquisa, observamos que esse encontro entre pares foi importante para seu sentimento de pertencimento na academia, e conseqüentemente ao seu bem-estar e permanência. Em nossas conversas, um ponto importante e que liga pessoas trans\* na construção de lutas comuns na universidade, foi a questão dos debates que se fazem fora das salas de aula que ajudam a pensar não só as vivências trans\*, mas, também, sobre o que se produz dentro da academia sobre e por elas.

Aí depois fui almoçar com duas travestis que estão agora no Programa e que são maravilhosas: Estela e Júlia e a gente foi fofocar no laguinho da UFPE e aí é muito interessante assim como alguns tópicos alguns temas acontecem de uma forma tão fluida a preocupação com o crescimento do feminismo radical, por exemplo. De uma forma mesmo que não é que a gente tá se encontrando para pautar coisas mas a gente tá só desabafando. E aí nesse momento assim e nesses momentos em que eu encontrei pessoas trans [Chris].

Sim, sim, com certeza, a troca de experiências e a troca de falas mesmo, entre nós, tem sido muito positiva, e é como falei né, é bom ter essa troca porque me ajuda a não me entregar a esse poder sedutor não ficar só na minha bolha, dentro da minha área de pesquisa [Bernardo].

Por fim, podemos ver que as barreiras para a permanência podem ser, e tem sido, minimizadas através de diferentes estratégias e ações, com a inserção de mais pessoas trans\* no ensino superior que fomenta um sentimento de pertencimento de grupo forte, suficiente

para mantê-las (re)existindo no espaço acadêmico. Ainda que não esteja explicitamente dito pelas pessoas que participaram da nossa pesquisa, esses encontros têm produzido a construção e articulação de redes de pessoas trans\* nas diferentes universidades, e entre elas, no sentido do fortalecimento da luta política. Em algumas instituições esse processo é mais embrionário, em outras mais avançado. Ainda assim, partindo destas singularidades, e diferentes temporalidades, o encontro entre pares realça uma dimensão que é transformadora tanto para as pessoas trans\*, quanto para as instituições de ensino: tornar-se sujeito.

Tornar-se sujeito, ou seja, deixar de ser objeto (das diferentes áreas do conhecimento) e invisível às demandas de organização política, não é pouco, especialmente para um público vulnerabilizado como o de pessoas trans\*. Esse movimento que é potência de vida será discutido no tópico que trata dos enfrentamentos realizados pela população T na universidade e que se relaciona ao que bell hooks chama de erguer a voz.

#### **4.4. Ainda sobre o respeito e o acolhimento no ambiente universitário: a necessidade de construir políticas públicas para a população travesti e transexual na universidade**

Diante de tudo que já vimos, especialmente no que foi discutido no tópico 4.2., podemos dizer que para que as pessoas trans\* permaneçam no espaço da universidade é necessário que se criem condições de acolhida e respeito, e isso se materializa nas relações institucionais, na responsabilidade social da instituição, nas relações entre discentes e docentes, discentes e discentes, na constituição de práticas pedagógicas inclusivas, e, fundamentalmente, na implementação de políticas específicas para a comunidade travesti e transexual não só no campo da assistência estudantil, mas no combate à transfobia institucional de um modo geral. É sobre essas questões que vamos nos deter no debate deste tópico.

Pelo debate que fizemos até o momento, podemos observar que o espaço da universidade produz movimentos que resultam em conquistas e encontros potentes, possíveis em função de suas presenças e pela existência de redes de amizade, de estudo, de pesquisa, de redes políticas, que se entrelaçam; mas também pelo enfrentamento dos obstáculos que dificultam a permanência no ensino superior. Esses obstáculos contribuem para que essa população viva situações de violência e vulnerabilidade também na universidade. Estamos nos referindo a isso porque um dos pontos de destaque desta dissertação, reforçado pelo teor

das falas das pessoas que integraram a pesquisa, é o debate sobre a necessidade de políticas públicas na universidade focadas na população de pessoas trans\*.

De acordo com Boullosa (2019, p. 92) as políticas públicas são “fluxos multiatoriais situados, dentro de um contexto político mais amplo de superação das relações de subalternidade”. Tal dimensão abre portas para que as pessoas trans\* não mais se coloquem no lugar de subordinação, e assumam o papel de protagonistas das suas trajetórias acadêmicas. Nesse sentido, no que concerne à criação e implementação destas políticas, a responsabilidade da universidade deve ser a de garantir que elas sejam de qualidade, e que considerem a dimensão do acolhimento, pois a “noção do acolher como um ato político de resistência e afirmação da vida” (QUADROS; CUNHA; UZIEL, 2020, p. 3) pode garantir que as pessoas trans\* se sintam pertencentes a essa instituição de modo que os obstáculos enfrentados por elas sejam amenizados no ambiente acadêmico. Aqui discutiremos brevemente algumas das políticas mencionadas pelas pessoas que participaram desta pesquisa.

A primeira delas, refere-se à necessidade de uma política de educação permanente para docentes e profissionais técnicas/os da universidade que tenha no debate das travestilidades e transexualidades uma dimensão importante. Essa demanda aparece de modo mais visível nas falas de Bernardo, que traz esse assunto utilizando o termo como “formação continuada”, e Eden, como podemos ver abaixo:

Então eu sinto que a universidade, ela é receptiva a tratar dessas temáticas, só que mesmo ela sendo receptiva a tratar dessas temáticas, ela ainda precisa do básico, que é uma formação continuada de todos os seus servidores para poder, então, abrir espaço de forma correta. [...] Os professores, eles precisam também passar por essa formação continuada [Bernardo].

Acho que falta, sei lá, uma capacitação para os professores saberem lidar com esse tipo de situação [Eden].

Essas falas evidenciam o que Silva e Pinto (2022) apontam como “um esquecimento da população trans quanto às discussões acerca delas dentro da educação” (SILVA; PINTO, 2022, p. 2). Logo, cabe à universidade repensar algumas de suas práticas no sentido de ser afetada pelas pessoas trans\* que nela estão inseridas. Como dissemos quando do debate em torno do nome social, por exemplo, não há necessariamente um compasso entre a aprovação de resoluções inclusivas que tratam das vidas das pessoas trans\* na universidade, e o respeito a estas resoluções. Ou seja, há ainda um descompasso entre a formulação de resoluções de combate à transfobia e a efetivação de uma cultura da diversidade assumida no cotidiano. O processo de diálogo junto à comunidade universitária e a realização de formação de quadros

técnicos e profissionais da educação, e campanhas pela diversidade são estratégias necessárias e importantes no combate à transfobia institucional.

Nesse sentido, é urgente que haja uma sensibilização maior de docentes, de funcionárias/os técnico-administrativos e do próprio corpo estudantil, a fim de desnaturalizar as práticas transfóbicas ocorridas no espaço acadêmico, criando-se um ambiente que consiga integrar todas as pessoas. Como já indicamos em outro tópico, enfrentar a transfobia na universidade é pôr em questão a própria dinâmica institucional baseada na cisgeneridade. Uma formação que inclua o debate das travestilidades e transexualidades como signos de uma universidade múltipla, diversa e democrática, é fundamental.

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988) a educação é um direito de todas as pessoas e deve ser garantida pelo Estado, famílias e sociedade em geral, de forma a assegurar que todas elas tenham as mesmas condições de acesso e permanência. De acordo com Medeiros (2022, p. 131) é muito importante lembrar disso sempre que possível, “pois a efetivação desse direito perpassa diferentes questões, como classe, etnia e identidade”. Medeiros (2022) pontua que os ambientes educacionais têm o papel social de apresentar e lidar com distintas culturas, o que ultrapassa a perspectiva unilateral da formação técnica. E na Constituição fica claro que é dever do Estado garantir uma educação de qualidade, que seja acessível a todos, visando o desenvolvimento da pessoa e sua preparação para a cidadania (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, podemos afirmar que as instituições de ensino devem se adaptar, ou melhor dizendo, incorporar as diferenças e não o contrário. Elas precisam reconhecer a multiplicidade de corpos e estar atentas aos diferentes marcadores sociais, como por exemplo, gênero, raça, etnia, uma vez que se trata de um ambiente frequentado por uma pluralidade de corpos, vivências e identidades.

Em relação ao debate das temáticas de gênero nos ambientes educacionais, Medeiros (2022, p. 133) nos conta: “Quando alguém me questiona se é papel do professor tratar de tais assuntos, prontamente respondo: está nos PCNs!”. Ele também pontua que de acordo com a Lei de Diretrizes Base (LDB) (BRASIL, 1996), o ensino é guiado pelos princípios da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”. A LDB também nos diz que conhecimentos relacionados aos direitos humanos devem estar presentes nos currículos. Dessa forma, concordamos com Medeiros (2022, p. 134) ao afirmar que “os dois principais documentos que orientam a educação brasileira trazem como princípios do ensino a tolerância, a liberdade e o pluralismo de ideia, tendo na formação do cidadão seu principal objetivo” (MEDEIROS, 2022, p. 134).

Nesse sentido, podemos afirmar que não existe uma lei que proíba o debate sobre questões de gênero e identidade nos espaços de ensino, pelo contrário, alguns documentos têm estimulado esse debate, especialmente no Ensino Básico, a exemplo do Temas Transversais (BRASIL, 1997), dos PCNs (BRASIL, 1997), da LDB (BRASIL, 1996), da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (BRASIL, 2018b) e da Constituição (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, para que esse direito à educação livre e diversa seja cumprido e dê conta de incluir a diversidade, é necessário que nas universidades haja um processo constante de educação permanente de docentes, dado que elas/es têm o compromisso ético-político e social em fomentar um espaço inclusivo. Segundo Medeiros (2022, p. 132) essa necessidade justifica-se no reconhecimento de que os ambientes de ensino são um espaço de formação “e que o professor é uma célula que deve promover a discussão, intervindo sempre que necessário”. (MEDEIROS, 2022, p. 132). E para que a educação inclusiva seja efetivada, faz-se necessárias algumas adaptações no ambiente educacional no sentido de garantir posturas acolhedoras e inovações metodológicas nas práticas docentes; isso pode ser feito com uma modificação no currículo de forma a agregar conteúdos que contemplem a diversidade das pessoas que frequentam a instituição. Nesse sentido, as discussões a respeito das questões identitárias referentes às pessoas trans\* devem perpassar os conteúdos abordados por docentes de forma transdisciplinar, não só dentro da sala de aula, mas também em outros espaços e eventos da instituição (MEDEIROS, 2022, p. 132).

Para tanto, é importante salientar que a garantia da inclusão envolve o investimento na educação permanente não só de docentes, mas também discentes e técnicas/os. É necessário o uso de metodologias que se adequem às diferentes situações didáticas e que consigam alcançar os diferentes sujeitos. Além disso, segundo Medeiros, (2022, p. 132) o desenvolvimento dessas habilidades envolve também o aprimoramento das relações interpessoais como por exemplo, o respeito e o reconhecimento, “os quais estão diretamente relacionados a permanência ou não de determinados grupos” nas instituições de ensino, a exemplo das pessoas trans\*.

Precisamos reconhecer, como visto acima, que atualmente temos exemplos de universidades que têm pensado e garantido o acesso e a inclusão das pessoas trans\* no ensino superior, mas a universidade ainda se mostra um espaço “intolerante e resistente no que diz respeito às questões da diversidade” (MEDEIROS, 2022, p. 135). Por isso, é necessário seguir avançando na promoção de ações e formações que visem minimizar essas barreiras nesses espaços.

É necessário que discentes estejam cientes de que a atuação docente deve valorizar discentes, partindo de suas realidades e problematizando-as (MEDEIROS, 2022, p. 136). Ou seja, trata-se de uma prática que parta do princípio do respeito ao outro, e compreenda que a “educação transcende aspectos conteudistas curriculares, articulando saberes práticos e sociais ao processo educativo, o que leva em conta as particularidades dos(as) discentes” (MEDEIROS, 2022, p. 136). Portanto, segundo o autor, é função docente zelar pela liberdade e integridade de estudantes e isso justifica o acolhimento das pessoas travestis e trans na universidade. Para além de uma formação comprometida ética e politicamente com as vivências de pessoas trans\* na universidade, são necessárias campanhas institucionais de combate à transfobia que periodicamente façam o debate, estimulem a reflexão, fortaleçam grupos e coletivos da diversidade, visibilize as lutas por respeito e reconhecimento.

Para exemplificar tal prática docente tomamos emprestadas as reflexões que Reis (2022) faz sobre o debate étnico-racial na universidade; adaptamos as perguntas que ele faz substituindo pelas questões relacionadas às travestilidades e transexualidades. Vamos a elas: em que medida o ensino, a pesquisa e a extensão universitários, implicados com as transgeneridades, podem reconfigurar práticas educativas e propor ações que tornem possível a visibilidade e fortalecimento deste grupo? Como a modificação das representações relacionadas às travestilidades redimensionam currículos acadêmicos e os cotidianos universitários? Em que sentido essa mudança interroga os lugares, os espaços de poder e “a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade”? Essas perguntas nos ajudam a ajustar o passo, conduzir os caminhos necessários para uma formação que seja efetivamente plural.

Outra política que vem se desenhando no cenário acadêmico, e trazida por algumas das pessoas que conversamos, é o serviço do ambulatório trans que aparece como uma resposta a uma necessidade e reivindicação antiga e que tem relação com a dimensão mais integral da saúde, e de modo mais específico, com a questão do processo transexualizador. De acordo com A cartilha produzida pelo Ministério da Saúde, o Processo Transexualizador no SUS é:

Instituído pelas Portarias nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 e ampliado pela Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, o Processo Transexualizador realizado pelo SUS garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social (BRASIL, 2016).

Embora os locais de atendimento não abarquem todo o país e ainda que nos locais onde já funcionam precariamente, esta política tem sido vista pelas pessoas que participaram desta pesquisa como uma grande iniciativa. A rede de serviços do SUS conta com cinco serviços “habilitados pelo Ministério da Saúde no processo transexualizador que realizam atendimento ambulatorial e hospitalar” (BRASIL, 2016). Dessa forma, segundo NUGEM ([2021?], p. 4), o atendimento às pessoas trans\* passa a ser feito com uma rede de acolhimento contando com uma equipe multidisciplinar de psicólogas/os, assistentes sociais, profissionais endócrinos e cirurgiões.

De um modo geral, a utilização do ambulatório foi trazida por todas as pessoas com quem conversamos, e podemos ver que em alguns espaços ele é um fator de permanência, ainda que não necessariamente garantido pela universidade. É o que podemos ver na fala de Valentina.

Eu utilizo o ambulatório desde o início da minha transição. A gente tem um ambulatório trans, agora em fevereiro tá fazendo três anos que eu tomo hormônio. Então desde o início eu comecei no ambulatório [Valentina].

A importância do ambulatório se evidencia no acesso a serviços de saúde como é o caso da hormonioterapia que é visto pelas pessoas trans\* como uma ferramenta para se sentirem mais confortáveis com seus corpos e conseqüentemente mais confortáveis para frequentarem locais públicos. Segundo Thomazi, Avila e Teixeira (2022, p. 6), no que diz respeito à saúde de pessoas trans\*, “uma das demandas do movimento social era a possibilidade de fazer as modificações corporais de acordo com sua identidade de gênero, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), pois as cirurgias de redesignação sexual começaram no Brasil em 1997” nos hospitais universitários. De acordo com os autores, a inclusão desses procedimentos no SUS se deu em 2008, quando foi instituído o Processo Transexualizador no SUS. Em 2013, o Ministério da Saúde redefiniu e ampliou o Processo Transexualizador no SUS, definindo as modalidades ambulatorial e hospitalar nos incisos I e II do artigo 5º, respectivamente (BRASIL, 2013).

Como podemos ver, essa é uma política de saúde muito importante para essa população, “contudo, a efetiva concretização dessas políticas enfrenta múltiplas barreiras” (FERREIRA; NASCIMENTO, 2022, p. 3826), e segundo as/os autoras/es, podemos citar as desigualdades socioeconômicas e culturais de nosso país que se tornam desafios para a aplicabilidade de políticas públicas (FERREIRA; NASCIMENTO, 2022, p. 3830).

Outra barreira seria a questão do processo de territorialização do SUS que está inacabado, cujas políticas de promoção da saúde e equidade não chegam aos territórios limitando o acesso ao serviço ofertado nos ambulatórios, uma vez que existem apenas “cinco hospitais no Brasil que realizam procedimentos cirúrgicos para redesignação sexual para aquelas pessoas trans que a desejam” (THOMAZI, AVILA; TEIXEIRA, 2022, p. 6). Nesse sentido, poderíamos dizer que a barreira, mais que geográfica, é política. Entretanto, é necessário considerar que as modificações corporais não são as únicas demandas de saúde dessa população contempladas no ambulatório. As questões relacionadas à saúde mental, ao enfrentamento das relações de opressão e patologização de suas experiências, o fortalecimento de identidades e de redes de apoio são elementos que também constituem essa política de saúde.

O Ambulatório T parte da premissa de que o respeito à identidade de gênero é essencial para a dignidade humana (THOMAZI, AVILA; TEIXEIRA, 2022, p. 3). Além disso, tem como perspectiva o entendimento de que a transexualidade não é uma doença, e sim uma entre tantas outras formas de expressão da identidade de gênero, “na lógica do reconhecimento das identidades trans e da autonomia dos sujeitos quanto a como essas pessoas levarão adiante seu processo de transição de gênero e na lógica da atenção integral à saúde de pessoas trans” (THOMAZI, AVILA; TEIXEIRA, 2022, p. 5). Nesse sentido, entendemos que o ambulatório T é uma ferramenta importante para a garantia de dignidade das pessoas trans\* e que contribui para a afirmação da identidade e, conseqüentemente para a permanência na universidade, uma vez que esse público ao se sentir à vontade para performar o seu gênero, se permite manter o convívio em sociedade.

De um modo geral, o tema das políticas públicas permeou todas as conversas que tivemos no processo de produção da pesquisa. As políticas públicas compõem seus discursos, apontando para aquilo que ainda precisa ser feito em termos da garantia de uma experiência universitária plenamente realizável para pessoas trans\*, desde à ampliação e fortalecimento das políticas de acesso, à uma assistência estudantil que salvasse a permanência destas pessoas. Se por um lado, o processo de democratização da universidade se dá pela presença de grupos que historicamente foram alijados deste espaço, ele só é concretizado efetivamente na medida em que garante a permanência destes mesmos grupos na instituição. Vejamos o que diz Bernardo e Valentina:

Uma política de entrada, de garantir a entrada de mais pessoas trans nos cursos [...] A partir daí pensar políticas de permanência. [...] Uma coisa que é deficitária na universidade e que poderia ajudar muitas pessoas trans seria a

ampliação de vagas na residência universitária, a construção de mais prédios ali para poder abrigar mais estudantes, não só os estudantes trans mas estudantes em situação de vulnerabilidade. A gente sabe que a população trans acaba sendo bastante vulnerável também. Pensar nessas políticas de permanência, pensar nessa formação continuada, porque a primeira a barreira é a entrada, a segunda barreira é a permanência, a terceira barreira também associada a permanência são as condições de permanência. Então aquele rolê que eu falei pra você da formação continuada dos servidores é importantíssima para que o aluno não desista do curso. Para que não haja evasão, evitar evasão. E aí o próximo passo: a existência do ambulatório já ajuda bastante, você fazer o acompanhamento, a transhormonização, priorizar o atendimento dentro dessa rede de transhormonização dos alunos da universidade, acho que seria interessante também [Bernardo].

Então acho que a política. A única política que, na minha visão precisa ser acrescentada são, sim, para as pessoas trans [Valentina].

Concordamos com Silva e Vaz (2020, p. 59) sobre a necessidade de ampliar e desenvolver políticas educacionais que produzam uma “transformação embasada na garantia de direitos ao acesso à educação àqueles que histórica e socialmente foram excluídos” (SILVA; VAZ, 2020, p. 59). A academia precisa reconhecer que “é importante conhecer e ter acesso a outras pessoas trans\*, contribuindo para a diminuição do sentimento de isolamento e solidão que a ausência de representatividade pode ocasionar nesses sujeitos” (SILVA, 2018, p. 28). Mas para isso, é necessário produzir políticas de assistência estudantil com foco na permanência, como a ampliação de vagas na residência universitária, citada por Bernardo, e tantas outras que ofereçam a garantia de direitos básicos como a alimentação, por exemplo.

O reconhecimento dessas dificuldades traz a necessidade de se criar e/ou implementar políticas específicas que contemplem pessoas trans\* como as cotas para ingresso na universidade, desde os níveis de graduação até os de pós-graduação (SILVA; PINTO, 2022, p. 7). E ainda que as políticas de acesso não estejam no centro desta pesquisa, algumas pessoas participantes citaram a política de cotas como uma ferramenta importante para a inclusão desse grupo na universidade.

Quando eu entrei na UFSC, eu entrei por três cotas diferentes: de raça, de escola pública e de renda [Valentina].

São cotas, mesmo. São cotas, assim como tem as cotas raciais. Um determinado percentual de pessoas a ingressar seriam pessoas vindas de escolas públicas, ou então trans, ou então racializadas [Chris].

Para Silva e Pinto (2022, p. 08), essas políticas podem ser entendidas como “rotas criadas pelos movimentos de pessoas trans\* no meio acadêmico e que atuam na construção de políticas públicas”. Com base nisso, podemos entender que em relação ao acesso ao ensino

superior, já estão consolidadas experiências de ações afirmativas relacionadas à renda, raça e etnia, porém ainda é tímida a utilização deste dispositivo para a população trans\*.

Segundo levantamento da Folha de São Paulo (2019), há cotas específicas para pessoas trans\* em ao menos 12 das 63 universidades públicas, o que equivale a 19% do total<sup>21</sup>. A implementação desta política passou a ser registrada a partir da segunda metade desta década e tem ganhado mais fôlego na pós-graduação. É fundamental, no entanto, que se implemente uma política de acesso também na graduação, para que seja garantido o direito das pessoas trans\* de acessarem o ensino de forma equânime.

Nesse sentido, podemos afirmar que todas essas políticas são importantes e vêm sendo paulatinamente implementadas, e de fato, já garantem o acesso para parte dessa população, mas temos percebido que esse processo se dá ainda de modo tímido. Segundo a ANTRA (2020), ao discutirmos a educação formal nos deparamos com dois desafios: a conclusão do ensino fundamental e médio, e o acesso à universidade. (ANTRA, 2020, p. 2). E a superação desses desafios envolve reconhecer que é difícil implementar políticas de ação afirmativa que estejam atentas a critérios identitários em contextos sociais marcados historicamente por “formas persistentes, disseminadas e sofisticadas de discriminação” (ANTRA, 2020, p. 1).

Por isso, esta associação vem a público trazer informações que evidenciam a importância da política de cotas e reservas de vaga destinadas nas universidades públicas para o acesso dessa população. Segundo a ANTRA (2020), a política de cotas tem como intuito garantir o acesso à universidade e a construção de uma produção científica por pessoas trans\* que têm sido prejudicadas historicamente “devido ao processo de apagamento social da sua identidade e expressão de gênero, que tem expulsado nossos corpos dos bancos escolares e impossibilitando a chegada ao ambiente acadêmico” (ANTRA, 2020, p. 1). Ou ainda àquelas pessoas que mesmo tendo conseguido entrar na universidade, encontram dificuldades motivadas por sua condição para a continuidade, devido a fatores sociais e situações de vulnerabilidade em que se encontram (ANTRA, 2020, p. 1).

Precisamos reconhecer que a política de cotas, já consolidada como política de acesso, cumpre o papel de inserir e garantir a continuidade de pessoas trans\* na universidade, “que enfrentam violações e violências ao longo de suas vidas que impedem o processo educativo devido a sua condição, identidade e expressão de gênero” (ANTRA, 2020, p. 1-2). Dessa forma, reconhecemos, em conformidade com a ANTRA (2020, p. 3), que as cotas são “uma

---

<sup>21</sup> O número de instituições de ensino superior que adotam a política de ações afirmativas para pessoas trans\* vem crescendo. A Universidade Federal de Alagoas (UFAL), por exemplo, implantou a política de cotas para estudantes trans\* na pós-graduação em 2022.

conquista imensurável e urgente” para a população travesti e transexual. É importante observar que esta política fala mais da possibilidade de acesso a espaços historicamente negados a populações mais vulnerabilizadas, ela pode também ser pensada como uma política de permanência, na medida em que possibilita e/ou deve possibilitar o acesso destes grupos a editais específicos no interior das universidades que garantam condições de permanência, seja a aquisição de uma bolsa, seja ainda o acesso aos diferentes equipamentos da instituição como moradia, restaurantes, espaços de práticas de esporte, entre outros.

Se a política de cotas para ingresso nas instituições é fundamental para ampliar o acesso, tão importante quanto ela é o fortalecimento de uma política de permanência que consiga diminuir as muitas dificuldades vividas por pessoas trans\* no sentido de dar prosseguimento aos estudos. Essa política deve integrar diferentes programas do campo da assistência estudantil que, de algum modo, tratem de questões como moradia, alimentação, apoio para a compra de materiais e livros, etc. Como podemos observar nas falas que seguirão abaixo, essas políticas precisam resolver questões que impactam a permanência de um modo geral, mas mais especificamente, as questões financeiras e aquelas relacionadas à saúde mental.

Sobre o fator econômico, é muito comum ouvirmos falas de pessoas trans\* como “quando eu consegui me estabilizar financeiramente, foi quando eu consegui pensar em voltar a estudar. Antes disso eu não teria como, porque eu não tinha como morar com os meus pais” (SCOTE; GARCIA, 2020, p. 12). Isso mostra o quanto pessoas trans\* se cobram para ter o mais rápido possível uma fonte de renda para que consigam se sustentar e possam dar andamento à sua vida, a partir de uma autonomia conquistada, sem a necessidade de ajuda familiar. Mas se pensarmos que as condições de trabalho para essa população não são muito favoráveis, temos um impasse que produz sofrimento e corrobora para a manutenção da violência doméstica sofrida por muitas dessas pessoas. Por isso, a questão financeira é fortemente trazida pelas pessoas participantes de nossa pesquisa:

[...] questões institucionais. É, em conversas com outros alunos e alunas trans de lá da UFAL eu vejo que há uma dificuldade muito grande de permanência, mas felizmente isso não é o meu caso porque eu já venho de uma estrutura, de uma estrutura muito melhor, já tava no mercado de trabalho há muito tempo, sou casado tem uma estrutura familiar e uma estrutura financeira que me permite ter permanência [Bernardo].

Nessa fala, Bernardo aponta a questão financeira e de rede de apoio (família e amigos) como fatores importantes para a permanência. Silva e Pinto (2022, p. 1), afirmam que somado ao ambiente extremamente violento e discriminatório, a falta de uma renda que possibilite a

autonomia dessas pessoas, interferem na continuidade dos estudos. Souza et al (2020, p. 176) nos lembra que a precarização do trabalho para pessoas trans\* “é apenas uma das manifestações da transfobia no Brasil, que tem se mostrado bastante letal”. Tal prática é excludente, uma vez que impossibilita à população T em permanecer na universidade, assim como é apontado na fala de Valentina que nos conta sobre sentir a dificuldade em estudar e manter um emprego.

Mas acho que a questão da federal em si o mais difícil acaba sendo a questão monetária. [...] Mas para quem estuda na Federal é bem difícil pela parte monetária, né. E tipo no primeiro semestre não pode nem trabalhar, não pode nem fazer estágio nem nada disso [Valentina].

Por vezes, essas duas atividades – trabalho e estudo – precisam coexistir para que a permanência seja garantida. Com base nisso, Souza et al (2020, p. 179) afirmam que devemos partir da compreensão de que toda trajetória de desenvolvimento de pessoas trans\* costuma ser marcada por exclusões que impactam diretamente no acesso ao mercado de trabalho. Essa questão aparece em nossas conversas quando as pessoas comentam sobre ter que trabalhar para se manter na universidade:

São duas questões que é a questão de preconceito e aceitação e a monetária. A monetária é essa que eu te falei, que a pessoa precisa trabalhar, então ela precisa ganhar dinheiro porque muitas das vezes elas não tem apoio de mais ninguém a não ser dela [Valentina].

Tipo auxílio financeiro. Acho que o auxílio financeiro seria muito importante [...] Porque as pessoas também podem estudar sobre outras coisas, não precisa ser necessariamente sobre vivência, mas para estudar sobre isso, você tem que ter algum meio de sobrevivência né. (Risos). Para estudar sobre vivência você tem que ter algum meio de sobrevivência. Pirei agora... [Eden].

É possível notar que a questão financeira é algo que influencia na permanência da população T, como já pontuamos anteriormente. E não só a questão financeira da pessoa que está inserida na universidade, mas do núcleo familiar como um todo. Nesses casos, o impacto é ainda maior, conforme aponta Valentina.

Sim. Eu sempre tive muito, muito problema em questão financeira lá em casa principalmente estando na Federal [...] e daí teve um período que minha irmã ficou sem trabalho também, então era tudo nas costas da minha mãe e minha mãe é cabeleireira, então não tem uma renda muito grande. Então a questão monetária assim, pra mim, era sempre bem difícil [...] Era a questão principal assim, é o que eu disse, é a parte mais difícil da Federal [Valentina].

Valentina retoma a fala para afirmar a necessidade de uma renda mínima que garanta a permanência na universidade:

Hoje em dia ingressar não é mais um problema, eu acho que hoje em dia é a permanência que é um problema. Ter dinheiro para permanecer lá dentro, para conseguir se sustentar na universidade integral, assim é meio fora de questão, sabe? [Valentina].

Dessa forma, precisamos salientar que a assistência estudantil se faz necessária no sentido de diminuir as barreiras institucionais que dificultam a permanência da população travesti e transexual na universidade. O que está por traz das falas registradas acima é a carência de assistência estudantil para essa população que contemple uma série de políticas fundamentais como o acesso à bolsa, moradia estudantil, restaurantes universitários, rede de apoio e de saúde, bem como, a construção de outras políticas públicas mais focadas nas necessidades da população T inserida no espaço acadêmico, dadas as inúmeras situações de vulnerabilidade.

Nesse sentido, reiteramos que a universidade deva ser um espaço de acolhimento e respeito, especialmente para estudantes que possuem em suas trajetórias, marcas da desigualdade. Mas para que isso aconteça, é necessário que se instituem e se fortaleçam políticas de assistência que considerem as diferentes condições para os distintos públicos da universidade. Nesse sentido, são necessárias políticas *interseccionais*. Para Carvalho e Abreu (2021) “quando uma pessoa é pobre, é negra, é mulher, é LGBTQIA+ etc., dentro de um país sublocado na divisão internacional, o resultado pode ser a tripla+ determinação de sua existência” (CARVALHO; ABREU, 2021, p. 10).

Assim, pensar políticas de assistência estudantil através da ideia de interseccionalidade, por exemplo, é também complexificar o enfrentamento às distintas camadas de desigualdades presentes nas trajetórias das/os estudantes, no caso mais específico, de pessoas trans\* que estão inseridas no espaço universitário. Entendemos que a interseccionalidade pode “identificar que as desigualdades de gênero são potencializadas e aprofundadas pela raça, classe e outros marcadores sociais” (OLIVEIRA; ARAUJO, 2022, p. 13), e aqui, quando falamos em desigualdades de gênero, estão presentes também aquelas que se relacionam às experiências de pessoas trans\*. Dessa forma, Gomes (2019) afirma que esses marcadores sociais estão presentes em diversos espaços: na família, nas instituições de ensino, nos meios de comunicação, na política, bem como na vida social e cultural (CARVALHO; ABREU, 2021, p. 10).

Ou seja, as dificuldades encontradas pelas minorias não são um problema individual ou apenas daquele grupo em questão, mas um problema que deve ser resolvido com a intervenção e participação de toda a sociedade e do Estado. E para isso, precisamos reconhecer que as diferentes desigualdades podem se sobrepor, mas, também, podem ser combatidas, segundo Carvalho e Abreu (2021, p. 10), por meio de “ações interseccionais emancipatórias – que ambicionem transformar as relações de poder constituídas desde o tempo da colonização e que se metamorfoseiam no contexto do capitalismo e das injustiças globais”.

Nesse sentido, retomamos novamente a questão da responsabilidade social da universidade que deve desnaturalizar as opressões dirigidas às minorias sociais, compreender a complexidade desses preconceitos e “denunciá-los como construções e opressões socioculturais, políticas e interseccionais produzidas nas relações de poder” (GOMES, 2019, p. 614). E, dessa forma, proporcionar o protagonismo às pessoas sujeitas e garantir o direito a ser diferente.

Além disso, reiteramos a urgência de políticas/ações afirmativas que foquem no combate às desigualdades de gênero, classe e raça que considerem a transversalidade e a interseccionalidade de dimensões de modo a garantir a justiça para os grupos que combinam vários tipos de discriminações e, por isso, acabam sendo vítimas mais frequentes das assimetrias em todas os espaços da sociedade. Para tanto, as ações públicas que vêm sendo desenvolvidas “precisam continuar e tornarem-se permanentes, considerando que nossas desigualdades se constituíram ao longo de séculos e possuem base material e ideologia” (CARVALHO; ABREU, 2021, p. 23).

Essa dimensão da necessidade de se pensar a interseccionalidade das políticas de combate às desigualdades presentes na trajetória de pessoas trans\* na universidade, chama a atenção para algo que também apareceu em nossas conversas, que são as questões relacionadas à saúde mental. Como agravantes da saúde dessa população, podemos citar os riscos à integridade psíquica, física e moral, contribuindo para a redução da qualidade de vida e promovendo danos à saúde mental e física, proporcionando sofrimento e sensações de inferioridade (COSTA; CÂNDIDO; BIZERRA, 2017; ANTRA, 2022, p. 101).

E essa questão também foi pontuada na fala de Eden, onde sinaliza a importância de apoio psicológico no ambiente universitário, uma vez que as questões psicológicas interferem nos estudos.

Acho que seria massa se tivesse um apoio à saúde mental de pessoas trans, sei lá, uma terapia para as pessoas trans fazerem, alguma coisa do tipo, um grupo, qualquer coisa nesse sentido. E política de permanência na questão financeira porque às vezes você tem que escolher se você vai trabalhar para se manter ou se você vai estudar, e trabalhar e estudar é foda entendeu [Eden].

É relevante mencionar que existe um mito relacionado às questões de saúde mental das pessoas trans\*, onde o senso comum presume que a travestilidade ou transexualidade em si, seriam fatores “causadores de ideações suicidas, depressão, ansiedade ou outras questões de saúde mental. São ideias que estão postas sob um viés estigmatizante e patologizante, que ignoram os resultados positivos de uma transição” (ANTRA, 2022, p. 99). Então podemos considerar que um ambiente acolhedor pode vir a garantir a qualidade e melhora da saúde mental da população travesti e transexual (ANTRA, 2022, p. 99). Por isso, fazer da universidade um ambiente receptivo e acolhedor a essas demandas é fundamental, uma vez que, como já foi apontado diversas vezes nesta dissertação, o contexto da transfobia produz sofrimentos, por vezes irreparáveis, que fazem com que as pessoas trans\* adoçam.

#### **4.5. Resistências e enfrentamentos: as movimentações de pessoas travestis e trans perante às dificuldades de permanência na universidade**

Apesar das dificuldades encontradas ao frequentar a universidade, podemos ver que as pessoas trans\* têm resistido nesse espaço e utilizam estratégias para driblar as inúmeras barreiras existentes. Dentre as estratégias apontadas pelas pessoas com quem conversamos encontramos: o enfrentamento direto, a proposição de debates sobre questões de gênero na universidade, a criação e fortalecimento de coletivos de discussão e organização política, e os vínculos entre as pessoas trans. E é sobre eles que iremos discutir agora.

##### **4.5.1. Enfrentamento: erguer a voz como condição de permanência**

Farah (2016) afirma que a análise de políticas envolve a geração e a mobilização de conhecimentos que a subsidie. Essa perspectiva nos convida a pensar a importância do conhecimento para enfrentar as situações que desafiam diariamente as pessoas trans\*, pois, segundo Ramacciotti e Bernardino (2020, p. 65) o conhecimento nos permite “elaborar políticas públicas, avaliar questões técnico-políticas e gerar informação para tomadas de decisões e enfrentamento de problemas públicos”.

Entretanto, entendemos que esse conhecimento não se dá apenas nos espaços acadêmicos, ele é produzido também no coletivo, em grupos de discussão, movimentos sociais que permitem que essa população se articule, planeje, aprenda a lidar com as dificuldades enfrentadas e que estão postas, empoderando-se e erguendo suas vozes, uma vez que estar embasado politicamente é uma ferramenta poderosíssima para driblar o preconceito e a intolerância.

Em nossas conversas identificamos algumas estratégias de enfrentamento utilizadas pelas pessoas participantes para lidar com o preconceito. Essa dimensão é importante, pois nos convida a pensar que para serem respeitadas como sujeitas, as pessoas trans\* têm que lutarem, se fizerem presentes, erguerem a voz. O enfrentamento assim, aparece como uma condição *sine qua non* para a existência dessa população na universidade, pois do modo em que o espaço desta instituição se apresenta no momento para elas, ele ainda é fortemente marcado e cotidianamente construído a partir da norma cisgênera.

Então é imperativo a necessidade de pressionar a instituição, de erguer a voz como diria bell hooks (2019a), de modo a pleitear a permanência na universidade. Ao longo de nossas conversas, pudemos notar que os enfrentamentos são distintos, mas todos trazem essa dimensão de pertencimento para existir e reexistir no espaço universitário. É sobre esses enfrentamentos que falaremos nesse tópico.

Como apontado por Viana et al (2022, p. 5), podemos ver que as/os estudantes trans\* têm buscado estratégias de enfrentamento coletivas e individuais para permanecerem na universidade, para além das estratégias “legais e já reconhecidas como direito em decretos”. Sobre isso, Bernardo explicita a necessidade de forçar a instituição a dar cabo de suas obrigações e garantir os direitos que já estão conquistados. Ele nos diz que moveu um processo na ouvidoria contra a instituição por conta de seu nome social:

Tive que mover um processo, estou movendo ainda um processo, dentro da ouvidoria da UFAL pra poder obter a modificação do gênero nas plataformas da UFAL, do SIGAA, do SieWeb, nas plataformas diretamente ligadas à UFAL, na biblioteca não retificou nem nome, nem gênero, então entrei na ouvidoria com esse pedido também. [...] Então tive que entrar na ouvidoria de novo para pedir essa mudança [Bernardo].

Podemos perceber que Eden também se utilizou da estratégia do enfrentamento e se impôs frente a uma pessoa transfóbica que veio lhe afrontar na universidade:

Aí eu virei para trás assim na hora, aí ele morreu... [...] aí eu comecei, eu “hablei”, passei meia hora: “não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê... Eu disse você me pegou num dia muito ruim inclusive, porque eu estou com

raiva... Se você acha que isso aqui não é ciência, escreva um projeto, faça uma extensão arrume uma bolsa para alguém. Eu quero ver você fazer um projeto melhor do que o nosso” Foi uma briga! E o povo assim: “eita” (risos) [Eden].

E aparentemente, conforme nos conta Eden, a estratégia do enfrentamento tem funcionado de modo geral, fazendo com que o corpo estudantil mude sua postura e conduta em relação às pessoas trans\*:

Se a gente não tivesse se colocado e dito "eu tô aqui, meu filho, respeite" acho que não teria mudado nada, entendeu. Então acho que foi uma coisa positiva que aconteceu. [...] Mas eu acho que depois que a gente começou com esse movimento de dizer: "eu tô aqui, eu existo e eu mereço respeito" as pessoas passaram a, sei lá, pelo menos, minimamente parar para refletir sobre isso, sabe. [...] E também depois que a gente começou a levar o GIL para frente e assim, e dizer... Sei lá, porque a gente é muito desafortado, né, na verdade. Aí os professores começaram a tentar incluir um pouquinho essa pauta nas aulas, tipo, a [Prof. 5], os professores que são, sim, mais legais, né, começaram a tentar incluir minimamente, falar sobre diversidade dentro da sala de aula [Eden].

Mas, nem sempre se colocar e deixar claro suas inquietações estabelecendo um diálogo é suficiente para resolver o problema. É o que nos conta Bernardo ao falar sobre os problemas enfrentados com a professora em sala de aula, e Chris ao tratar da alteração do nome social no sistema da instituição:

Tirando esse impasse com essa professora, que não chegou nem a ser discutido, isso foi durante uma aula, no final da aula que eu falei com ela, assim, muito por alto, ela ficou ainda pouco resistente e eu decidi que ia trancar a disciplina, a gente não chegou a entrar num debate, nem nenhuma discussão. [...] Principalmente porque eu já tinha recorrido à universidade para fazer isso de forma remota, já tinha recorrido de forma presencial e não tinha dado um jeito [Bernardo].

Eu tentei mandar e-mail para pessoas assim e aí as pessoas respondiam com o meu nome morto e ficou assim uma coisa que eu não queria tanto explicar porque era, mas ainda sim queria ser respeitado [Chris].

Como podemos ver nessas duas últimas falas as pessoas preferiram se abster e não partir para o enfrentamento, o que pode ser entendido como outra estratégia que envolve escolher quais momentos são apropriados para o debate, e quais não valem a pena tal esforço. E isso se mostra importante, pois essa postura combativa que é requerida constantemente pela instituição devido ao despreparo em lidar com essas questões, levam as pessoas trans\* ao esgotamento, além do sentimento de impotência, humilhação e violência. Como nos contam Chris e Eden:

Eu não sou muito de brigar, eu sou mais uma pessoa de chorar. E chorei muito, em muitos momentos, assim. Me sentindo errado e me sentindo sensível demais. E assim eu acho muito violento escrever cada vez uma cartinha dizendo que olha eu preciso de mais tempo para fazer isso. Porque eu estou muito mal, eu estou depressivo e tereré. Eu acho que é um processo violento também [Chris].

Tipo, eu já conversei com alguns professores, mas não mudou muita coisa não, entendeu. A pessoa fala tipo: “Ah, é porque eu me sinto assim” Aí eles escutam e tipo, ah, foda-se (Não me importo)! [Eden].

O mesmo acontece com outras pessoas transexuais que Eden conhece na universidade:

“Não deu em nada...” e é tipo, uma violência, assim, que acontece, aí eu: “Não, vamos resolver, vamos conversar...” Aí ela: “certo, mas eu já conversei e todo dia lá na UFAL. E ela ainda está se sentindo muito mal com isso porque não acabou né [Eden].

De um modo geral, as narrativas trazidas neste tópico, sinalizam que as pessoas trans\* na universidade estão se movimentando, fazendo os enfrentamentos necessários para se afirmarem nos diferentes espaços da instituição e combaterem a transfobia, ainda que às vezes, se abster do debate, se faça necessário. No entanto, ainda expressam um enfrentamento de ordem individual, necessário, mas não suficiente. A criação de coletivos de pessoas travestis, transexuais e aliadas é fundamental para o fortalecimento deste grupo. É sobre isso que discutiremos no próximo tópico.

#### 4.5.2. Formação de movimentos coletivos que debatem questões de gênero na universidade

Uma estratégia bastante praticada por parte das pessoas trans\*, é a iniciativa de propor a discussão de gênero e sexualidade nos espaços do qual fazem parte. Muitas vezes na própria academia, não encontram pessoas preparadas, profissionais para lidar com essas questões e, resta às próprias pessoas LGBTQIAPN+ proporem esse debate. Chega a ser uma militância quase obrigatória. Scote e Garcia (2020, p. 16) afirmam que a falta de acolhimento da população travesti e transexual nas universidades se refere “à ausência de discussões de gênero e sexualidade em seus cursos”, ou seja, a pessoa LGBTQIAPN+ aprende desde cedo que não dá para esperar que outras pessoas lutem por seus direitos e reconhecimento. Por isso, demandam, pressionam reivindicam, por discussões que possam contribuir com o processo de visibilidade de suas existências.

É possível citar como exemplo o Grupo de Estudos Transviados (GET) e o Grupo de Acolhimento Terapêutico (GAT) fundados pelo autor deste trabalho, com a ajuda de mais dois colegas da universidade, durante a graduação. Esse grupo nasceu primeiro como GET e tinha como objetivo discutir temáticas LGBTQIAPN+ voltadas para o curso de Psicologia. Posteriormente, esse grupo se transformou em GAT e passou a ofertar serviços de psicoterapia para pessoas LGBTQIAPN+ da comunidade, funcionando também como campo de estágio para os integrantes desse grupo. A experiência com esse grupo e com outros que vieram a se formar depois na mesma universidade é relatada por Eden.

Aí depois teve o GIL (Grupo de Integração LGBTIAPN+) que a gente começou, comecei com o Colega 1, né, a gente pensou algumas coisas com você [Charlie] também e foi massa, foi muito bom. A gente criou vários vínculos legais lá: [Amigue], Colega 3, o próprio Colega 1, Colega 2... Aí começou a aparecer um monte de gente não-binária na UFAL [Eden].

Muitas vezes esses grupos não só discutem as experiências e vidas de pessoas LGBTQIAPN+, mas também funcionam em prol da luta por direitos. Como apontam Souza et al. (2020, p. 184), não é incomum que nas universidades a ausência de disciplinas obrigatórias que abordam as questões de gênero e sexualidade se faça presente. E no campo da psicologia, por exemplo, “quando existem, geralmente a abordagem ocorre em matérias optativas ou que apenas tangenciam o assunto, tal como Psicologia Social ou Políticas Públicas” (SOUZA et al., 2020, p. 184). É por isso que na maioria das vezes esses debates chegam na universidade apenas quando as próprias pessoas LGBTQIAPN+ decidem discutir. Assim como mostram as pessoas com quem conversamos:

É a maioria esmagadora parte dos alunos, né. Mas a UFSC num total ela pega e abraça isso e acaba compartilhando. Então ela sempre dá bastante visão para os alunos sobre o que tá acontecendo. [...] O setorial cultura LGBTQIAP+ que são pessoas dentro da comunidade que se juntam, que fazem, que fazem reuniões, que fazem propostas para melhorar: isso dentro ou fora da Universidade [Valentina].

E aí agora quando entraram pessoas trans também na graduação de Psicologia. Tem gente trans tanto na pós quanto na graduação mesmo. E tem pessoas que são da coletiva Madame Satã que é a coletiva não-binária aqui do Recife, de Pernambuco, na verdade. E tem uma organização, tem algumas pessoas dessa coletiva que estudam lá e estão se articulando para fazer coisas lá. Então a gente teve agora em dezembro a primeira semana sobre não-binariedade lá na UFPE. Durou uma semana. E aí são coisas que acontecem na UFPE. [...] E aí a medida que a gente foi se encontrando mais e se organizando enquanto coletivo hoje em dia esse é um coletivo formado principalmente por pessoas trans [Chris].

Existe. Existe sim. Acho que existe porque a gente levou, né. Eu e [Amigue] a gente conversou muito antes de fazer alguns debates lá no GIL, e aí esse debate interseccional, ele surgiu. Eu não sei como é na sala de aula agora né. Quando eu tava na graduação não existia, não via. Ninguém fazia esse debate, ninguém ouvia falar sobre isso. Só era levado para sala quando eu levava, sei lá, ia falar de Xica Manicongo na sala, porque ninguém nunca falou sobre isso. “Uau, que novidade!”. Mas lá no GIL a gente levou sim. Inclusive acho que a gente passou uns três encontros debatendo sobre isso. Teve o Raul que levou essa pauta assim para o primeiro encontro do GIL, e teve alguns outros encontros que [Amigue] sempre levantava essas questões assim, sempre, sempre... Aí o pessoal começou a entender mais ou menos como funcionava. Eu fiz um debate também bem massa que eu levei algumas referências, tipo, para a gente estudar e conversar lá, aí a gente falou sobre transexualidade, sobre raça, gênero, raça e classe. Acho que a gente levou até Ângela Davis nesse dia para conversar sobre isso. Foi bem legal. Algumas referências de música também, a gente levou a Linn da Quebrada, umas coisas, assim, para galera abrir a mente assim um pouquinho [Eden].

Como podemos ver, estudantes trans\* têm sido protagonistas nesse processo de propor o debate sobre essas questões em sala de aula. Por outro lado, também é possível notar professoras/es aliadas/os da causa que contribuem com esses debates, como nos conta Bernardo ao falar sobre espaços seguros para conversas sobre essas questões: “A gente acha esse espaço principalmente onde a gente tem professores que são militantes de causa e de movimentos sociais”, nos diz ele.

É possível notar que esses coletivos no ambiente universitário funcionam como uma estratégia de enfrentamento e combate à transfobia. Assim, nos mostra Eden quando fala sobre as mudanças provocadas na grade do curso depois que esses grupos de estudos surgiram em sua universidade.

Repercutiu também para a mudança das disciplinas da grade da instituição. [...] Inclusive ela começou a chamar Colega 1 para dar uma aula sobre diversidade, todo semestre tem essa aula e, tipo, foi incluída essa aula dentro do calendário da disciplina, né, de clínica. Eu achei muito massa que não existia no meu tempo, por exemplo. E eu tenho certeza de que foi fruto desses esforços que a gente fez, você [Charlie], de Colega 1, eu [Eden], a galera que foi entrando [Eden].

É importante salientar que apesar de esses coletivos serem uma fonte de apoio, estudo e discussão na universidade, ele não deve se restringir aos muros da instituição. É o que podemos perceber também na fala de Eden:

Só que eu ainda acho que é um debate que fica muito restrito a um grupo que tem pessoas que estão pensando da mesma maneira, né. Tipo, não é um debate que vai para sala de aula onde você pode encontrar, enfim uma infinidade de pessoas que pensam de maneira diferente e precisariam escutar aquilo. Acho que o pessoal que tá lá no grupo que tá escutando, esses

debates e essas temáticas, já tem acesso a isso de certa forma. Porque é o que eu tô dizendo a você: essa galera nova, que tem Twitter, entendeu, que tá dentro das pautas e enfim. De certa forma já teve acesso a esse tipo de conversa, mas na sala de aula, não. Tem muita gente, assim, conservadorazona mesmo, que vai de véu para a igreja, sei lá, esse tipo de pessoa. E aí esse debate não chega na sala de aula e eu acho isso problemático, sabe, porque daqui a pouco essa galera vai tá atendendo num CRAS, num espaço público, assim, e vai receber todo tipo de gente, sabe, e aí como é que vai ser essa recepção? Não sei, tenho medo inclusive. Eu acho que a UFAL Palmeira tá formando gente massa, tá, mas tá formando muita gente que vai fazer desserviço, entendeu. E eu tenho certeza que vai! [Eden].

Ou seja, não basta manter o debate só entre os pares da universidade, é preciso furar a bolha e levar esses debates para outros espaços onde de fato as pessoas precisam ouvir falar disso, uma vez que essas pessoas serão futuras/os profissionais que precisarão atender pessoas trans\* e a informação é uma ótima forma de garantir que o preconceito não se faça presente nesses atendimentos, ainda que não seja suficiente. Nesse sentido, podemos dizer que o conhecimento científico ali produzido precisa reverberar, ecoar e estar alinhado com o que tem sido produzido fora da academia também. E é papel da universidade também auxiliar na construção dessa ponte.

Diante do exposto, podemos perceber que criar coletivos e espaços de resistência é uma constante na vida de uma pessoa LGBTQIAPN+, e muitas vezes, uma forma de sobrevivência, uma vez que o coletivo ajuda a tornar a vivência mais suportável, contribui para a informação que conseqüentemente diminui o preconceito, e organiza politicamente as pessoas de modo a reivindicarem seus direitos e lutarem por sua ampliação. Portanto, “é de extrema urgência as universidades/faculdades repensarem seus discursos, pesquisas, ensinamentos e práticas, o que apontam como bastante desafiante, mas também profícuo à Psicologia” (SOUZA et al., 2020, p. 184).

Na UFAL podemos ver algumas iniciativas sendo encaminhadas, como a formação de um coletivo temporário para discutir com a gestão central a resolução de cotas para pessoas trans\* na pós-graduação. Além disso, se discutiram questões como a necessidade de políticas de assistência, os casos de transfobia e a necessidade de exigir campanhas e políticas específicas pra pessoas trans\* na instituição. Ainda sobre a UFAL, podemos pontuar a minuta de diversidade de gênero que está sendo produzida e deve entrar em vigor ainda no ano de 2023. Ela tem como propósito promover ações de modo a garantir a cidadania, dignidade e direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+, para contribuir na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática, combatendo a discriminação, o preconceito,

a intolerância e a supressão de direitos que impeçam e/ou dificultem as mulheres e as pessoas LGBTQIA+ de participarem plenamente da vida ativa na Instituição (UFAL, no prelo, p. 4).

Dessa forma, salientamos a importância da construção de coletivos de grupos de pesquisa que discutam a questão travesti e transexual na universidade, em diferentes programas de pós-graduação e cursos de graduação; além da formação de grupos e coletivos políticos que se reúnam e discutam com a própria comunidade o acesso aos direitos nesse espaço. Precisamos reconhecer, também que a despeito da existência de todas essas movimentações propiciadas por coletivos de pessoas trans\* na universidade, nem todas as universidades estão no mesmo ritmo no que diz respeito a conquista de direitos, à visibilidade, aos debates das questões T, entre outros. O que queremos destacar é que em algumas universidades, já existem pró-reitorias que, por exemplo, discutem e assumem as questões T como uma prioridade; em outras, as experiências existentes são mais embrionárias.

Por fim, apontamos que as movimentações realizadas por pessoas trans\* na universidade, têm produzido também, a partir do debate teórico, uma produção intelectual feita por e a partir desse público. Buscando novas formas de escrever e falar sobre suas próprias histórias; sem a mediação das pessoas cis, pessoas trans\*, têm construído um conhecimento que não só produz outras narrativas de si, como questiona o padrão baseado na cisgeneridade.

Hooks (2019b), ao falar das experiências étnico-raciais, nos lembra que esse conhecimento deve ser construído de dentro para fora e que as instituições tendem a posicionar os corpos historicamente marginalizados como o Outro de seu discurso dominante. Mais que isso, tentam sujeitá-las “a esse ‘conhecimento’, não só como uma questão de dominação e vontade imposta, mas pela força da compulsão íntima e a conformação subjetiva à norma” (HOOKS, 2019b, p. 33). Nesse sentido, e como já discutido anteriormente, precisamos reiterar que ao produzir conhecimento na academia, as pessoas trans\* saem da condição de objeto, e tornam-se sujeitas: refletem sobre suas questões de modo a se afastarem da ótica reducionista, estereotipada, preconceituosa e normalizadora, alimentada pelo olhar da cisgeneridade. No entanto, compreendem que essa luta não é de exclusividade delas. E assim, concordando com hooks, “essa luta também precisa incluir aliados” (HOOKS, 2019b, p. 39); as pessoas cisgêneras devem estar comprometidas em realizar esforços para intervir criticamente no mundo das representações sociais de modo a transformá-lo, produzindo outros enquadramentos e narrativas sobre as pessoas trans\*, de modo a reforçar a luta por visibilidade, representatividade e igualdade.

## CONSIDERAÇÕES

Como já discutido neste trabalho, buscamos analisar as trajetórias e narrativas de pessoas trans\* no ensino superior sobre os desafios da permanência. Para tanto, realizamos uma série de conversas com pessoas trans\* presentes no ensino superior que se dispuseram a participar de nossa pesquisa. De fato, as questões relacionadas tanto ao acesso quanto à permanência deste grupo nas universidades, são relevantes de serem discutidas e aprofundadas. São exemplos desta relevância, o debate sobre as questões socioeconômicas, as políticas de ação afirmativa, de reconhecimento e as políticas de assistência, bem como a noção de pertencimento de grupo que se relaciona com o processo de permanência na universidade.

Além disso, para nós, não faz sentido discutir os desafios de uma política de permanência se não partimos de uma perspectiva que considere dois elementos importantes: a) a dimensão da subjetividade; e b) e a interseccionalidade. Nesse sentido, em uma publicação organizada por Bruno Pfeil e Kaio Lemos, o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos e a Revista Estudos Transviades (2023, p. 15) é dito que “pensar em interseccionalidade no acesso e permanência de pessoas trans é também pensar nos modos como tais trajetórias são entrecruzadas com violências” no âmbito educacional e social. Desse modo, reforçamos a ideia de que é necessário adotarmos tanto uma visão que considere a dimensão subjetiva no debate das políticas públicas, bem como, uma visão que atente para a dimensão interseccional das desigualdades, de modo a reconhecer limites estruturais; e “tomá-los como desafios, levando a sério os modos como desigualdades, tais como gênero, raça e classe, emergem nessas relações” (REVISTA ESTUDOS TRANSVIADES, 2023, p. 15). Assim, sinalizamos aqui, algumas considerações importantes sobre os desafios que estão postos para todas/os nós.

Nesse sentido, as políticas de reconhecimento expressas por meio do debate sobre a utilização do nome social nas universidades, surgem como um primeiro ponto relevante trazido pelas pessoas que participaram de nossa pesquisa. Assim, não resta dúvidas de que a possibilidade de utilização do nome social na universidade contribui para a afirmação da identidade dessas pessoas, uma vez que é por meio do nome que elas ressignificam suas histórias, humanizando-as e caracterizando-as perante a sociedade, além disso, o nome social é entendido como sinônimo de respeito às suas identidades no espaço acadêmico.

Encontrar um ambiente que afirmem suas identidades e as/os respeitem aumenta o sentimento de pertencimento das pessoas trans\* e, conseqüentemente, a vontade de

permanecer na universidade. Para isso, ela precisa assumir a responsabilidade de garantir um ambiente acolhedor e uma rede de apoio baseado no vínculo e produção de afetos; deve também, promover a construção de debates de forma a repensar a própria produção de cisnormatividade existente em suas práticas institucionais. Ou seja, a universidade é um espaço político importante e estratégico que não pode se furtar de refletir cotidianamente sobre suas práticas, muitas vezes, orientadas por uma lógica cisnormativa que produz exclusão. Além disso, é um espaço potente de construção de subjetividades críticas; de luta pela inclusão, e de reconhecimento e respeito às pessoas trans\*.

Uma dimensão importante desse debate foi a criação de laços com outras pessoas trans\*. Esses encontros produzem a construção e articulação de redes de diálogo e organização, fortalecendo a luta política, o vínculo e o sentimento de pertencimento desse público dentro e fora da universidade. Esses encontros produzem saberes e conhecimentos únicos, criados a partir do empoderamento que é proporcionado pelo encontro entre as/os pares, por conhecimentos atuais que dão conta de romper com a lógica objetual da sociedade, para por no lugar uma construção de conhecimento produzida por sujeitos políticos, articulados com movimentos sociais que pensam o coletivo, mas que também são pessoas sujeitas de suas próprias histórias. Certamente, essas movimentações acontecem em ritmos distintos em diferentes universidades e as pessoas que participaram da pesquisa sinalizam essas diferenças. Na UFAL, por exemplo, a organização de coletivos de pessoas trans\* está em processo. A sinalização disso nos mostra a necessidade de estimular a realização de experiências positivas já existentes em termos de debate e luta política, sempre considerando as especificidades dos diferentes lugares.

Em vários momentos ficou evidente nas falas das pessoas que integraram a pesquisa, bem como na literatura consultada, a necessidade de políticas de assistência com foco na permanência voltadas a pessoas trans\*. Além disso, docentes, corpo técnico-administrativas/os e estudantes precisam se sensibilizar de modo a integrar todas as pessoas presentes no ambiente acadêmico. Para tanto, faz-se necessária uma educação permanente, especialmente para o corpo docente e técnico, que esteja comprometida ética e politicamente com as vivências de pessoas trans\* na universidade, de forma a usar de metodologias que se adequem às diferentes situações para alcançar diferentes sujeitos. Além disso, é importante a promoção de mobilizações e campanhas institucionais de combate à transfobia que periodicamente façam o debate, estimulem a reflexão, fortaleçam grupos e coletivos da diversidade e visibilize as lutas por respeito e reconhecimento.

Em relação às questões de saúde algumas das pessoas que participaram da pesquisa sinalizaram a importância do apoio psicológico no ambiente universitário, entendendo que as questões psicológicas são uma dimensão relevante. Além disso, afirmam o ambulatório trans como um equipamento de saúde necessário no espaço da universidade.

É necessário reconhecer que devemos seguir avançando e lutando, uma vez que as conquistas ainda não estão devidamente asseguradas. As resoluções existentes, especialmente aquelas relacionadas às políticas de reconhecimento, como o nome social, são percebidas, como “direito de fraca intensidade” (LAGES, DUARTE, ARARUNA, 2021). Além disso, sem a realização de campanhas que afirmem as identidades das pessoas trans\* como expressões da diversidade de gênero, podem permitir que situações de transfobia sigam acontecendo. Assim, reiteramos a necessidade de colocar em questão a perspectiva cisgênera que ainda integra as dinâmicas e práticas da instituição. Para isso, as campanhas, mobilizações e a política de educação permanente que inclua o debate das travestilidades e transexualidades como signos de uma universidade múltipla, diversa e democrática, acima sugeridas, é fundamental.

Reiteramos a necessidade da universidade não só criar programas específicos para a população travesti e transexual, mas também, considerar percentuais de ingresso nas políticas já existentes e nos seus diferentes e diversos editais: as bolsas-auxílio, de extensão, de pesquisa, as seleções para moradia universitária, gratuidade na alimentação disponibilizada pelo Restaurante Universitário, entre outros. Nesse sentido, como já aqui realçado, é fundamental que as políticas de assistência sejam pensadas de modo a considerar outras dimensões da vida dessas pessoas, para além da vida acadêmica. Scote e Garcia (2020) chamam a atenção para a realidade de estudantes trans\* de graduação, atravessada pela dificuldade de acesso a outros direitos básicos, como moradia e alimentação, evidenciando a imprescindibilidade de políticas que garantam minimamente o sustento dessas pessoas. Nesse sentido, as universidades devem criar e implementar políticas de assistência que considerem a interseccionalidade dos diferentes marcadores sociais.

Por fim, nos perguntamos como o queer nos ajuda a construir uma pesquisa que seja comprometida com a realidade e, nesse caso, como nos ajuda a refletir sobre as (ausências de) políticas de permanência para pessoas trans\* na universidade. E mais. Nos perguntamos como a teoria queer nos ajuda a construir espaços de resistência perante os apagamentos diários enfrentados por pessoas trans\* frente o cenário político, social e acadêmico que tende a normalizar seus (nossos) corpos. Pensamos que a resposta para esses questionamentos está na visibilidade dos conhecimentos locais produzidos por pessoas e coletivos trans\*, mas também

na potência da crítica às normas cisgênera e heteronormativa que ainda se fazem presentes nas relações constituídas nesse espaço.

Expressão da pluralidade da sociedade, a universidade é um espaço que simboliza a falta e dialeticamente a presença destas discussões. Ela está em disputa. Ao tempo em que a criticamos pelas inúmeras políticas que ela ainda precisa implementar (reconhecimento, acolhimento, assistência, entre outros), ela já se coloca em movimento na medida em que diferentes grupos e pessoas – cis e trans – as reivindicam, lutam e constroem experiências que afirmam as vidas de pessoas trans\*. Essas disputas estão sendo feitas no campo das políticas, mas também no campo da produção de conhecimento e dos afetos. E as redes de pessoas trans\* têm sido fundamentais para o fortalecimento dessas dinâmicas. Se a universidade foi inicialmente pensada por pessoas cisgêneras e para pessoas cisgêneras, reproduzindo a lógica padrão e cisheteronormativa ela não precisa continuar corroborando com essa lógica. Ter mais uma pessoa trans defendendo uma dissertação nesse momento, é uma conquista só vislumbrada por conta das lutas já existentes nas universidades.

Essa dissertação quer ser também uma contribuição nesse movimento legítimo, importante e potente de visibilidade dessas vidas que importam. Certamente, deixa lacunas (e a assumimos!) e produz mais perguntas que respostas. No entanto, elas nos motivam, e podem motivar outras pessoas a continuarem produzindo um conhecimento que tenha como foco a permanência das pessoas trans\*. Sigamos!

## REFERÊNCIAS

- ADELMAN, M. **A Voz e a Escuta** – encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. Florianópolis, Blucher Acadêmico. 2009.
- ADORNO, R. de C. F. **Um olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social**. São Paulo: Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária (AAPCS), 2001.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **NECROPOLÍTICA E NEOLIBERALISMO**. DOSSIÊ 2. Cad. CRH 34. Salvador, v. 34, p. 1-10, e021023, 2021. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/3prpY8vSHNZccvB67Gt7m6N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 set 2023
- ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES - 2018**. Brasília, ANDIFES, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>.
- ANDRADE, M. do A. da S. et al. **As políticas públicas de acesso a educação superior**. Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019.
- ANTRA. **NOTA PÚBLICA DA ANTRA SOBRE COTAS E RESERVAS DE VAGAS EM UNIVERSIDADES DESTINADAS ÀS PESSOAS TRANS**. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Brasil, 17 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/12/nota-sobre-cotas-trans-antra.pdf>.
- ANTRA. **DOSSIÊ ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2021**. Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.
- ARAÚJO, G. C.; CASSINI, S. A. Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público. **Rev. Bras. Estud. Pedagóg.**, Brasília, v. 98, nº 250, p. 561-579, set./dez. 2017.
- ARAUJO, Maria Clara. Afrotransfeminismo e a necessidade de quilombos de afeto para travestis negras brasileiras. Alma Preta, 25 de Julho de 2018. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/afrotransfeminismo-e-a-necessidade-de-quilombos-de-afeto-para-travestis-negras-brasileiras>. Acesso em: 24 mar 2022.
- BANDEIRA, A. M. **A teoria Queer em uma perspectiva brasileira**: escritos para tempos de incertezas. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 13, n. 1[22], p. 34–53, 2019.
- BASTOS, L. C. **Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais** – uma introdução ao estudo da narrativa. Calidoscópio, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.
- BATTISTELLI, B. M.; OLIVEIRA, É. C. S. CARTAS: um exercício de cumplicidade subversiva para a escrita acadêmica. **Currículo sem Fronteiras**, v. 21, n. 2, p. 679-701, maio/ago. 2021.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **DOSSIÊ: ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL EM 2020**. Brasil: Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), 2021.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 1, jan./jun. 2014.

BIAR, L. **“Realmente as autoridades veio a me transformar nisso”**: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. 2012. 246 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

BOULLOSA, R. F. Mirando ao Revés as políticas públicas: os desenvolvimentos de uma abordagem crítica e reflexiva para o estudo das políticas públicas. *Publicações da Escola da AGU*, v. 11, p. 89-106, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília: Supremo Tribunal Federal. Secretaria de Documentação, 1988. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n.º 9.393, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm).

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Orientação sexual. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório Final da 13ª Conferência Nacional de Saúde: Saúde e Qualidade de vida: políticas de estado e desenvolvimento**. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL. **Portaria nº 2.803/GM de 19 de novembro de 2013**. Ministério da Saúde. 2013. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803\\_19\\_11\\_2013.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 36 p. : il. ISBN 978-85-33. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps\\_revisao\\_portaria\\_687.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnps_revisao_portaria_687.pdf). Acesso em: 22 ago 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **CUIDAR BEM DA SAÚDE DE CADA UM: Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil. Atenção integral à saúde da população Trans. Conteúdo para profissionais de Saúde/Trabalhadores do SUS**. 1ª edição. Brasília – DF – 2016. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidar\\_bem\\_saude\\_populacao\\_trans.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cuidar_bem_saude_populacao_trans.pdf).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 7292/2017**. Altera a Lei 7.716/1989, acrescentando o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e também inclui o mesmo no rol de crimes hediondos. 2018a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128135>. Acesso em 31/03/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? (S. T. M. Lamarão & A. M. Cunha, Trans.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2015.

CANTELLI, A. L et al. **As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil**. Brasil: Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019.

CARVALHO, M. P.; ABREU, T. Políticas públicas e interseccionalidades: uma análise sobre o mercado de trabalho e as assimetrias de raça, classe e gênero. **Revista Humanidades e Inovação** v. 8, n.58, 20 de agosto de 2021.

CARVALHO, M.; CARRARA, S. **Em direção a um futuro trans?** Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidade, Salud y Sociedad*, n. 14, p. 319-351, 2013.

CARVALHO, R. Transfácio: bem-vindes a era do traviarcado. IN: LEAL, Dodi; DENNY, Marcelo; *Gênero expandido: performances e contrassexualidades*. Annablue, 2018.

COACCI, T. **Conhecimento precário e conhecimento contra-público**: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EDUFBA, 2015a.

COLLING, L. **Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil**. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, A. V. (Org.). *Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. Natal: EDUFRN, p. 223-242, 2015b.

COLLING, L. **Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT do Brasil**. In: GREEN, James N. et al. (Org.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

CORREA, F. H. M. et al. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. **J. bras. psiquiatr.** [online], vol.69, n.1, pp.13-22. 2020.

COSTA M. B.; CÂNDIDO J. P.; BIZERRA P. L. Acolhimento no âmbito da saúde pública sob a ética de transexuais. **Cadernos de Educação**, Saúde e Fisioterapia, 4(8). 2017.

DELEUZE, G. **Espinosa**: Filosofia Prática. Escuta, 2002.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 1990. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FARAH, M. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 959-979, nov./dez. 2016.

FAVERO, S. **Por uma ética pajubariana**: a potência epistemológica das travestis intelectuais. Dossiê: Gênero, deslocamentos e fronteiras no/do mundo contemporâneo. v.7 n.12 | jan/jun, 2020.

FÉLIX-SILVA, A. "Comigo ninguém pode": subjetividades trans e politização do corpo no limiar da contemporaneidade. In: Berenice Bento & Antônio Vladimir Félix-Silva. (Org.). **Desfazendo gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo**. 1a.ed.Natal (RN): EDUFRN, 2015, p. 181-200

FÉLIX-SILVA, A. V., DUQUE, J. P., SANTOS, J. S. dos, ROCHA, M. B. da, & SEVERO, A. K. de S. (2022). **Psicologia da diferença e relações raciais**. *Psicologia: Ciência e Profissão* 2022 v. 42, e229977, 1-17. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229977>. Acesso em: 02 set 2023

FERES JÚNIOR, J. et al. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FERREIRA, B. de O.; NASCIMENTO, M. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciênc. saúde coletiva**, 27 (10). Out 2022.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans**: Instituições estão dedicando vagas específicas na graduação e pós-graduação a esse público. Educação - Folha Dhiago Maia. 20 mai 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em: 4 fev 2023.

GOMES, N. L. Libertando-se das amarras: reflexões sobre gênero, raça e poder. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 609-627, maio/ago. 2019.

GONÇALVES, M. da G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

HARAWAY, D. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, [S. l.], n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>.

HOOKS, B. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, B. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019b.

HOOKS, B. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática; tradução Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

IAZZETTI, B. D. **Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans\***. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2021.

IAZZETTI, B. D. **Políticas institucionais voltadas à população trans\* no ensino superior público brasileiro e alguns de seus limites e desafios**. In: Eliane Martins de Freitas, Rhanielly Pereira do Nascimento Pinto, Vinicius Zanoli (Orgs.). *Cultura, Política, Sexualidade e Gênero na América Latina*, Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2022.

INEP. **Nome social será usado por mais de 400 travestis e transexuais**. Ministério da Educação. 04 jun 2016.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância**. Recredenciamento. Transformação de organização acadêmica. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, out 2017.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

JUNIOR, A. L. da S.; BRIGEIRO, M.; MONTEIRO, S. **'Irmandade travesti é a nossa cura'**: solidariedade política entre travestis e mulheres trans no acesso ao cuidado em saúde e à prevenção ao HIV. *Saúde debate* 46, 2022.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LABOV, W. **Language in the inner city**: studies in the Black English Vernacular. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LACERDA, M. C.; ALMEIDA, G. **Exclusão “da” e “na” educação superior**: os desafios de acesso e permanência para a população trans. In: EM PAUTA - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 232 - 247 1º Semestre de 2021.

LAGES, V. N.; DUARTE, E. P.; ARARUNA, M. L. “Gambiarras legais” para o reconhecimento da identidade de gênero? As normativas sobre nome social de pessoas trans nas universidades públicas federais. *RDP*, v. 18, n. 97, 2021.

LIMA, M. L. C. **O uso do nome social como estratégia de inclusão social de transexuais e travestis**. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – PUC, São Paulo, 2013.

LIMA, F. F.; BASTOS, L. C. **Entre a Análise Crítica do Discurso e a Análise da Narrativa: gênero e desigualdades sociais**. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 181–202, 2020.

LOURO, G. L. **Teoria queer**: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *Tabula Rasa*. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEDEIROS, J. L. de. **Professoras e professores transexuais e travestis na escola**: diálogos sobre formação docente e a inclusão lgbtqi+. Tese a de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; MAROJA, D. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil**. *Soc. estado*. [online]. vol.27, n.2, pp.289-312, 2012.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, jul/set, 1993.

MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MORETTO, C. M.; FIOREZE, C. **Responsabilidade social e perspectiva democrática: refletindo a partir do enquadramento teórico do desenvolvimento humano**. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 24, p. 108-126, 2019.

MOTA, M.; SANTANA, A. D. da S.; SILVA, L. R.; MELO, L. P. de. “Clara, esta sou eu!” Nome, acesso à saúde e sofrimento social entre pessoas transgênero. **Interface (Botucatu)**, n. 26; 2022.

NASCIMENTO L. C. Eu não vou morrer: solidão, autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. **Rev Inter-Legere**; (3): 28:c21581, 2020.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021

NASCIMENTO, S. de S. **Epistemologias Transfeministas Negras**: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas. *Artigo. Estud. hist. (Rio J.)* 35 (77), 2022.

NUGEM - NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE. **Dia da Visibilidade Trans**: uma linha do tempo da luta e dos direitos de travestis, transexuais e transgêneros. NUGEM - NÚCLEO DE GÊNERO E DIVERSIDADE. Pelotas, RS, 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nugen/2021/01/29/dia-da-visibilidade-trans-uma-linha-do-tempo>.

ODARA, T. **Pedagogia da desobediência: travestilizando a educação**. 1. ed.; Simões Filho, Bahia: Devires, 2020.

OLIVEIRA, A. B. de; BITTAR, M.; SOUZA, L. A. de. **A análise narrativa como possibilidade de uma linguagem para experiência**. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 93–106, 2019.

OLIVEIRA, K. C. de; ARAUJO, E. T. de. A importância da interseccionalidade como método para formulação e implementação de instrumentos de política pública de economia solidária: uma análise a partir dos cesol. **Ix Encontro Brasileiro De Administração Pública São Paulo/SP** - 5 a 7 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, M. R. G. **Resistência**: conversa com Megg Rayara. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6yrtP2MeawE>. Acesso em: 10 nov. 2020.

OLIVEIRA et al. **Direitos Humanos E Garantias Constitucionais Para A Comunidade Lgbtqi+**: Balanço Das Conquistas E Desafios No Brasil. *Praxis Jurídica@* – V.5 N.1. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Educação em Matéria de Direitos Humanos e Tratados de Direitos Humanos**. Lisboa: ONU, 2002. Disponível em: [https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/serie\\_decada\\_2\\_educacao\\_dh\\_e\\_tratados\\_dh.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/pdf/serie_decada_2_educacao_dh_e_tratados_dh.pdf).

PAULA, C. E. A.; SILVA, A. P. da; BITTAR, C. M. L. **Vulnerabilidade legislativa de grupos minoritários**. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 12, p. 3841-3848, 2017.

PAUGAM, S. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais**: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 67-86.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea: Dossiê Saberes Subalternos**. v. 2, n. 2 p. 395-418, 2012.

PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, v. 1, n. 1, 2014.

PEREIRA, P. P. G. **Queer nos trópicos**. *Contemporânea: Dossiê Saberes Subalternos*. v. 2, n. 2 p. 371-394, Jul. Dez. 2012.

PEREIRA, B. **A comunidade das sobreviventes contra a sobrevivência dos heróis**. 23 jun 2020a. Disponível em: <https://www.tramadora.net/2020/06/23/a-comunidade-das-sobreviventes-contr-a-sobrevivencia-dos-herois/>. Acesso em: 22/10/2022.

PEREIRA, M. J. A. **Mulheres trans universitárias**: a emergência de políticas públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no universo acadêmico. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020b

PEREIRA, P. L. N.; GAUDENZI, P.; BONAN, C. **Masculinidades trans em debate**: uma revisão da literatura sobre masculinidades trans no Brasil. *Artigos originais. Saude soc.* 30 (3). 2021.

PÉREZ, Lelya Troncoso.; VALDERRAMA, Caterine Galaz; ALVAREZ, Catalina. Las producciones narrativas como metodología de investigación feminista en Psicología Social

Crítica: Tensiones y desafíos. *Psicoperspectivas*, v.16, n.2, p.20-32, 2017.

PIZA, Suze. **Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto.** *Artigos Trans/Form/Ação* 45 (spe). 2022.

<https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.08.p129> . Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/trans/a/NrF7PcGmQCF4vP6KPpmjhRs/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 03 set 2023

PORCHAT, P.; OFSIANY, M. C. **Quem habita o corpo trans?**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 28(1): e57698., 2020.

QUADROS, L. C. de T., CUNHA, C. C. da; UZIEL, A. P. Acolhimento psicológico e afeto em tempos de pandemia: práticas políticas de afirmação da vida. *Psicologia & Sociedade*, n. 32, 2020.

QUINALHA, R. *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. São Paulo: Autêntica Editora, 2022.

RAMACCIOTTI, B. L.; BERNARDINO, M. C. da C. Vertentes epistemológicas das políticas públicas: entre as análises descritiva e prescritiva. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 50, n. 175, p. 56-76, jan./mar. 2020.

REGO, A.; CUNHA, M. P. e; MEYER JR., V. Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. *Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. 2, p. 43–57, 2019.

REIS, D. dos S. A colonialidade do saber: perspectivas decoloniais para repensar a univers(al)idade. *Debates & Controvérsias*. Educ. Soc., Campinas, v. 43, e240967, 2022.

REVISTA ESTUDOS TRANSVIADES. Mapeamento educacional das transmasculinidades no Brasil. v. 41, n. 7, 2023.

REY, F. L. G.. **Pesquisa qualitativa em psicologia: Caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RIBEIRO, B. J. **Destinação de cotas para pessoas trans em Universidades Públicas: Percepções de transgêneros, travestis e transexuais participantes da Associação LGBTTQI da Associação dos Municípios da região da Laguna (AMUREL).** UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA, Tubarão - SC, 2020.

RIGHETTO, G. G. **Competência em informação às pessoas transgênero: conjecturando diálogos insurgentes frente ao CISTema.** Seção 1: Apontamentos e tendências teóricas em Competência em Informação. *Perspect. ciênc. inf.* 27 (2). Apr-Jun 2022.

RIOS, R. R.; RESADORI, A. H. **Direitos humanos, transexualidade e “direito dos banheiros”**. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 2015. Disponível em: [https://www.uniceub.br/media/930036/RIOS\\_Roger\\_Raupp\\_RESADORI\\_Alice\\_Hertzog\\_Direitos\\_Humanos\\_\\_Transexualidade\\_e\\_Direito\\_dos\\_Banheiros.pdf](https://www.uniceub.br/media/930036/RIOS_Roger_Raupp_RESADORI_Alice_Hertzog_Direitos_Humanos__Transexualidade_e_Direito_dos_Banheiros.pdf).

ROSA, K. S. S. P. da. **Políticas Públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior**: Um estudo de caso da Universidade Federal Da Integração Latino-Americana, Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades. São Paulo, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. **Equidade e paridade para obter igualdade**. O social em questão. n.1, jan-jun. 1987.

SAWAIA, B. B. **Comunidade como ética e estética da existência**: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. Psyque, 8(1), 19-25. 1999a.

SAWAIA, Bader B. **O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão**. In: SAWAIA, Bader B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999b. p. 97-118.

SANTOS, J. J. dos et al. **Políticas públicas: ações afirmativas para a população negra**. Uberlândia, 2017.

SANTOS, J. B. dos. **Estudantes LGBT no âmbito universitário**: da permanência à resistência. In V Congresso Nacional de Educação - CONEDU, Olinda, Pernambuco, 2018.

SCOTE, F. D.; GARCIA, M. R. V. **Trans-formando a universidade**: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. In: PERSPECTIVA, REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, Florianópolis, v. 38, n. 2 p. 01-25, abr./jun. 2020.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Resolução nº 12, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, 2015.

SÉGUIN, E. **Minorias e grupos vulneráveis**: uma abordagem jurídica. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, G. F. de F. **A POPULAÇÃO TRANSGÊNERO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO**: DESAFIOS. Monografia (Graduação). Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, Mossoró - RN, 2018.

SILVA, K.; FERNANDEZ VAZ, A. **Políticas de acesso e permanência para a população trans no ensino superior**: comentários acerca de sua implementação. Políticas Educativas – PolEd, [S. l.], v. 13, n. 2, 2020.

SILVA, Marcos Mariano Viana da. **Cartografia de Judith Butler e dos estudos queer no Brasil**. 2021. 283f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

SILVA, R. A. M. S.; PINTO, R. A. B. **Responsabilidade social e a sociabilização de travestis e mulheres transexuais: uma análise dentro do ambiente acadêmico**. Grupo de Trabalho Políticas e Gestão em Educação do I Encontro de Pesquisadores em Educação Escolar da Universidade de Sorocaba (EPES 2022 – Uniso). Anais. 03 out 2022.

SILVA, A. S.; BARBOZA, R. **Exclusão social e Consciência Política**: luta e militância de Transgêneros no ENTLAIDS. CADERNOS CERU, série 2, v. 20, n. 1, junho de 2009.

SILVA, C. B. de O. P. **O tempo e o espaço como agentes potencializadores do sofrimento psíquico na contemporaneidade**. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Campus Arapiraca. Unidade Educacional de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios, 2020.

SOUZA, L. A.; SILVA, C. R. M. **Narrativas e história oral**: possibilidades de investigação em Educação Matemática. São Paulo: Livraria da Física, 2015.

SOUZA, H. A. de et al. Pessoas transgêneras e o mundo do trabalho: desafios e reflexões sobre o compromisso ético e político da Psicologia. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 175-188, dez. 2020.

SOUZA, K. S. **E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais**. In: ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais, [2022?]. Disponível em: <https://antrabrasil.org/historia/>. Acesso em: 23 out 2022.

SMARJASSI, C.; ARZANI, J. H. **As políticas públicas e o direito à educação no Brasil**: uma perspectiva histórica. Revista Educação Pública, v. 21, nº 15, 27 de abril de 2021.

STRAPPAZZON, A. L. **Malucos de estrada**: experiência nômade e produção de modos de vida. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2017.

STRAPPAZZON, A. L.; MAHEIRIE, K. "Bons encontros" como composições: experiências em um contexto comunitário. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 2, p. 114-127, ago. 2016.

THOMAZI, G. L.; AVILA, S.; TEIXEIRA, L. B. Ambulatório T da Atenção Primária à Saúde de Porto Alegre: política pública de inclusão e garantia de direito à saúde de pessoas trans. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 38, 2022.

TOUBIA, A. A. T.; LIMA, P. G. Ações afirmativas na educação: os avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos. **Laplage em Revista**, vol. 1, núm. 3, pp. 118-129, 2015.

TREVISAN, J. S. Devassos no Paraíso - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Editora objetiva, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Minuta que disciplina a Política de Igualdade e Equidade de Gênero da Universidade Federal de Alagoas (Ufal). No prelo.

VIANA C. P., DELGADO I. M., ROSA A., NEVES V. R., SIQUEIRA L. D. A vivência de estudantes transgênero na universidade. **Acta Paul Enferm.** 35. 2022.

WANDERLEY, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão.** In: SAWAIA, Bader B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.* Petrópolis: Vozes, 1999.

WERNECK, J. **Construindo a equidade estratégia para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras.** Rio de Janeiro, 2007.